

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2003 é um momento especial para o Brasil. Luís Inácio Lula da Silva assume a Presidência do país e nomeia Gilberto Gil como Ministro da Cultura (MinC). Com capital simbólico de relevante prestígio no cenário mundial e capacidade administrativa singular, Gilberto Gil decidiu inserir o Ministério da Cultura na comunidade internacional.

Dessa maneira, o MinC passou a assumir, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a política cultural exterior do país. Nesta perspectiva, a política internacional do Ministério da Cultura tornou-se parte da estratégia diplomática do Itamaraty e do presidente Lula. Assim, os rumos do MinC no âmbito exterior estão em consonância com o fortalecimento das conexões com os novos atores internacionais na diplomacia e política do Estado brasileiro, a partir de 2003.

Diante dessa conjuntura, surgiu o interesse em conhecer o trabalho do MinC no cenário global. Afinal, cultura e relações internacionais têm sido debatidas, de modo constante, na atualidade. Entender, portanto, as articulações entre estes campos, através do conhecimento das prioridades, da estratégia e da definição da política internacional do MinC, foi a finalidade principal desta monografia.

Sob a orientação do professor Dr. Antonio Albino Canelas Rubim, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - Universidade Federal da Bahia - e revisão bibliográfica sobre política externa, políticas culturais, relações culturais internacionais, e setores afins, além de entrevistas com pesquisadores e agentes culturais, foi possível entender o objeto de investigação. Deste modo, apresentar-se-á o resultado de um estudo que entendeu um dos grandes benefícios realizados por Gilberto Gil enquanto Ministro de Estado da Cultura do Brasil: a introdução da dimensão internacional na política cultural do Brasil e as conseqüências desta à inserção brasileira no exterior.

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICAS CULTURAIS DO BRASIL: UM PANORAMA DE GETÚLIO VARGAS A JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO

Os estudos de Amado Luiz Cervo sobre as relações internacionais do Brasil podem ser utilizados para se pensar as noções sobre este campo na contemporaneidade. Pois é sabido que, esta esfera, a partir da II Guerra Mundial vivenciou mudanças de paradigmas, a partir do surgimento de novas concepções. Até o início da Guerra Fria, em 1945, as teorias das relações internacionais apoiavam o poder de decisão dos países centrais em detrimento da vontade dos países periféricos. (CERVO, 2008).

Assim, da Guerra Fria até o final dos anos 90, século XX, os países em desenvolvimento eram simples espectadores das decisões elaboradas pelos estados ricos. Para tentar reverter este quadro, em 1999, foi criado o Grupo dos 20 (G-20) com a finalidade de estruturar um fórum de discussão sobre a economia internacional que tivesse a participação dos países em desenvolvimento. Diante disso, na reunião da rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), os emergentes surpreenderam as expectativas. Estes não se firmaram contra a liberalização do comércio internacional, pois requereram o estabelecimento de uma ação de reciprocidade neste projeto. Demandavam, portanto, uma equivalência de poder de escolha no cenário mundial, o que permitiu uma afirmação destes como novos atores no que concerne às discussões sobre a economia internacional. (CERVO, 2008).

Pode-se citar o Brasil, a China e a Índia como exemplos deste novo grupo. De acordo com Cervo (2008), estes possuem características em comum, as quais são essenciais às novas formas de construção da política exterior. Para o autor, estas nações podem ser classificadas, na comunidade internacional, como pacifistas. Pois não praticam políticas exteriores confrontistas; pautam sua conduta pela convivência com as diferenças culturais e defendem a troca do conflito pela cooperação entre os povos. (CERVO, 2008).

O compartilhamento desses aspectos embasa o argumento de Cervo (2008), apresentado a seguir, cuja utilização será necessária à introdução da problemática teórica das relações internacionais na contemporaneidade - imprescindíveis para situar o objeto de estudo deste trabalho: o Ministério da Cultura do Brasil (MinC) e suas políticas internacionais, de 2003 a 2008.

Cervo (2008) advoga que:

Contribuir para o fim das teorias de relações internacionais e para sua substituição por conceitos aplicados às relações internacionais propõe-se como caminho para transição do sistema internacional posto a serviço de interesses, valores e padrões de conduta das velhas estruturas do capitalismo para outro que acolha interesses, valores e padrões de conduta dos países emergentes. Propõe-se evolução mental correspondente à evolução material em curso. (CERVO, 2008, p.24).

Assim, os conceitos das relações internacionais aplicados na elaboração da política externa podem trazer uma eficácia maior à atuação dos novos atores do cenário mundial. Pois, respeitam a diversidade cultural dos países, os quais fundamentam o pensamento de cada Estado, no que diz respeito ao modo de planejar, executar e avaliar as suas políticas, seja para o âmbito interno, seja para o âmbito externo. Em suma, produzem conhecimento; ajudam a compreender a vida internacional; refletem a prática do campo das relações e políticas internacionais e sugerem caminhos à ação desta esfera. (CERVO, 2008).

Conforme esta visão, os países emergentes ou em desenvolvimento são os agentes principais desta mudança de entendimento e de prática das relações internacionais na atualidade, já que, historicamente, a construção de teorias é uma ferramenta importante à dominação dos países hegemônicos sobre os outros, como por exemplo, a justificativa do imperialismo do Norte sobre o Sul.

Uma mudança de política internacional passa, portanto, pela ação dos países em desenvolvimento no que se refere à implantação de conceitos e práticas que observem a conjuntura histórico-cultural das nações e, por conseguinte, a própria construção das sociedades. É indispensável, portanto, a implementação de noções sobre as relações internacionais que visem, acima de tudo, a inserção de políticas que almejem o desenvolvimento compartilhado dos povos que, ao longo do tempo, foram colocados à mercê do poderio mundial - como, por exemplo, o Brasil e os demais países da América Latina; a África, a Índia, a China, entre outros.

O campo da cultura se ingressa nessa discussão na medida em que se conforma como essencial à mudança de entendimento e ação das relações internacionais na contemporaneidade. Trabalhar a cooperação internacional a partir da cultura é avançar no processo de integração e desenvolvimento do mundo, sobretudo, das partes que ainda estão à margem das grandes potências. Isso é possível devido à riqueza que estes países possuem em termos de recursos – humanos, naturais, políticos e, principalmente culturais – que podem ser utilizados como ferramentas de um projeto de desenvolvimento comum, contrário à formação de hegemonias globais e dominadoras de outros estados.

O campo político, especialmente a vertente da política externa, atrelada às políticas culturais, é uma das chaves deste projeto e desta luta. Retorna-se, então, ao objeto de análise desta monografia: a interface entre as políticas culturais e as políticas exteriores que o Brasil tem desenvolvido na contemporaneidade, através do Ministério da Cultura (MinC), especificamente, da gestão de Gilberto Gil, entre 2003 e 2008 (recorte dado porque o mandato de Gil se destacou nesta área de intercâmbio cultural no cenário global). No entanto, antes de analisar o que se denomina por políticas internacionais do MinC, será feita uma retrospectiva histórica do tema: desde o surgimento das relações culturais internacionais até os seus desdobramentos referentes às políticas externas e as políticas culturais do Brasil.

2.1 As relações internacionais na leitura de Edwin Harvey: um caminho para a análise da política exterior do MinC

Os estudos de Edwin Harvey podem ser utilizados para se conhecer o que é denominado por relações culturais internacionais no tempo recente. Harvey (1991) considera esta área como ações em conjunto de atores governamentais, não-governamentais ou intergovernamentais, os quais executam atividades, programas e projetos culturais em espaços que extrapolam e transcendem as fronteiras geográficas das nações. (HARVEY, 1991). O pesquisador classifica, ainda, as relações culturais internacionais como integrantes das cinco dimensões das relações internacionais: 1) a política propriamente dita; 2) a econômica; 3) a comercial; 4) a defesa das forças armadas e 5) a cultural (HARVEY, 1991).

Ademais, Harvey (1991) apresenta três elementos essenciais aonexo cultura e relações internacionais: o seu aspecto internacional; a diplomacia cultural dos Estados e a política cultural exterior.

As relações culturais internacionais são compostas por agentes múltiplos: instituições do setor privado; instituições governamentais ou organizações não-governamentais (ONGs). O advento destes atores é decorrente do fenômeno da globalização econômica, política e cultural e pela necessidade de se implantar um sistema mundial de preservação e promoção da paz, sobretudo, após a II Guerra. Isto permitiu e ocasionou o contato das pessoas com distintas nacionalidades. Deste modo, emergiu-se uma demanda por serviços e políticas mundiais que foram respondidas com a criação de estruturas administrativas internacionais, regidas por normas jurídicas de Direito Internacional. Disso decorreram as premissas à diplomacia cultural dos estados. (HARVEY, 1991).

Desta maneira, a diplomacia cultural é vinculada à política exterior dos países, desde o final do século XIX, na Europa, momento em que este serviço foi inaugurado no mundo. No século XX, a diplomacia cultural adquire organização e profissionalismo, pois passou

a relacionar-se com o surgimento de organizações intergovernamentais, as quais realizam cooperação e ação cultural multilateral, equivalente a uma política cultural internacional. Esta afirmação é possível porque o trabalho dessas organizações intergovernamentais possui características que, na leitura de Harvey (1991), são essenciais a uma política internacional de cultura: objetivos; finalidades; metas e programas extra-nacionais próprios. No entanto, estes elementos são insuficientes para se implantar políticas culturais para o âmbito externo. Estas dependem de normas de legislação cultural internacional multilateral; Direito Constitucional das organizações internacionais e de acordos, convenções e tratados relacionados à vida cultural moderna.

Em relação à política cultural exterior, Harvey (1991) defende que as relações culturais internacionais se dividem em fases que correspondem a três modelos: 1) rudimentar; 2) de propaganda cultural e a 3) de organizações internacionais.

A etapa número um corresponde ao final do século XIX e a primeira metade do século XX. Nesta, a principal ação consistia na difusão internacional de informações, idéias e mensagens sobre os países, além da difusão do ensino da língua e da cultura nacional no exterior. A segunda fase, por sua vez, diz respeito ao período entre guerras. Neste tempo, a propaganda cultural, mais aperfeiçoada, tinha o objetivo de penetração ideológica e política. O exemplo mais ilustrativo para este momento se refere aos regimes totalitários vigentes na época – a URSS, com a propagação via cinema do Socialismo e a Itália, com a divulgação do Fascismo. Por último, tem-se a fase que é iniciada na II Guerra Mundial, amadurecida no pós Guerra, e que perdura até os nossos dias: o nascimento de organizações governamentais e intergovernamentais nacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

Além disso, a política cultural exterior, em geral, pode ser utilizada para os seguintes fins: 1) como instrumento de paz e de cooperação; 2) como apoio à diplomacia

convencional; 3) como meio para o entendimento internacional e 4) como combustível para o comércio exterior, segundo Harvey (1991). Quanto aos serviços, esta política tem a capacidade de oferecer: convênios culturais bilaterais; criação de casas ou institutos de cultura em países estrangeiros ou de outras atividades culturais no país; aproveitamento dos produtos das indústrias culturais nacionais e fomento das exportações de bens culturais.

Os modelos mencionados acima podem ser ilustrados a partir dos exemplos de relações culturais internacionais, da segunda metade dos anos 80 do século passado, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 01

PAÍSES	MODELO DE RELAÇÕES CULTURAIS INTERNACIONAIS E POLÍTICA CULTURAL EXTERIOR
América Latina, França, Itália e Espanha	Eram inseridos em estruturas dos Ministérios das Relações Exteriores
Grã-Bretanha e Japão	Estavam a cargo de Conselhos extra-governamentais
EUA	Mantinhm-se sob o domínio da iniciativa privada: universidades, fundações e outros tipos de organizações
URSS, Alemanha Oriental, China e Cuba	Eram estruturados pelo Estado: Ministérios da Cultura; órgãos especializados desses Ministérios e Ministério das Relações Exteriores

Em relação às políticas culturais do plano interno ou externo, é possível utilizar as contribuições de Albino Rubim (2007) e de Manuel Garretón (2003) em um diálogo com os estudos de Harvey (1991).

Para Rubim (2007) as políticas culturais podem abranger: Noções de política e cultura; formulações e ações; objetivos e metas; atores; públicos; instrumentos, meios e recursos humanos, materiais legais e financeiros; interfaces com áreas afins; além de possuir um caráter sistemático e envolver diferentes momentos da cultura: criação, invenção e inovação; difusão, divulgação e transmissão; circulação, intercâmbios, trocas e

cooperação; análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; fruição e consumo; conservação e preservação; organização, legislação, gestão e produção.

Na visão de Garretón (2003):

Las políticas culturales son el conjunto de actividades e iniciativas dirigidas a satisfacer necesidades culturales, desarrollar el ámbito expresivo-simbólico y generar perspectivas compartidas de la vida social de una determinada comunidad [...] La política cultural básica o referida al sustrato cultural de la sociedad abarca entre otros aspectos: el debate sobre el pasado, las proyecciones del país hacia el futuro y sobre los temas valóricos; las conexiones entre política cultural, educacional, científica y tecnológica; la inserción del país en el mundo; la reflexión, debate y acción sobre la información y comunicación; el desarrollo, protección y proyección nacional de las culturas de los pueblos originales y de las identidades regionales, locales, etáreas y de género. (GARRETÓN, 2003, p. 28).

Por último, é necessário apresentar os passos da análise de uma política cultural exterior, defendidos por Harvey (1991), os quais serão utilizados neste trabalho: 1) Observar que princípios e normas a política em questão está embasada (no que se refere ao cumprimento de objetivos precisos); 2) conhecer e avaliar os planos de ação e programas especializados; 3) identificar as opções e escolhas implementadas por esta política; 4) analisar as estruturas administrativas e institucionais; 5) avaliar a adequação e a funcionalidade dos meios e recursos programados e 6) verificar se a política de financiamento está em consonância com as metas do projeto. (HARVEY, 1991).

Entretanto, antes de se avançar ao exame do objeto já identificado, percorrer-se-á pela história das políticas culturais brasileiras e a sua relação com a política exterior do país. O recorte temporal da análise tem início em 1937 com o advento do *Estado Novo* através do golpe dado por Getúlio Vargas, pois é o marco inaugural das políticas culturais no estado brasileiro, conforme os pesquisadores dessa área – Antonio Albino Canelas Rubim; Alexandre Barbalho; Lia Calabre e outros.

2.2 O Estado Novo e a política externa do Brasil (1937 – 1945)

A política exterior da primeira gestão Vargas é caracterizada pela forte relação do Brasil com os Estados Unidos da América (VIZENTINI, 2008). A conjuntura internacional da época oferecia apenas esta opção para os países em desenvolvimento. É válida a recordação de que os governos de Getúlio Vargas estão paralelos aos grandes acontecimentos que mudaram o rumo da política internacional contemporânea: A II Guerra Mundial em sua primeira administração (1930-1945) e a Guerra Fria no segundo mandato (1951 a 1954).

O Brasil na administração de Vargas esteve ao lado dos Estados Unidos, apesar de quase firmar relações com a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Não fez isso pelo estabelecimento de negociações internacionais com os americanos, na busca de recursos para o desenvolvimento econômico do país. Os EUA, por sua parte, emergiram como a principal potência política, econômica e bélica do mundo, neste período, devido ao provimento de armamento militar aos países aliados em conflito, durante a II Guerra.

Tanto Cervo (2003) quanto Vizentini (2008) advogam que este aspecto unilateral da política externa do Brasil é anterior às grandes guerras mundiais, pois já era um modelo vigente desde o final do século XIX e início do XX. Além disso, Vizentini (2008) afirma que:

A unilateralidade durante a hegemonia norte-americana representou um novo período das relações internacionais do Brasil. Nela, foi concluído o traçado das fronteiras, o país voltou-se para um processo de inserção hemisférica e teve início uma vinculação mais estreita com o desenvolvimento econômico. A gestão do Barão do Rio Branco no Ministério do Exterior (1902-1912) representou um momento paradigmático dessa fase, pois concluiu a demarcação favorável das fronteiras contestadas e estruturou a chamada “aliança não escrita”

(segundo a clássica expressão de Bradford Burns) com os Estados Unidos da América. Coube a Vargas e os governos populistas dos anos 50, por sua vez, a vinculação estratégica da política exterior às necessidades do processo de desenvolvimento econômico, fenômeno que Amado Cervo denominou de “política externa para o desenvolvimento”. (VIZENTINI, 2008, p. 11).

A política externa de Vargas também é denominada de *barganha nacionalista*. Luciana Pinheiro (2005) defende que nas negociações do Brasil com os Estados Unidos predominava o apoio político-estratégico brasileiro em troca de auxílio dos estadunidenses ao desenvolvimento econômico do Estado vizinho da América do Sul.

Para ilustrar este momento, podem ser citados dois famosos símbolos da cultura brasileira no exterior¹: a luso-brasileira Carmem Miranda e o “Zé Carioca”. Carmem Miranda foi consagrada como o primeiro estereótipo de mulher brasileira - apesar de ser portuguesa - e foi sucesso nacional e nos EUA, onde faleceu no dia 04 de abril de 1955. Frutas tropicais, vestimentas coloridas, sensualidade, ritmo alegre compunham a personagem que fez parte de uma estratégia política de divulgação internacional dos elementos culturais do Brasil, no governo Vargas.

¹ Estes exemplos não podem ser considerados como políticas culturais internacionais de Vargas por não atenderem aos critérios discriminados por Rubim (2007), previamente mencionados, no que concerne às políticas culturais. Assim, Carmem Miranda e Zé Carioca podem ser enquadrados como estratégias de marketing (KOTLER, 2005) para a comunicação, ou melhor, para a construção da marca Brasil no ambiente externo.

Paralelo ao mito Carmem Miranda, Zé Carioca, personagem de caráter ficcional, era construído como outro símbolo cultural do Brasil. Assim, em 1940 os estúdios do *Wall Disney* “presenteavam” os brasileiros com o papagaio Zé ou *Joe Carioca* – uma espécie de jovem esperto e trapaceiro da cidade do Rio de Janeiro, numa versão animal. Este brinde dos amigos americanos, no entanto, tinha outro significado. Fazia parte da política de boa vizinha estabelecida entre os EUA e os países da América Latina com o intuito de firmar aliança de apoio das nações latino-americanas ao grupo dos aliados aos Estados Unidos na II Guerra Mundial. No entanto, o ícone “Zé Carioca”, possibilitou que o mundo conhecesse outra imagem estereotipada do brasileiro, neste caso, do “malandro” carioca, que passaria a influenciar o imaginário mundial sobre o Brasil até os tempos recentes.

2.3 O Estado Novo: a inauguração das políticas culturais brasileiras e a relação com a política externa do país

A proposta do governo Vargas em dotar o Brasil de uma identidade nacional tem reflexos na inauguração das políticas culturais do país. Para um considerável número de estudiosos e pesquisadores - Albino Rubim, Isaura Botelho, Alexandre Barbalho, entre outros – é no Estado Novo que se tem o marco inicial das políticas culturais no país. Estas políticas, por sua parte, podem ser incluídas no projeto de Vargas, conhecido como *nacional-desenvolvimentista*. No entanto, uma inquietação advém: como relacionar este interesse pelo nacional, especificamente do campo cultural, com o contexto das relações internacionais?

É sabido que a década de 30, período inicial desta análise, é marcada pela crise econômica mundial, decorrente do *crash* da bolsa de Nova York, em 1929. Para se pensar sobre esta situação, podem-se utilizar os estudos de Amado Luiz Cervo (2003) para se

tentar estabelecer uma conexão entre política exterior e relações internacionais do Brasil neste período.

Cervo (2003) diz que, ao contrário dos países centrais, o Brasil e outros países da América Latina – Argentina e México - a partir da década de 30, tiveram um extraordinário crescimento dinâmico de suas economias, o que os inseriu no grupo dos grandes países modernos da época. Esse crescimento permeou a visão dominante que esteve presente na política exterior do Brasil no intervalo de tempo que vai de 1937 a 1990, quando ocorre uma ruptura com os paradigmas adotados pelo Brasil, no que diz respeito às relações internacionais.

Assim, entre 1937 e 1990 domina no país o paradigma do Estado desenvolvimentista. Esta leitura proporcionou uma mudança nas relações internacionais e na política exterior do Estado brasileiro. De uma diplomacia agroexportadora, o Itamaraty passou a embasar a sua função na diplomacia tradicional, na imprensa e na opinião pública. (CERVO, 2003). O desejo, as intenções e as propostas políticas objetivavam o desenvolvimento do Brasil com o intuito de construir uma nação integrada e soberana, visto que, com a Revolução de 30, o regime político no Brasil buscou plataformas diferentes para o novo país que surgia: industrialização; urbanização; modernismo cultural e construção do estado nacional centralizado, sob o aspecto político-administrativo. (RUBIM, 2007).

O golpe de Estado de Vargas e o consecutivo estabelecimento do regime ditatorial iniciam, portanto, a triste tradição do autoritarismo nas políticas culturais brasileiras – idéia cunhada por Rubim (2008). Botelho (2009) concorda com Rubim (2008), pois defende que não houve política cultural anterior a Vargas, embora o estabelecimento da Família Real portuguesa no Brasil, em 1808, tenha implicado na criação das primeiras instituições culturais brasileiras: Biblioteca Nacional; Museu de Belas Artes e Museu Histórico Nacional.

Entretanto:

[...] É na década de 1930, durante o período Vargas, que se implantou um sistema verdadeiramente articulado em nível federal, quando novas instituições foram criadas com o fito de preservar, documentar, difundir e mesmo produzir diretamente bens culturais, transformando o governo federal no principal responsável pelo setor. (BOTELHO, 2007, p.02).

Apesar de o Brasil desenvolver conceitos e práticas políticas relacionadas ao contexto cultural interno, como defende Cervo (2008), os paradigmas que fundamentam teoricamente a política externa de um Estado, dependem da influência da conjuntura internacional. Assim, pode-se dizer que a política externa de Vargas tinha como norte a ideologia do *nacional-desenvolvimentismo* que era compartilhada pelos países latino-americanos. A dimensão prioritária desta política era a econômica o que justifica a ausência da relação entre políticas culturais e política exterior, neste momento histórico-político do Brasil.

Ao fazer um retorno aos paradigmas, ideologias e programas políticos dos Estados para o campo das relações internacionais discutidos por Harvey (1991), será possível entender que a política cultural exterior, de modo geral, apresenta reflexos dos sistemas político-administrativos das nações. Ao seguir a tendência mundial contemporânea, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil na Era Vargas é que concentra as relações culturais internacionais.

O argumento anterior pode ser recorrido para se dizer que na Era Vargas o Ministério da Educação e Saúde (MSE) - que incluía o setor cultural - e o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo não estruturaram uma política cultural internacional definida, porque esta vertente das políticas culturais estava em processo de formação no mundo e as políticas culturais estavam sendo iniciadas no Brasil².

As políticas culturais na primeira administração de Vargas tinham um forte teor nacional. A finalidade era desenvolver uma política para o campo da cultura que contribuísse à integração do país. De acordo com esse pensamento, Rubim (2007) descreve as características sobre esta preocupação pela “nacionalidade brasileira”: a) busca e produção da cultura nacional; b) afirmação das singularidades brasileiras; c) influência do Movimento Modernista na construção da identidade cultural. (RUBIM, 2007).

O nacionalismo de Vargas, ademais, esteve presente tanto nos ideários e nas orientações políticas gerais, quanto nas prioridades específicas, como é o caso das políticas culturais. Era forte a idéia e, por conseguinte, a propaganda de que o Brasil era um “Estado Nacional”. Além do mais, valorizava-se a mestiçagem, como um elemento folclórico e importante à formação da sociedade brasileira. Desta maneira, a contribuição dos estudos de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre Raimundo Faoro e outros intelectuais a respeito da história da formação sócio-econômica e cultural do Brasil formaram a base teórica deste processo³.

² Vale ressaltar que a inauguração das políticas culturais brasileiras são decorrentes à presença de dois intelectuais à frente de órgãos distintos do Estado: Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura do município de São Paulo, entre 1935 e 1938 e Gustavo Capanema, no Ministério de Saúde e Educação (MSE), de 1934 até 1945, os quais, em seus âmbitos de trabalhos desenvolveram um conjunto de intervenções no campo cultural que, segundo Rubim (2007) e Botelho (2009) podem ser entendidas como políticas culturais.

³ A obra “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda (2004, 26ª Ed.) é um exemplo deste esforço intelectual de entendimento e valorização da mestiçagem brasileira. Os dois fragmentos a seguir ilustram essa tese: “[...] Toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida (HOLANDA, 2004, p.40)”. Além disso, Buarque de Holanda (2004) defende que foi por entender o processo de mestiçagem de raças como um percurso natural que os portugueses conseguiram construir uma pátria distante da Europa (HOLANDA, 2004, p. 62).

Todavia, Vargas não estava totalmente fora do contexto internacional, pois só a partir da Guerra Fria, em 1945, que os estados começam a trabalhar, de modo efetivo, as relações culturais internacionais, como diz Calabre (2009), ao citar Bolán (2006):

[...] Segundo Eduardo Nivón Bolán, a política cultural como uma ação global e organizada é algo que surge no período pós-guerra, por volta da década de 1950. Até então, o que se verificava eram relações, de tensão ou não, entre o campo do político e o da cultura e da arte em geral, gerando atos isolados. (CALABRE, 2009, p.01, apud NIVÓN, 2006).

Nas políticas culturais de Capanema/Vargas, a ideologia nacionalista se concretizou na criação de estruturas culturais, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 02

ANO	INSTITUIÇÃO	SIGLA	DECRETO-LEI
1932	Superintendência de Educação Musical e Artística	SEMA	nº 19.890 de 18/04/31
1936	Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa	SRE	Doação feita por Roquete Pinto
1936	Instituto Nacional de Cinema Educativo	INCE	nº 21.240/1932
1937	Serviço do Patrimônio Histórico Nacional	SPHAN	nº 25 de 30/11/1937
1937	Serviço Nacional de Teatro	SNT	nº 92 de 21/12/1937
1937	Instituto Nacional do Livro	INL	nº 93 de 21/12/1937
1939	Departamento de Imprensa de Propaganda	DIP	nº 1.915 de 27/12/39
1939	Conselho Nacional de Cultura	CNC	nº 526 de 19/01/39
1942	Conservatório Nacional de Canto Orfeônico		nº 4.993 de 11/1942

Acrescenta-se aqui que o Departamento Nacional de Propaganda (DIP), de acordo com Rubim (2007), estava incumbido: pela radiodifusão; pelo cinema; pelo teatro; pelo turismo; pela imprensa e pela divulgação em um plano interno, pois havia uma necessidade de transmitir elementos que construíssem uma “cultura nacional”, como por exemplo, a Semana da Pátria, personagens do folclore brasileiro e ritmos como o samba. Além destes órgãos, Botelho (2009) diz que instituições criadas desde a época do Império

foram incorporadas ao sistema cultural do MSE: a Biblioteca Nacional; a Casa de Rui Barbosa; o Museu Histórico Nacional e o Museu Nacional de Artes Plásticas.

Neste período fecundo das políticas culturais nacionais, legislações para o campo da cultura foram fundadas, além dos decretos-leis de criação das instituições já mencionadas. Por exemplo, as Constituições de 1934 e de 1937 deram início à institucionalização do setor da cultura e contribuem com o embasamento jurídico-legal das estruturas culturais citadas acima, dentre outras colaborações.

2.4 O Brasil entre 1945 e 1954: democracia, políticas culturais e relações culturais internacionais

As relações internacionais, para Vicentino (1997), durante a Guerra Fria estavam submetidas aos interesses norte-americanos e soviéticos. No pensamento de Demétrio Magnoli (2004), a ordem bipolar, vigente nesta época se estendeu de 1947, quando entrou em vigor a *Doutrina Truman* e o *Plano Marshall*, até 1989 com a derrubada do Muro de Berlim. Estes instrumentos político-econômicos eram os principais vetores das relações internacionais da Guerra Fria. Esta Doutrina objetivava, principalmente, minimizar a lógica expansionista da URSS. Ela foi formulada pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em 1947, marco inicial da Guerra Fria:

No dia 12 de março de 1947, o presidente norte-americano Harry Truman, num discurso no Congresso, afirmou que os Estados Unidos se posicionaram a favor das nações livres que desejassem resistir às tentativas de dominação. A meta de Truman era combater o comunismo e a influência soviética, oficializando a Guerra Fria. No mesmo ano, o secretário de Estado, George Marshall, reforçou a posição norte-americana ao lançar o Plano Marshall, um programa de investimentos e de recuperação econômica para os países europeus em crise após a guerra. (VICENTINO, 1997, p.395).

Magnoli (2004) advoga que a Guerra Fria podia ser visível, de modo nítido, na bipartição da Europa, cujo símbolo principal foi a divisão da Alemanha numa parte capitalista – a República Federal da Alemanha- e em outra socialista – República Democrática Alemã. Não bastasse esta divisão, em 1961, na capital deste Estado foi construído o já referido Muro de Berlim que separou a cidade, assim como o país, em dois blocos, capitalista e socialista, respectivamente.

Na defesa pelo capitalismo, os Estados Unidos agregaram dois campos sociais: a política e a economia, sendo o último, o eixo de sua política externa. Assim, para que o sistema capitalista pudesse avançar em termos geopolíticos e geoeconômicos, era necessário que a democracia estadunidense se consolidasse, no plano internacional, como o modelo de regime político ideal. Pois de acordo com Spanier (1991), os EUA propagavam a imagem de um país onde só existia uma classe social – a média – o que correspondia a uma sociedade e cultura de paz, sem desigualdade, ao contrário da Europa.

Ademais, Spanier (1991) acrescenta que:

[...] Estados Unidos se veía a sí mismo como algo más que simplemente la primera “nueva nación” del mundo; también era la primera democracia del mundo y, en tanto que tal, el primer país en la historia con el deseo de que se desarrollara y alcanzara mejores condiciones una gran cantidad de gente común, de poder asegurarles la oportunidad de enriquecer y ennoblecer sus vidas. (SPANIER, 1991, p. 58).

O intelectual retoma a política externa dos EUA no que concerne ao propósito de estender ao máximo, a liberdade e a justiça social para toda a humanidade, através da construção simbólica de uma *Nova Jerusalém*, que seria sediada nos Estados Unidos (MAGNOLI, 2004). Para que todos os povos pudessem receber estas “maravilhas” prometidas pelos estadunidenses, era necessário uma adesão a este modelo político-econômico de democracia, difundido por esta Federação.

De acordo com Spanier (1991), os EUA, através de seus discursos, distinguiam os benefícios que os estados receberiam ao aderir à Democracia, como mostra a tabela 03:

Tabela 03

ESTADOS DEMOCRÁTICOS	ESTADOS NÃO-DEMOCRÁTICOS
Controle do povo sobre os seus líderes	Tendência à guerra e ao "mal"
Mudança periódica dos líderes políticos	Despotismo e autoritarismo
As nações se tornariam pacíficas e morais	Os regimes aristocráticos da Europa são os melhores exemplos
Os EUA se consagrariam como o modelo de sociedade ideal	

A contribuição que a política exterior dos Estados Unidos deu às relações internacionais, conforme Spanier (1991) é nociva porque ajudou a produzir uma distorção quanto à relevância da esfera política e do campo econômico, para a época. Além disso, colaborou para que os estadunidenses enxergassem na economia capitalista a única força motriz possível e real para o desenvolvimento das sociedades, a partir do pós II Guerra.

Spanier (1991) ainda argumenta que:

[...] La propiedad privada, los beneficios y el mercado eran las claves para asegurar la felicidad del pueblo, al hacerlo vivir en la abundancia. El capitalismo, en resumen reflejaba el materialismo de la era de la industrialización. (SPANIER, 1991, p. 62).

Em consonância com esta conjuntura internacional bipolar, o Brasil possuía um regime democrático limitado. A política externa brasileira, por sua vez, conservou a unilateralidade das relações com os Estados Unidos, pois o interesse pelo desenvolvimento nacional era o que impulsionava o governo Vargas também em seu período democrático (de 1951 a 1954), como foi outrora.

Com a utilização do modelo de substituição de importações, a política de desenvolvimento nacional de Vargas almejava que o país saísse do patamar subdesenvolvido. De acordo com esta visão, Vargas implementou um projeto industrializante para a nação que tem a criação da Petrobrás e, por conseguinte, a campanha “O Petróleo É Nosso” como ilustrações contrárias ao imperialismo norte-americano que tentava se consolidar na América Latina.

Com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, o vice-presidente João Café Filho assume o comando do Brasil. A situação interna do país, desde a década de 30, século XX, era de mudanças sociais, políticas e econômicas, com destaque para a travessia do mundo rural para o mundo urbano e, por conseguinte, o crescimento desordenado das cidades. Assim, foi possível que Vargas adotasse o modelo econômico intitulado de *Bases do Desenvolvimento* que previa o Estado como o principal orientador do desenvolvimento econômico, através do processo da industrialização; liberalização política e controle social e sindical. (D’ARAÚJO, 2009; VICENTINO, 1997; VIZENTINI, 2007).

No que se refere às relações internacionais da década de 50 do século XX e suas proximidades temporais, é possível dizer que estas receberam um novo ator: o Terceiro Mundo. Formada pelas ex-colônias européias, emancipadas no pós II Guerra – países asiáticos e africanos – e da América Latina, a categoria terceiro-mundista entendia o globo classificado por três níveis: o primeiro mundo eram os países capitalistas liderados pelos Estados Unidos e o segundo, os países socialistas com a URSS na chefia.

Dentro do campo das relações exteriores, as políticas internacionais de cultura, começaram a se estruturar. Pois, conforme Harvey (1991), dois acordos internacionais instituídos no século XIX e meados do XX ajudaram a embasar a criação da política cultural internacional: A *Convenção de Berna* e a *União Internacional das Repúblicas Americanas*.

A *Convenção de Berna*, assinada em 09 de setembro de 1886, na Suíça, estabeleceu, para o âmbito das Nações Unidas, pelos artigos 21 e 22, a *União Internacional para a Proteção de Obras Artísticas e Literárias* com a pretensão de proteger os direitos do autor, da cultura e da informação. Sediada em Washington (EUA), a *União Internacional das Repúblicas Americanas*, por sua vez, foi o primórdio de uma estrutura administrativa de cooperação cultural pan-americana. Entretanto, a institucionalização e o desenvolvimento de uma legislação cultural para esta estrutura só aconteceram com a implantação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1945 – assunto que será tratado *a posteriori*.

Entre a I e a II Guerra aconteceram, no âmbito internacional, reuniões, congressos, conferências, debates sobre o campo das relações culturais internacionais que emergia neste período. Isto caracteriza a segunda fase da história da política cultural exterior, conhecida como *diplomacia de conferência*. Neste momento ocorreu a aprovação de acordos e tratados internacionais e a criação de organismos internacionais permanentes, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1946.

Para Harvey:

[...] La aprobación de normas y convenciones de derecho internacional vinculadas a la legislación cultural internacional de nuestro tiempo ha sido el fruto de casi todas ellas. En el marco de la diplomacia de conferencia, hasta la creación de la OEA, puede señalarse también a las conferencias internacionales americanas que se sucedieron a lo largo del siglo XX. (HARVEY, 1991, p. 27).

A Unesco procede de encontros, durante a II Guerra Mundial, de Ministros da Educação que, reunidos em Londres, no dia 16 de novembro de 1942, na Conferência de Ministros Aliados (CAME), pensaram as propostas de criação de um órgão na ONU que seria incumbido da nova questão da política cultural internacional que emergia nesse contexto.

(HARVEY, 1991). Deste modo, o objetivo principal da CAME era pensar as propostas para a educação, a ciência e a cultura direcionadas, em primeiro lugar, aos países europeus, neste momento, porque o continente havia se arruinado, após duas grandes guerras - o que prejudicou o desenvolvimento desses campos.

Harvey (1991) considera que a ação da CAME trouxe resultados positivos para as relações culturais do cenário internacional. Através desse órgão, foi possível fazer a gestão do projeto da Unesco. Outra colaboração importante foi a evolução da política cultural internacional, devido à atuação da CAME, em diversas áreas e setores da cultura: livro e periódicos; convenções culturais; ciências; cinema; emissões radiofônicas e meios similares; proteção e restauração de bens culturais e equipamentos educativos - utilizados na resolução de problemas de ensino nos países livres da II Guerra.

Em uma Conferência da ONU, em 04 de novembro de 1946, na cidade de Londres, nasceu a Unesco. Nesta reunião⁴ determinou-se: a) a criação de um organismo da ONU responsável pela educação, pela ciência e pela cultura, embasada em normas jurídicas de Direito Internacional e de Diplomacia Cultural e b) uma comissão temporária para cuidar da primeira conferência do novo órgão, que aconteceu no ano seguinte. A CAME, portanto, estabeleceu uma base estrutural e política para a implantação da Unesco:

El CAME tuvo su última reunión el 5 de diciembre de 1945. La Unesco heredó sus archivos pero también una nueva tradición en materia de relaciones culturales internacionales. La diplomacia cultural multilateral o colectiva iniciaba una nueva etapa en el mundo. La política cultural internacional encontraría a partir de entonces un nuevo foco, permanente y universal, para la discusión de los intereses colectivos vinculados a la cooperación cultural entre los países. (HARVEY, 1991, p. 35).

⁴ O Brasil esteve presente na reunião em que a Unesco foi criada, ocorrida na Inglaterra.

Para Kauark (2007) a principal contribuição que a emergência da Unesco traz às relações culturais exteriores é a inclusão da cultura como temática de destaque na agenda internacional. Na visão de Kauark (2007), portanto, a política cultural internacional passaria a ser uma nova problemática mundial e necessitava de atenção por parte dos Estados. Diante desta nova conjuntura cultural internacional, as regiões começaram a criar organismos internacionais de cooperação educacional, científica e cultural, como a OEI e a OEA – através da Comissão Interamericana de Cultura (CIC) – para desenvolver projetos de desenvolvimento local, entre outros interesses.

2.5 O Brasil e as relações culturais na América e no espaço ibero-americano⁵

No continente americano, a questão da cooperação cultural era um tema presente desde a União Pan-Americana (UP), com destaque à *Conferência Internacional Americana* que aconteceu em Washington, entre fevereiro de 1889 e abril de 1890. O Brasil participou deste encontro. No plano interno, o país vivenciava a transição do regime imperial para o republicano.

Nesta Conferência é implantada a *Oficina Comercial das Repúblicas Americanas* com o objetivo de fomentar o desenvolvimento comercial no continente. Ademais, fundou-se a *Biblioteca Latino-Americana*, com sede na cidade de Washington (EUA), a qual estava responsável pelo incentivo à cooperação cultural entre os países americanos - ação que estava imbuída, sobretudo, pela problemática da propriedade intelectual.

⁵ O espaço ibero-americano é composto pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Em meados dos anos 30 do século passado, na primeira gestão de Vargas, a UP realizou a Oficina de Cooperação Intelectual entre os países-membros. A intenção deste projeto era instalar uma rede de organismos técnicos e administrativos – um aparelho organizacional – para melhorar o trabalho dessa União. Esta demanda seria atendida a partir do programa de cooperação cultural da UP, que previa a criação de estruturas alocadas nos Ministérios de Relações Exteriores de países americanos.

Mesmo com a eclosão da II Guerra, as conferências americanas de cooperação intelectual não deixaram de ocorrer. Destaca-se a resolução da *II Conferência Americana de Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual*, ocorrida em Havana, no ano de 1942, em que foi estabelecida a *Oficina de Relações Culturais e Cooperação Intelectual* com o objetivo de: “[...] Coordinar la labor de numerosas organizaciones internacionales educativas, artísticas, culturales y científicas y promover la mutua comprensión y cooperación intelectual” (HARVEY, 1991, p.58), entre os povos.

Ademais, Harvey (1991) advoga que esta proposta antecede a criação da Unesco a partir das seguintes propostas:

[...] a) La creación de un departamento de cooperación intelectual en cada uno de los ministerios de relaciones exteriores de los países americanos; b) La constitución de institutos culturales nacionales; c) La reducción de tarifas postales interamericanas para el transporte de libros e impresos y franquicias postales sobre los mismos cuando fueran destinados a bibliotecas públicas; d) La ayuda a los intelectuales en el exilio; además de declaraciones sobre la libre expresión del pensamiento y la condenación de los regímenes totalitarios, y de un nutrido conjunto de acciones y proyectos culturales. (HARVEY, 1991, p. 58).

Não obstante, o estabelecimento de organismos internacionais que atuavam com cooperação cultural na Ibero-América, a exemplo da OEI e do Convênio Andrés Bello, contribuiu para que os países institucionalizassem organismos governamentais para atuar no campo da cultura. No Brasil, esta colaboração foi importante à estruturação das entidades criadas e previamente dita, na Era Vargas, as quais receberam poucos incentivos por parte dos governos posteriores, como o de Juscelino Kubitschek.

2.6 O governo JK: relações culturais internacionais e política externa do Brasil

O cenário político-eleitoral brasileiro da eleição de Juscelino Kubitschek (JK) é caracterizado pelos seguintes elementos pertencentes ao regime democrático: Constituição liberal; sistema partidário de âmbito nacional; valorização do Congresso Nacional; eleições livres e periódicas e liberdade de imprensa. Desse modo, a eleição que permitiu o advento de JK à Presidência, na opinião de De Paula (2009), tem uma singularidade importante para o histórico político do país:

A eleição de 3 de outubro de 1955 foi uma das mais disputadas da história brasileira. Juscelino ganhou com uma das menores percentagens de votos válidos (33,82%) até então dadas a um presidente da República. Além disso, o drama da campanha foi apenas o princípio de uma sucessão de ameaças à legalidade democrática, cujo ponto crítico seria o Movimento do 11 de Novembro, dois meses e meio antes do desenlace final: a posse dos eleitos, em 31 de janeiro de 1956. (DE PAULA, 2009, p.01).

JK assume a chefia do país, em 1956. A política externa deste governo é de continuidade ao “[...] Alinhamento automático com relação aos Estados Unidos, concentrando-se, portanto, na diplomacia hemisférica”. (VIZENTINI, 2008, p. 20). Entretanto, Kubitschek amplia o projeto de desenvolvimento nacional – prioridade da Era Vargas – com a abertura do país ao capital internacional. O que parece ser antagonico (nacional-

desenvolvimentismo versus liberalismo econômico) passa a ser a singularidade desta administração.

O projeto político de JK unia os interesses da potência hegemônica, Estados Unidos, com o [tradicional] plano de industrialização do Brasil. Esta proposta político-econômica passou a ser enquadrada como de *desenvolvimento associado*, substituindo, portanto, a de nacional-desenvolvimentismo. O modelo, enfim, previa a conexão entre capital estrangeiro e a ligação unilateral com os EUA. (VIZENTINI, 2009).

As relações internacionais do Brasil neste período principiaram *desenvolvimento associado* e abertura política ao campo exterior. Neste sentido, as relações Brasil-França ilustram a tese proferida. O pesquisador Lessa (2000) faz um panorama do período da aliança entre esses países. Segundo o autor, as negociações franco-brasileiras entre 1950 e 1961 eram caracterizadas pelos seguintes aspectos: 1) a França era um dos sete maiores clientes, fornecedores e inversionistas do Brasil (situação que perdurou até a década de 90, século passado); 2) havia pouco dinamismo nessa relação se comparada às comercializações entre Brasil e EUA, Brasil e Argentina, Brasil e Alemanha, Brasil e Itália ou Brasil e Grã-Bretanha e 3) o Plano de Metas de JK não agradou a França.

A respeito do último item, Lessa (2004) advoga que:

[...] Com efeito, o Brasil que crescia embalado pelo Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek não encantou a França do mesmo modo que o fez para outros países europeus. Efetivamente, resistiram os franceses a providenciar formas de acomodação das relações comerciais e financeiras com o Brasil nas suas preocupações, que se voltavam crescentemente para o espaço europeu e para a manutenção da proeminência nas economias dos países que emergiam do desmonte de seu império colonial. (LESSA, 2004, p.38)

Quanto aos desafios do governo JK para o âmbito externo, além da divulgação internacional da construção de Brasília como símbolo de um Brasil moderno, é válido ressaltar as seguintes questões. Em primeiro lugar, fatores políticos internos e externos como a crise do programa “50 em 5”, acrescidos da criação da Comunidade Européia e pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil, fizeram com que o país se inserisse na Operação Pan-Americana (OPA). A OPA, dentre outras finalidades, almejava a cooperação estadunidense para o desenvolvimento sócio-econômico de regiões miseráveis e pobres da América Latina. Ademais, dava-se ênfase à utilização de capitais públicos e o multilateralismo das relações interamericanas (VIZENTINI, 2008; SILVA, 2009).

Conforme Silva, a OPA foi o destaque da política exterior de Kubitschek:

[...] Aproveitando-se da conjuntura favorável, em maio do mesmo ano JK enviou uma carta ao presidente norte-americano Dwight Eisenhower em que lamentava o grau de deterioração das relações hemisféricas e propunha, como solução, uma revisão do pan-americanismo. Nascia assim a Operação Pan-Americana (OPA), principal iniciativa diplomática do governo Kubitschek, baseada na proposta de que os EUA assumissem um compromisso político com a erradicação do subdesenvolvimento latino-americano que incluísse a alocação de investimentos públicos. Esse compromisso corresponderia aos próprios interesses americanos, tendo em vista que o subdesenvolvimento contribuía para a instabilidade política do continente, abrindo inclusive a possibilidade de que ideologias "exógenas" ganhassem influência devido aos baixos padrões de vida das populações latino-americanas. (SILVA, 2009, p.01).

Além da OPA, o país precisou retomar os projetos nacionalistas de desenvolvimento. Contudo, o crescimento da base industrial do Brasil gerou novas demandas internacionais que não foram respondidas à altura por JK, como: a) questão da descolonização asiática e africana e b) a agenda do terceiro-mundismo e o seu projeto de revolução social na América Latina (VIZENTINI, 2008).

Um exemplo para o último item acima é a *Revolução Cubana*, ocorrida em 1959 e liderada por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara. Por ter alcançado êxito com esta revolta, Cuba implementou medidas econômicas e sociais que eram contrárias aos interesses dos EUA. Diante disso, Washington e Havana desfizeram suas relações diplomáticas. Cuba estreitou, por conseguinte, seu diálogo com a URSS o que propiciou o bloqueio econômico por parte da Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA, em 1962. (SILVA, 2009).

Devido a esse contexto e tendo como posse a “Ideologia de Segurança Nacional”, os EUA passaram a difundir a imagem de pátria “protetora” do mundo. Não obstante, a Revolução Cubana poderia ter sido o marco inicial do processo revolucionário em prol da implantação de regimes socialistas em todos os países da América Latina, caso não tivesse sido amplamente difundido esse conjunto de idéias pelos EUA:

[...] A concepção de segurança nacional associada à noção de desenvolvimento recebeu sua forma acabada na Escola Superior de Guerra (ESG). Para a ESG, em linhas gerais, o desenvolvimento se lograria pro meio de afirmação da segurança, e esta só seria possível por intermédio de um alinhamento inequívoco ao Ocidente democrático e cristão, o “mundo livre” liderado pelos Estados Unidos. (VIZENTINI, 2008, p.20).

Neste tempo de redemocratização, a partir do histórico das políticas culturais brasileiras, era inexistente uma ligação dos organismos internacionais (Unesco, OEI, Cátedra Andrés Bello etc.) com o órgão gestor das políticas governamentais de cultura no Brasil - o MEC. Entretanto, estas organizações visavam desde suas cartas constituintes, a cooperação cultural entre os estados-membros.

2.7 Jânio Quadros e João Goulart: política externa e ausência de políticas culturais

O conservador Jânio Quadros substituiu JK, em 31 de janeiro de 1961, através de eleições diretas, tendo como vice o candidato progressista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), João Goulart, os quais foram eleitos de modo separado de acordo com o sistema político-eleitoral dessa época. A vitória destes homens, portanto, justifica a tese de Vizontini (2008) na defesa pela inexistência de linearidade entre a política externa e a política interna de um Estado (VIZENTINI, 2008).

De acordo com este pensamento de Vizontini (2008), Jânio Quadros pode ser entendido como uma contradição. Mesmo hospedado em um partido conservador e de direita, Quadros se aproxima diretamente de lideranças socialistas. Encontros com Fidel Castro e com Nikita Krushov (Brasil, Cuba e URSS); críticas à política externa dos Estados Unidos e o não-bloqueio a Cuba compunham características da nova política de Jânio para o âmbito internacional. Nascia, então, a Política Externa Independente (PEI) que era composta pelos seguintes princípios:

[...] 1. Exportações brasileiras para todos os países, inclusive socialistas; 2. Defesa do Direito Internacional, da autodeterminação e da não-intervenção nos assuntos internos de outros países; 3. Política de paz, desarmamento e coexistência pacífica nas relações internacionais; 4. Apoio à descolonização completa de todos os territórios ainda submetidos e 5. Formulação autônoma de planos nacionais de desenvolvimento e de encaminhamento da ajuda externa. (VIZENTINI, 2008, p. 23).

A PEI rompe com o norte que a política externa brasileira havia tomado nos governos passados. O que ocorreu foi uma proposta de ampliação das relações internacionais do Brasil que passaria a negociar não apenas com os Estados Unidos e a Europa capitalista, mas com os países socialistas e com os do Terceiro Mundo. Deste modo, inseriu-se a *multilateralização* como o novo parâmetro das relações exteriores.

Mesmo com o objetivo de ampliar a abrangência das relações internacionais, a política econômica do Itamaraty conservou suas alianças com o FMI, apesar de provocar Washington (VIZENTINI, 2008, p.21). Pois o Brasil necessitava de investimentos e mercados estrangeiros – tanto dos EUA e URSS, quanto do Terceiro Mundo - para avançar no processo de adequação do mercado interno ao padrão internacional, pela reformulação de sua base produtiva. De acordo com Vizentini (2008): “(...) A partir da década de 1950 e 1960, a política externa procurou tornar-se um instrumento indispensável para a realização de projetos nacionais, no caso a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo”. (VIZENTINI, 2008, p.29).

Ao estabelecer um diálogo de Harvey (1991) com Pitombo (2003), Rubim (2003) e Rubim (2003), é possível dizer que, em termos de políticas culturais internacionais, a gestão de Jânio Quadros não avançou. Estes investigadores defendem que o marco temporal do “campo de ação cultural governamental” para o cenário internacional e multilateral, é a *1ª Reunião Interamericana de Diretores de Cultura*, que foi sediada em Washington, EUA, em 1963. Além disso, a criação do Ministério francês para assuntos culturais, pouco antes, em 1959, influenciou a valorização e a implantação de institucionalização de políticas para o campo cultural, por parte dos Estados.

A situação interna das políticas culturais ficou aquém deste cenário internacional. Nas administrações de Quadros de Jango, não houve uma definida intervenção da política nacional no campo da cultura, fato que deu continuidade ao que ocorreu no mandato de JK, no que se refere ao abandono político-estatal a esta esfera. Lamenta-se isso, porque, na Era Vargas, principalmente quando ele instalou o Estado Novo, as políticas de cultura foram inauguradas e começaram a se institucionalizar no país. Assim, ao abandonar esta área, os governos Dutra, JK, Quadros e Jânio, dificultaram à inserção do Brasil no campo das relações internacionais culturais que emergia neste período.

2.8 O Brasil-Militar: política externa e políticas culturais entre 1964 e 1985

2.8.1 A Diplomacia e a política exterior da Ditadura

O regime militar foi instalado no Brasil através do golpe de Estado dado por setores da elite civil e por militares, embasados pela concepção estadunidense de segurança nacional, na madrugada de 31 de março a 01 de abril de 1964. Autoritarismo. Crescimento econômico. Censura. Tortura. Repressão. Aspectos que marcaram este período da história brasileira.

Esta ideologia de segurança nacional marca também a política exterior militar. Com esta bandeira de luta e com o desejo de tornar o Brasil em uma potência econômica os comandantes políticos do Brasil-Militar avançaram para uma *diplomacia da prosperidade*, como afirma Vizontini (2008).

Para o autor, o primeiro governo da Ditadura, liderado pelo General Castelo Branco (1964-1969) se caracteriza por três abandonos: à causa do terceiro-mundismo; ao multilateralismo e às dimensões mundiais da PEI. Deste modo, o Brasil passa a manter relações apenas com os Estados Unidos. Isso aconteceu porque o cenário internacional ainda é permeado pela bipolarização da Guerra Fria e os EUA difundem uma ameaça ao mundo pela expansão dos comunistas. Em consonância com estes aspectos, em 1964, o Brasil rompe as relações com Cuba, as quais vinham se fortalecendo nos governos Quadros e Goulart (VIZENTINI, 2008). Além disso, o estado brasileiro pretendia continuar com a política de troca de favores com EUA, para captar recursos financeiros ao desenvolvimento interno.

Por influência do imperialismo estadunidense, em 1965, o Brasil executou uma intervenção militar na Guerra Civil da República Dominicana. Atitude que mudou a imagem brasileira no cenário continental. O país do verde-amarelo passou a ser visto

também como imperialista e, por conseguinte, a diplomacia militar, foi considerada como “sub-imperialismo norte-americano”. (VIZENTINI, 2008).

Ao iniciar o regime ditatorial, o Itamaraty fez uma reforma no quadro pessoal do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Os diplomatas que defendiam ou se entusiasmaram com a PEI foram afastados ou colocados em postos de menor escalão. Entretanto, aos poucos, estes diplomatas começaram a influenciar a política exterior dos militares, fazendo com que esta, se assemelhasse paulatinamente, com a PEI. A diplomacia do governo Costa e Silva, por exemplo, através do Chanceler Magalhães Pinto, definiu o Brasil como “Terceiro Mundo” – apesar de não manter relações com os outros países deste bloco – e não como do “Ocidente” – mudança diplomático-cultural importante ao projeto de integração latino-americana, em períodos posteriores.

De 1969 a 1974, o governo Médici construiu uma *diplomacia de interesse nacional*. É nesta administração que acontece o “milagre econômico” – fenômeno que possibilitou o crescimento da economia do Brasil em 10% ao ano. Além disso, o capital privado começa a ser injetado no país, o que implicada na formação do tripé econômico brasileiro: capital privado; empresas estatais e empresas transnacionais. Cada segmento desses assumiu uma responsabilidade específica. A produção de insumos (autopeças) e o consumo popular ficaram a cargo do capital privado nacional; os serviços de infraestrutura, energia, indústrias de base e bens de capital, permaneceram sob a incumbência estatal. Por último, as empresas transnacionais assumiram o setor de bens de consumo duráveis e de eletrodomésticos.

Entre 1974 e 1979 o Brasil esteve liderado por Ernesto Geisel. Sua administração foi marcada pelo projeto de abertura política. Isso porque na gestão anterior, chefiada por Médici, teve-se a fase mais dura do regime militar, sobretudo, com a promulgação do AI-5, em 1968.

Ao assumir a chefia do país, Geisel necessitou enfrentar o colapso financeiro da União, decorrente da crise mundial de petróleo, através de novos empréstimos do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Diante desta questão, Geisel adotou o encaminhamento do processo de abertura política como principal projeto político de seu governo (VIZENTINI, 2008). Isso deveria ser feito de uma maneira controlada, antes que uma grave crise financeira se instaurasse no âmbito interno. O possível colapso, no entendimento de Vizentini (2008), poderia acarretar em um descontentamento e revolta da sociedade. Por isso e dentre outros fatores, em 1978, o AI-5 saiu de vigor o que implicou, entre outras conseqüências, no retorno legal das atividades proibidas por este ato institucional.

Segundo Vizentini (2008), no governo Geisel, o Brasil desenvolveu a diplomacia chamada de *pragmatismo responsável e econômico*, liderada pelo Chanceler Antônio Azeredo da Silveira. Os principais aspectos desta política exterior são: 1) permissão do Itamaraty à instalação de um escritório da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Brasília; 2) apoio ao voto anti-sionista⁶ na ONU, isto é, contra o racismo nas deliberações deste Organismo; 3) adoção de uma política de exportação de produtos primários, industriais e serviços em troca de fornecimento de petróleo; 4) reconhecimento do Brasil, no âmbito da ONU, no que concerne ao seu posicionamento como país do Terceiro Mundo e 5) fortes relações com Estados africanos em processo de independência – Angola e Moçambique, entre outros⁷.

O governo Geisel também foi palco de conflitos entre o Itamaraty e o Conselho de Segurança Nacional (CSN). O primeiro defendia o alargamento da diplomacia brasileira e o segundo, de outro lado, advogava em prol do retorno às relações unilaterais entre Brasil e Estados Unidos. Este Conselho, por sua vez, enxergava que a conexão Brasil-EUA era a melhor estratégia à transformação do país – subdesenvolvido – em uma grande potência mundial, como o Japão, por exemplo.

⁶ *Sionismo* é o movimento nacionalista que lutou pela criação de um estado judaico na Palestina, tornando-se vitorioso em 1948.

⁷ Entre o último governo militar e o primeiro civil, no período, da redemocratização, a política externa brasileira manteve um caráter multilateral. “Nessa época, o Brasil logrou grande respeito no cenário internacional, particularmente entre as nações do Terceiro Mundo, atingindo o apogeu da diplomacia do Itamaraty (VIZENTINI, 2008, p.61).

Nas relações sul-americanas, Spektor (2002), advoga que a cordialidade oficial do Brasil, na diplomacia de Geisel, tentou impedir uma coalizão entre Brasil e Argentina, já que ambos desejavam alcançar o patamar de principal potência da América do Sul:

[...] Argumenta-se que, entre 1974 e 1979, Ernesto Geisel e seu chanceler, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, puseram em xeque o lugar da Argentina no cálculo estratégico da política exterior brasileira, questionando a validade do típico marco conceitual do Itamaraty para orientar as relações com Buenos Aires – a cordialidade oficial [...] A cordialidade oficial representa o conjunto de princípios e concepções que informou a diplomacia brasileira para Buenos Aires com o objetivo primordial de evitar que a dinâmica entre os dois principais poderes da América do Sul levasse a uma rota de colisão. Esse apanhado de orientações pode ser resumido por (a) uma postura tolerante em relação ao elevado perfil da diplomacia argentina em assuntos regionais, hemisféricos e globais, (b) a sistemática busca de faixas de cooperação com aquele país no intuito de diluir potenciais desentendimentos, (c) a inclusão da Argentina nas iniciativas internacionais do Brasil, e (d) a promoção de bons ofícios entre Buenos Aires e Washington sempre que o sensível relacionamento entre as duas capitais apontasse para o confronto. (SPEKTOR, 2002, p.118).

Este terreno de abertura política, tanto no contexto interno, quanto no cenário internacional, preparado por Ernesto Geisel, oportunizou a dimensão seguinte da política exterior e da diplomacia militar: o *universalismo*. O presidente da “abertura”, João Baptista Figueiredo, toma posse em 15 de março de 1979 e governa até o final da

ditadura, em 1985. Ele assumiu como principal objetivo: “Continuar e concluir o processo de redemocratização, encerrando o ciclo militar”. (VIZENTINI, 2008, p.62).

Os Estados Unidos, nos mandados de Ronald Reagan, elevaram as taxas de juros repercutindo no aumento da dívida externa dos países do Sul. A principal consequência dessa política é a “[...] Implantação de um instrumento de pressão contra a política econômica dos países latino-americanos e um golpe mortal ao projeto de desenvolvimento do Brasil e de outras nações”. (VIZENTINI, 2008, p.62).

O multilateralismo era uma ameaça ao domínio e hegemonia dos EUA sobre o mundo, principalmente dos estados sulinos que eram seus dependentes econômicos. Mesmo não sendo da vontade dos norte-americanos que os países subdesenvolvidos mantivessem relações entre si, o Brasil continuou com o caráter universalista de sua política para o âmbito externo, com traços do pragmatismo responsável.

Seguindo essa tese, a diplomacia do governo Figueiredo esteve a cargo do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro. Neste governo, a política exterior estabeleceu relações com os seguintes atores internacionais: África; América Latina e Cone Sul; China, Índia, Países Árabes e URSS; Oriente Médio, entre outros. A tabela a seguir sintetiza a afirmação.

Tabela 04

RELAÇÕES	AÇÕES DO BRASIL	RESULTADOS
Brasil - África	Apoio político à África austral	Solidificou os laços Brasil-África nos campos político, econômico e cultural
	Cooperação econômica com Angola (barganha de petróleo em troca de mercadorias e serviços)	
Brasil-América Latina	Apoio do Brasil à Argentina no que diz respeito à venda secreta de aviões de combate, durante a Guerra do Vietnã	Reforçou a cooperação nas relações entre Brasil e Argentina

Brasil - China	Apoio da diplomacia brasileira à política econômica da Argentina	Valorizou o continente sul-americano por parte da diplomacia brasileira
	Colaboração à redemocratização no Cone Sul	
	Estabelecimento de projetos comuns na área nuclear, de satélite e de tecnologia de ponta	Compensou a perda da cooperação do Brasil com o Japão
		Concretizou a cooperação Sul-Sul
	Investimento da China no projeto acima	Principiaram as relações do Brasil com a Índia, os Países Árabes e a URSS
Brasil - Oriente Médio	Incremento dos produtos e serviços brasileiros ao cenário internacional.	Consolidou o Iraque, o Irã, a Líbia e o Egito como os principais parceiros brasileiros no campo tecnológico
	Cooperação tecnológica no campo nucleares (mísseis e aviões)	
	Parceria do Oriente Médio à exploração de lençóis petrolíferos brasileiros	
Brasil - FMI	Negociação de um projeto de recuperação da economia brasileira devido à crise do petróleo	Elevou a dívida externa para cerca de U\$S 100 bilhões

2.8.2 A política cultural dos militares: há conexões com as relações internacionais de cultura?

Apesar dos governos militares do Brasil fazerem uso da ferramenta da censura, entre outros, como meio de silenciamento aos opositores do regime, avanços em termos de políticas culturais foram proporcionados por estas gestões. Assim, a partir da década de 80 do século passado, o conceito ampliado de cultura (pensado por Mário de Andrade e expresso no seu anteprojeto de criação do Instituto do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional - SPHAN/IPHAN), passou a ser utilizado na elaboração e execução da política cultural brasileira (BOTELHO, 2007). Isto caracteriza uma mudança de paradigma à

intervenção do Estado na cultura, pois nesta fase foi realizada uma reorganização institucional no campo cultural do país: reformulação dos recursos humanos e criação de novas instituições públicas de cultura, como, por exemplo, a Fundação Nacional para as Artes – FUNARTE (BOTELHO, 2007).

Se for levada em consideração a história das ditaduras militares na América Latina, pode-se afirmar que é um paradoxo que governos autoritários planejem e executem políticas culturais em seus países, pois a censura, a não-liberdade de imprensa e a perseguição aos agentes culturais é uma característica comum da história dos regimes militares latino-americanos – fatores que se contradizem ao investimento estatal em cultura. Sobre essa singularidade dos governos militares no Brasil, Rubim (2007) defende que a intervenção cultural do Estado, neste regime, reforça a triste ligação entre políticas culturais e autoritarismo, já vivenciadas pela sociedade brasileira, na ditadura de Vargas.

A respeito disso, Botelho (2007) defende que:

[...] A ditadura militar implantada no país, desde o golpe de 1964, preparava a abertura democrática e necessitava melhorar sua imagem, tanto no país como no exterior, principalmente junto aos setores mais claramente de oposição, numa conjuntura em que, apesar do regime, perdurava uma relativa hegemonia cultural da esquerda no país. (BOTELHO, 2007, p. 08).

O que mais chama a atenção no panorama histórico das políticas culturais do regime militar é a presença de Aloísio Magalhães à frente da Secretaria de Assuntos Culturais do MEC⁸, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 80. Ao prosseguir com este entendimento, Botelho (2007) defende que o então Secretário de Cultura do MEC, foi consagrado como uma das personalidades políticas que marcaram o andamento da intervenção do Estado brasileiro no campo da cultura, no início dos anos 80 do século passado - momento em que o país iniciava seu processo de redemocratização.

⁸ Em 10 de abril de 1981 a Secretaria de Assuntos Culturais do MEC foi transformada em Secretaria da Cultura e Magalhães foi escolhido com o primeiro Secretário.

Mas, o que muda no campo cultural e que diferencial é incluído na gestão de Magalhães? Em primeiro lugar, Magalhães retoma a concepção ampliada de cultura, defendida por Mário de Andrade. Depois, este administrador público da cultura introduz uma estratégia de articulação institucional entre órgãos e Ministérios que, de certa maneira, vinham realizando ações ou políticas para a cultura no Brasil. Além de outros órgãos do MEC, pode-se citar: a Secretaria de Planejamento da Presidência da República; o Ministério da Indústria e Comércio; o Ministério das Relações Exteriores etc. Por fim, Magalhães concretiza sua visão ampliada de cultura na criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, que objetivava “[...] estudar as formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras que estão desaparecendo, documentá-las e, numa outra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a dinamizar-se”. (MAGALHÃES, 1997, p. 134).

No que concerne às relações culturais internacionais é possível dizer que Aloísio Magalhães personifica a presença do Brasil no âmbito mundial. Em 1980, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores e do Banco do Brasil, Magalhães “[...] Arremata num leilão realizado em abril em Londres, cinco lotes de documentos originariamente integrantes de autos da devassa da Inconfidência Mineira (MAGALHÃES, 1997, p. 41)”. No ano seguinte, já como Secretário de Cultura do MEC, Magalhães representa o Brasil no *Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco* que aconteceu em Sydney, Austrália. Em 1982, o Secretário viaja para a Europa para participar de reuniões de órgãos

internacionais de cultura, a exemplo da reunião de Ministros de Cultura dos Países Latinos, em 11 de junho do mesmo ano.

Sobre este assunto, Falcão diz que:

[...] As relações internacionais da cultura, foram, aliás, seu tema último e Veneza, onde representava o Brasil, e onde começou a falecer, Aloísio ali discutia como países desenvolvidos e em desenvolvimento, poderiam juntos, preservar o legado da cultura latina. (FALCÃO, 1997, p.08).

Nesse período, acontece o *Mondiacult* no México que contribui ao trabalho deste intelectual como Secretário de Cultura do MEC. Conforme Kauark (2007):

Em 1982 acontece a Conferência Mundial do México, MONDIACULT, cujo ponto central de discussão das políticas culturais foi a identidade cultural, que não se acreditava homogênea, mas plural. Esse acontecimento é decisivo, pois, a partir dele que todas as Constituições dos países latino-americanos passam a considerar a multiculturalidade e o caráter amplo da cultura. Esta mudança de paradigma encontrou uma conjuntura política favorável, por exemplo, no Brasil, que vivenciava os movimentos rumo à redemocratização. Deste encontro resultou a Recomendação da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural. (KAUARK, 2007, p.02).

Nas relações do Brasil e Magalhães com a Unesco, a questão do patrimônio (tanto material quanto imaterial) foi trabalhada de modo intenso. Neste período, aconteceu o tombamento da primeira cidade histórica do país – Ouro Preto (MG) – como patrimônio da humanidade. O acontecimento, na leitura de Magalhães (1997) tem maior relevância para o plano interno e, principalmente, a cidade mineira, do que para o espaço internacional⁹:

[...] Para mim, o grande valor do reconhecimento mundial de Ouro Preto [...] não é a glória ufanista de que o Brasil tem uma cidade incluída entre quatro ou cinco cidades no mundo consideradas

Patrimônio da Humanidade. É o seu aspecto interno, são os problemas do dia-a-dia. (MAGALHÃES, 1997, p.193).

⁹ Nas palavras de Magalhães: “[...] Não creio que a permanência do espírito humanista que herdamos – nós das Américas, sobretudo, e vós da Europa – possam manter-se de maneira condigna e enriquecedora, quando nós, a maioria dos países das Américas, lutamos pela sobrevivência de parte dos habitantes. Esse caráter humanista, enriquecedor e profundamente caro a todos nós, não sobreviverá debaixo da fome e ignorância. (MAGALHÃES, 1997, p.100)”.

Além de pensar as questões das repercussões internas que o registro mundial de um local como patrimônio mundial da humanidade traz às suas populações, Magalhães entendia o tombamento como um recurso à cooperação cultural integrada. Ao seguir este raciocínio, o Embaixador do Brasil na Unesco, Paulo Carneiro, encaminhou o pedido de Magalhães ao órgão citado, solicitando o tombamento mundial do conjunto das Missões que englobam, além do Brasil, a Argentina e o Paraguai.

3. REDEMOCRATIZAÇÃO E RELAÇÕES CULTURAIS INTERNACIONAIS DE JOSÉ SARNEY A FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

3.1 As relações exteriores do governo Sarney

Em 1984 o Brasil esteve embalado pela campanha das “Diretas Já” que reivindicava o fim das eleições indiretas para presidente. Em 1985, Tancredo Neves, pertencente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi eleito para assumir o Palácio do Planalto, em janeiro de 1985, o que antecede a proposta da Nova República no país. Em 15 de março, o vice José Sarney, também do PMDB, toma posse no lugar de Neves porque este faleceu em 21 de abril do mesmo ano.

Sarney governou em um momento delicado do Brasil. Os anos 80 do século XX, conhecidos como a “década perdida”, estavam inseridos em uma conjuntura nacional e internacional de crise financeira. No caso interno, os militares deixaram a economia do Brasil em uma situação difícil, principalmente pela busca constante de empréstimos ao FMI e pelas conseqüências econômicas das crises do petróleo, em 1974 e em 1976.

A política exterior do Brasil no primeiro momento da gestão de Sarney - que corresponde à presença de Olavo Setúbal como Chanceler, em 1985 - de acordo com Vizentini (2008),

foi de certa maneira modificada, se comparada com a gestão de Figueiredo. A finalidade desta administração era inserir o país no grupo do Primeiro Mundo. Desta maneira, a proposta de relações com os países terceiro-mundistas deveriam ser abandonadas. Na visão de Setúbal, o Brasil só chegaria ao patamar de potência internacional se a sua política externa focasse as relações com os EUA, na busca pelo desenvolvimento econômico.

Em relação a este governo, Vizentini (2008) defende que:

[...] Obviamente sua ênfase foi de afastamento do Terceiro Mundo e de suas reivindicações. Sua política baseava-se em larga medida na situação internacional, caracterizada pela relativamente bem-sucedida tentativa norte-americana de reafirmar sua liderança, pela crise e pela reforma do socialismo (a ascensão de Mikhail Gorbachev foi praticamente simultânea ao início da Nova República) e pelas crescentes dificuldades do Terceiro Mundo, pois em 1985, na Reunião de Cúpula do G-7 em Cancún, o diálogo Norte-Sul foi abandonado. (VIZENTINI, 2008, p.69).

A visão de diplomacia restritiva de Setúbal não agradou ao Itamaraty. Diante desta situação, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) passou a defender a troca desse Ministro por Abreu Sodré (que tomou posse em 1986). O Itamaraty, de acordo com Oliveira, (2008) entendia que, neste momento, era preciso:

[...] Recuperar a projeção internacional brasileira num contexto em que as pretensões dos países em desenvolvimento por uma ordem econômica internacional, fundamentada no direito ao desenvolvimento, mediante a cobrança coletiva do Sul por recursos financeiros e tecnológicos, perderam força. (OLIVEIRA, 2008, p.40).

A partir desta inquietação do MRE, compreendeu-se que outros eixos diplomáticos, além dos EUA, deveriam ser priorizados pela política internacional do Brasil. No entanto, não

houve grandes avanços no início da gestão Sarney, pois se sobressaiu às relações com os Estados Unidos e com o Cone Sul, especialmente, a Argentina. Com este país, o Brasil desenvolveu projetos de cooperação e integração econômica, como a *Ata para a Integração e Cooperação Econômica* que previa trocas comerciais entres estes estados, de modo diversificado e integrado¹⁰. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2008).

¹⁰ O documento está disponível na íntegra em <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_283_760.htm>. Último acesso em 11 out. 2009.

Assim, as relações Brasil-EUA, entre 1985 e 1990, para Vizentini (2008), podem ser consideradas como instáveis. Pois, Washington fazia pressões para que fossem abandonadas as problemáticas internacionais que o Brasil havia alcançado autonomia no cenário internacional – meio ambiente, Amazônia, patentes, informática e energia nuclear. Esse posicionamento distinto entre ambos os países, todavia, foram benéficos à política exterior do Itamaraty, pois, a partir disso, o país passou a efetivar o direcionamento de sua estratégia para outras regiões do mundo. Em termos de ilustração, China, África, URSS e Países Árabes foram eixos inseridos na diplomacia brasileira desta época. O quadro a seguir resume as principais ações desenvolvidas entre o Brasil e alguns dos países mencionados.

Tabela 05

RELAÇÕES	PRINCIPAIS AÇÕES
Brasil - Argentina	Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina (1988): primórdio para o Mercosul.
Brasil - China	Intercâmbios: contatos políticos; contatos comerciais; cooperação científica e tecnológica (área espacial)
Brasil - Países Árabes	Cooperação: econômica; industrial-militar; técnico-científica; transporte e navegação, além da comercial.

3.2 A criação do Ministério da Cultura e as implicações às políticas culturais do Brasil no cenário internacional

As políticas culturais do governo Sarney foram marcadas pela criação do Ministério da Cultura, em 1985, através da substituição da Secretaria de Cultura do MEC pelo novo órgão governamental. Este projeto decorreu, dentre outros fatores, dos encontros entre Secretários Estaduais de Cultura, nos quais debatiam as propostas para este campo e as demandas em relação à intervenção do Estado nesta esfera, isto é, a institucionalização de um órgão da União para gerir a cultura, dentre outras demandas. (BOTELHO, 2001).

Entretanto, a fundação do MinC não era uma defesa de todos os atores das políticas culturais do Brasil. Aloísio Magalhães, por exemplo, acreditava que o país não estava preparado para a separação da cultura do MEC. Nas palavras do intelectual:

Não se trata, como já foi dito diversas vezes, de criar um Ministério da Cultura, embora não se possa descartar esta idéia para um futuro ainda distante, quando o avanço do processo brasileiro vier a exigir a separação entre educação e cultura. Mas, por enquanto, isto é prematuro, pois um Ministério da Cultura seria fatalmente um órgão fraco, tanto no ponto de vista financeiro quanto do conceitual. (MAGALHÃES, 1997, p.146).

Estas questões colocadas por Magalhães estão em consonância com as observações de Calabre (2008). A autora sinaliza os principais problemas que o MinC encontrou, no momento de sua instalação: falta de recursos humanos suficientes à estrutura de um Ministério; ausência de recursos financeiros à execução de programas e projetos; pouca infra-estrutura e instabilidade de chefia da pasta, o que pode ser ilustrado com a nomeação de um Ministro por ano, entre 1985 e 1990: José Aparecido; Aloísio Pimenta; Celso Furtado, Hugo Napoleão e José Aparecido novamente. (CALABRE, 2007).

É importante ressaltar que o desligamento entre cultura e educação, em termos ministeriais, é oriundo das pressões dos Secretários Estaduais de Cultura que formaram um fórum para discutir essa questão. Além disso, a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1969, propôs em um documento, que esses campos fossem trabalhados por estruturas distintas para que a cultura não ficasse subalterna ao setor educacional.

Sobre isso, Harvey (1991) explica que:

Con respecto a la separación de los campos de la educación y la cultura, en tanto sectores autónomos (aunque vinculados) de actividad relacionados con el desarrollo cultural y el desarrollo educativo de la comunidad, respectivamente, cabe señalar que la Resolución CIC-24/68 ya puso de relieve, en lo que a su proyección nacional se refiere, que “una de las causas más evidentes del atraso que en este sector [el del desarrollo cultural] registran muchos países consiste en el funcionamiento de un mismo organismo administrativo para actividades educativas y culturales”, siendo por ello necesario “cimentar el desarrollo cultural a nivel regional latinoamericano por medio de estructuras administrativas más o menos equivalentes, a nivel nacional, dotadas de suficiente autonomía y fuerza de expansión. (HARVEY, 1991, p.73).

Outro documento de legislação cultural importante para a época é a *Declaração do México*, produzida no Mondiacult (Conferência de Cultura da Unesco), ocorrida em 1982, na Cidade do México, pouco antes do nascimento do MinC. Neste texto há uma defesa pelo desenvolvimento do indivíduo e das sociedades através da inserção de políticas que relacionem cultura, comunicação, ciência e educação, em projetos de cooperação cultural. (Unesco, 1982).

Para que estas propostas pudessem ser concretizadas, as seguintes ações seriam necessárias: a) difusão de idéias e de conhecimentos, através de intercâmbios e reuniões culturais; b) realização de cooperação em cultura nas instâncias regionais e internacional;

c) respeito à identidade cultural e às soberanias nacionais; d) estabelecimento de intercâmbios entre as nações como estratégia à promoção da paz mundial e e) formação de pessoal qualificado para trabalhar com serviços culturais. (UNESCO, 1982).

De acordo com Oliveira (2008), a política externa brasileira, no governo Sarney, ressaltou a regionalização de sua diplomacia (EUA e Argentina, principalmente). No entanto, a relação Brasil-África foi beneficiada com iniciativas inovadoras. Deu-se início, portanto, a um esforço entre Brasil, Portugal e PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) de valorização das identidades culturais. (OLIVEIRA, 2008, p.42).

Este projeto de cooperação cultural está em consonância com o documento do Mondiacult, no trecho que diz: “A afirmação da identidade cultural contribui, portanto, para a liberação dos povos; ao contrário, qualquer forma de dominação nega ou deteriora essa identidade”. (UNESCO, 1982).

A ação emblemática desta empreitada foi o *Encontro dos Chefes de Estado dos Países de Língua Portuguesa* que aconteceu em São Luis (MA), no final de 1989, que foi a base para a criação da *Comunidade dos Países da Língua Portuguesa* (CPLP), pouco tempo depois:

O primeiro passo no processo de criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a convite do Presidente brasileiro, José Sarney. Na reunião, decidiu-se criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocuparia da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade. A idéia da criação de uma Comunidade reunindo os países de língua portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia – já tinha sido suscitada por diversas personalidades. (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2009).

Conforme Oliveira (2008), os objetivos deste Instituto eram:

[...] a) promover a defesa da língua portuguesa, no pressuposto de que se trata de patrimônio comum dos países e povos que a utilizam como língua nacional ou oficial; b) fomentar o enriquecimento e a difusão do idioma como veículo de cultura, educação, informação e de acesso ao conhecimento científico e tecnológico; c) promover o desenvolvimento das relações culturais entre todos os países e povos que utilizam o português; d) encorajar a cooperação, a pesquisa e o intercâmbio de especialistas nos campos da língua e da cultura e e) preservar e difundir o Acordo Ortográfico e em curso de ratificação. (OLIVEIRA, 2008, p.42).

De acordo com Rubim (2007), em 1986, novos órgãos foram criados no MinC, os quais, dentre suas atribuições, tinham como finalidade o intercâmbio cultural: a Fundação Nacional das Artes Cênicas, criada em 1987; a Fundação do Cinema Brasileiro, inserida em 1987; a Fundação Nacional Pró-Leitura, resultado de um aglomeração entre a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro e a Fundação Cultural Palmares, em 1988.

A criação da Lei 7.505, em 1986, denominada *Lei Sarney*, também previa o incentivo ao intercâmbio cultural de artistas brasileiros com interesse no cenário internacional:

[...] I - incentivar a formação artística e cultural mediante concessão de bolsas de estudo, de pesquisa, e de trabalho, no Brasil ou no exterior a autores, artistas e técnicos brasileiros, ou estrangeiros residentes no Brasil [...] XX - fornecer, gratuitamente, passagens para transporte de artistas, bolsistas, pesquisadores ou conferencistas, brasileiros ou residentes no Brasil, quando em missão de caráter cultural no País ou no exterior, assim reconhecido pelo Ministério da Cultura. (BRASIL, Lei Nº 7.505, 1986).

A partir da Lei Sarney foi dado ao mercado um caráter protagonista em relação às políticas de financiamento da cultura. Isso foi possível, porque neste período, o mundo já

vivenciava uma atmosfera neoliberal. Nesta direção, em meados dos anos 80, século passado, conforme Cervo (2000), a América Latina impulsionou o abandono do paradigma de relações internacionais do Estado desenvolvimentista e começou a adotar o paradigma neoliberal. Deste modo, passou-se a trabalhar com base na proposta político-econômica de um “Estado Mínimo”. Com o final da Guerra Fria, em 1989, a ideologia neoliberal avançou por uma grande parte do globo. Com isso, os governos passaram a reduzir suas intervenções nas áreas da saúde, educação, previdência social, cultura, entre outros. No Brasil, o governo Collor, sucessor de Sarney, implementou, de acordo com esta moda, grandes estragos, dentre outros, no campo cultural – questão do próximo ponto.

3.3 O projeto neoliberal e a influência sobre a política exterior de Collor

O advento do jovem alagoano Fernando Affonso Collor de Mello à Presidência do Brasil, em 1990, significou o ingresso do neoliberalismo no país. No contexto regional, os Estados Unidos, lançavam nesse ano, o *Consenso de Washington* que pretendia, em tese, direcionar o ajuste político-econômico do capitalismo, que surgia no final da Guerra Fria, visando, sobretudo, atingir a América Latina.

Luis Amado Cervo escreveu, no ano 2000, um texto que contribui ao entendimento dessa nova ideologia. Intitulado de “Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina”, o artigo faz um panorama da substituição do paradigma de Estado desenvolvimentista pelo paradigma neoliberal, no continente latino-americano.

No compreender de Cervo (2000), o conjunto principal de mudanças, em termos discursivos, que o novo paradigma trazia era:

[...] A visão de um mundo harmônico, global, que compreendia a valorização do individualismo e da iniciativa privada, o mercado mundial e a transferência dos ativos nacionais para as empresas

oligopólicas globais em nome da elevação da produtividade. (CERVO, 2000, p.07).

No caso do Brasil, a figura de Collor representa o início desta troca de paradigma no Brasil, iniciada em outros países latino-americanos na década anterior, como Chile e Peru. Para a nova política argentina, liderada por Carlos Menen, o neoliberalismo podia ser considerado como *Estado Normal*. Assim, os países, nesse fim de socialismo real e período de fortalecimento da globalização, necessitavam se aliar à grande potência mundial (EUA), para não ficar fora do modelo hegemônico. Para isso, a ação do Estado, enquanto ente de decisão política deveria ser reduzido, para que o investimento privado, principalmente internacional, pudesse ser inserido no plano interno. Desta maneira, o desenvolvimento (econômico) tornaria uma realidade.

Com esse discurso:

[...] Collor promoveu unilateralmente uma abertura do mercado interno, sem pedir compensações e inundando-o com importações desnecessárias. As empresas estatais mais lucrativas começaram a ser privatizadas, geralmente de forma escandalosa, abaixo do seu preço de mercado (parcialmente pagas com “papéis podres”) e em sua maioria financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (VIZENTINTI, 2008, p.80).

De acordo com Cervo (2000) e Vizontini (2008), a introdução do neoliberalismo, no governo Collor, começou a incrementar, em sua agenda internacional, temas ligados às tendências contemporâneas, ou como advoga o último pesquisador, os “novos temas”. Assim, governança global, meio ambiente, direitos humanos e intervenções humanitárias passaram a compor a pauta da diplomacia brasileira.

Em relação a esta ruptura dos parâmetros do fazer diplomático do Brasil, um grupo no Itamaraty resistiu ao retorno das relações de subordinação do país para com os Estados Unidos. Desde a Política Externa Independente de Jânio Quadros, com algumas alterações, a política externa brasileira passou a estabelecer uma dimensão multilateral – relações com a África, a Europa, a URSS, a China, os Países Árabes e a América Latina.

No entanto, Cervo (2000) salienta que, no Brasil, a passagem de um paradigma para outro não foi um processo simples como na Argentina. Na interpretação deste intelectual, “[...] Em nenhum país da América Latina foi tão difícil a transição do paradigma de política exterior do Estado desenvolvimentista para o paradigma do Estado neoliberal como no Brasil. (CERVO, 2000, p.10). Pois, o país não queria ser considerado com um subalterno dos EUA. Preferia a titulação de aliado, moderno e pertinente à conjuntura contemporânea.

O Cone Sul vivenciou neste período o nascimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991, que foi pré-oficializado em 1986, no governo Sarney. A proposta era desenvolver um acordo tarifário e alfandegário entre Brasil e Argentina, sob o molde de um bloco econômico na América do Sul. Isso fazia parte da nova diplomacia de Buenos Aires, sob o comando de Menem. Para Cervo (2000), a integração nas relações sub-regionais, de modo especial, entre os países citados previamente, modificaria a proposta das entrelinhas do Consenso de Washington que era a consagração da hegemonia norte-americana sobre os países da América Latina. (CERVO, 2000).

Nessa conjuntura, a política exterior de Collor, de acordo com Vizontini (2008) “[...] Não tentou manobrar com as diferenças entre os países poderosos e acomodou-se às regras impostas pelos estadunidenses, como se eles fossem o único pólo mundial de poder”. (VIZENTINI, 2008, p.82).

Collor, o “Caçador de Marajás”, como foi nomeado pela imprensa, não conseguiu sustentar a interface político-econômica do Brasil para o cenário internacional. Vizentini (2008) e Cervo (2000) apresentam justificativas para esta tese. Em primeiro lugar, o Ministério das Relações Exteriores não participou de modo considerável na política externa de Collor. Este preferiu que jovens brasileiros com recente pós-graduação nos EUA assumissem o Ministério da Economia e, a este órgão, incumbiu-se a pasta da economia internacional. Com o neoliberalismo em mente, os agentes de Collor não conservaram antigas parcerias internacionais do país, tidas como não-modernas. Diante desta situação, a diplomacia brasileira sofreu um recolhimento, perante o espaço mundial.

Neste contexto, Collor nomeou Celso Lafer, em abril de 1992, para assumir o Ministério das Relações Exteriores. Paz e segurança passaram a ser a defesa do novo Chanceler e da diplomacia brasileira. Com o desejo de ingressar no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil, neste período, sediou a Conferência da ONU sobre o meio ambiente (temática importante à política neoliberal de Collor), na cidade do Rio de Janeiro, intitulada de Rio-92¹¹. No entanto, como observa Vizentini (2008), o Brasil perdeu sua capacidade de ingressar no grupo de elite desse organismo porque havia desestruturado a base e os eixos diplomáticos construídos, por cerca de 70 anos.

Deste modo e sem o apoio de políticos tradicionais; envolvido em escândalos político-midiáticos (como o conhecido caso de PC Farias); com o movimento dos “caras-pintadas”, como Collor conseguiria se livrar do *impeachment*? De fato, Fernando Affonso Collor de Mello não foi cassado porque antes renunciou. Entretanto, “presenteou” o Brasil, com um saldo bastante negativo. A cultura, por exemplo, sofreu as conseqüências desta frágil administração.

3.4 A desestruturação do campo cultural no governo Collor e o não-contato como as relações culturais internacionais

O advento de Collor à Presidência do Brasil significou um retrocesso à intervenção do Estado na cultura. A Era Vargas, a ditadura militar e o governo Sarney (em menor grau em relação aos outros) começaram e fortaleceram, respectivamente, a política cultural do país. Collor ao inserir o modelo neoliberal, desestabilizou a gestão pública da cultura ao fechar o Ministério e seus órgãos subordinados – ANCINE, FCP, FUNARTE etc., causando, desta maneira, o fim de uma forte intervenção do Estado Nacional brasileiro, nos dois anos de seu governo.

¹¹ A Rio-92, Cúpula da Terra ou Eco-92 foi a Conferência da Unesco que aconteceu no Rio de Janeiro, entre os dias 03 e 04 de junho. Com a presença de 108 chefes de Estado, este encontro internacional teve como pauta a solicitação de mecanismo para o desenvolvimento sustentável. De acordo com o jornal *O Estadão*, buscou-se “[...] Um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico. As bases para a Rio-92 foram lançadas em 1972, quando a ONU organizou sua primeira conferência ambiental. (JORNAL O ESTADÃO, 2007)”.

Collor justificava, em seu discurso, que o desenvolvimento do país e sua inserção no mundo globalizado, imprescindível a este momento, passariam pelo fim da lotação da máquina administrativa do Estado. Nesta perspectiva, foi criada uma Secretaria de Cultura ligada à Presidência da República. Ipojuca Pontes assumiu esta incumbência e depois o diplomata Sérgio Paulo Rouanet. Teve-se, portanto, os preliminares de uma política cultural que buscava atender as demandas dos serviços mercadológicos no que concerne à produção de cultura.

Se no plano interno as políticas culturais do Brasil foram enfraquecidas e findadas, no plano externo, continuaram inexistentes. O que marca, contudo, a participação do Brasil no plano internacional, de modo especial, no espaço regional, é a criação do Mercosul, que previa, até o ano de 1996, a estruturação de um órgão responsável pela cultura em seu organograma.

A comunidade internacional, de modo particular, o âmbito comercial, iniciou uma discussão sobre a cultura que foi desdobrada até a atualidade: a problemática da diversidade cultural. Em setembro de 1989, iniciou-se a Rodada Uruguaia da Organização

Mundial do Comércio (OMC). Este encontro discutiu a questão das novas negociações mundiais, isto é, a entrada dos atores multilaterais na economia internacional. A partir deste evento, a questão da diversidade cultural, através da defesa da França por uma exceção cultural nestas negociações – devido às disputas do audiovisual francês e americano – implicaria na Convenção da Unesco sobre a proteção e promoção das expressões culturais, em meados dos anos 2000 – assunto do próximo capítulo.

Com o retorno de uma política externa brasileira baseada na unilateralidade das relações com os Estados Unidos em que o campo da cultura ficou submisso às negociações comerciais, pode-se justificar a ausência de informações sobre as políticas e cooperação culturais entre o Brasil e outros países: China, África do Sul, Rússia, Países Árabes, CPLP, União Europeia etc. Deste modo, o governo Collor atrasou as relações culturais internacionais brasileiras.

As considerações de Santos (2005) resumem o que foi defendido neste tópico:

A partir do segundo Governo Brasileiro pós-abertura política, verifica-se a desintegração da economia estatal, a globalização do consumo e o conseqüente caráter transnacional da cultura veiculado pela mídia, conduzindo à ampliação do mercado cultural além das fronteiras nacionais, caracterizando um processo de interações entre culturas locais e globalizadas reguladas por empresas privadas. [...] A promulgação da Lei Rouanet, no Governo Collor de Melo, deu início a uma nova forma de ver e financiar a cultura. Já não é possível, num mundo marcado pelo modelo de racionalidade econômica capitalista, apenas celebrar, festejar e comemorar. O resultado da ação humana vem assumindo um caráter de produto que, investido da racionalidade contemporânea, pode também servir como recurso à sustentabilidade. (SANTOS, 2005, p.02).

3.5 O breve governo de Itamar Franco: relações internacionais e a política cultural de 1993 a 1994

Na gestão Itamar Franco, de outubro de 1992 a dezembro de 1994, o Brasil fortaleceu o paradigma neoliberal em sua política exterior. De acordo com Vizentini (2008), que faz um retrospecto analítico da história das relações internacionais do Brasil, desde Vargas, a política exterior de Franco, com Fernando Henrique Cardoso à frente do MRE, de outubro de 1992 a maio de 1993, não se restringiu às relações com os Estados Unidos. Agindo assim, o Brasil não se comportou como um aluno aplicado ao Consenso de Washington. Além disso, desenvolveu uma estratégia singular de neoliberalismo.

Em consonância com a tese anterior, o Brasil adotou as seguintes prioridades em sua política externa: a) integração do país no sistema internacional democrático; b) defesa dos princípios da agenda da época – democracia, justiça social, direitos humanos, liberdades individuais, direito à autodeterminação dos povos, princípio da não-intervenção em assuntos internos e solução pacífica de conflitos c) revalorização da presença do Brasil no exterior; d) estruturação de programas de integração e cooperação regional e e) manutenção das relações bilaterais do país. (VIZENTINI, 2008).

Na tabela a seguir, baseada nas investigações de Vizentini (2008), podem-se visualizar as principais ações do MRE no período Itamar, conforme estas preferências:

Tabela 06

RELAÇÕES DO BRASIL	PRINCIPAIS AÇÕES
ONU	O Brasil foi membro do Conselho de Segurança da ONU por dois anos
América do Sul	Institucionalização do Mercosul e busca de novos países-membros (Chile e Bolívia)
CPLP	Parcerias na estruturação do organismo
Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname	Negociações bilaterais nos seguintes campos: agricultura, meio ambiente, transportes, combate ao narcotráfico e controle da região amazônica
América Central e Caribe	Acordos de combate ao tráfico de drogas; cooperação técnico-científica, biotecnologia e mineração

EUA	O país impediu que sanções estadunidenses fossem aplicadas ao comércio brasileiro; acordo para que foguetes dos EUA pudessem ser lançados da Base de Alcântara no Maranhão.
Rússia	Assinatura do Acordo para Cooperação no Uso Pacífico da Energia Nuclear
União Européia	Manteve este bloco como maior parceiro econômico (26% das trocas comerciais no período)
Oriente Médio	Tentativa não-concretizada de retomada de antigos contatos
Países Árabes	Relações bilaterais nos campos: forças armadas, transportes, finanças e cooperação técnica e <u>cultural</u>
China	Assinatura do Protocolo sobre Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para construção conjunta de satélites e envio dos mesmos ao espaço
Índia	Recebeu apoio indiano à <i>Agenda para o Desenvolvimento</i> e na reforma do Conselho de Segurança da ONU; cooperação nas seguintes áreas: indústria têxtil; ciências e tecnologia e ferrovias
Coréia do Sul	Investimentos coreanos no Brasil
Vietnã	Implantação da Embaixada Brasileira no Vietnã
Ibero-América	O Brasil resgatou o tema da <i>Agenda para o Desenvolvimento</i> e deu ênfase ao aspecto social

Esta sinopse apresenta duas atividades da diplomacia brasileira que precisam ser mais ponderadas neste trabalho: a *Agenda para o Desenvolvimento* e a ausência da cultura como instrumento e finalidade deste projeto, exceto na cooperação com os Países Árabes.

Esta Agenda, no entender de Vizentini (2008), voltou a ser lembrada pelos atores internacionais, a partir da *Cúpula Ibero-Americana* que aconteceu na cidade de Salvador, no ano de 1993. O documento rearticulava a questão da promoção da paz com a inserção de ações que contemplassem a esfera social e não apenas a econômica. Quanto à temática da cultura, percebe-se que ela não recebeu o espaço necessário nas relações internacionais do Brasil, no governo Franco. Apenas com os Países Árabes se fala em cooperação cultural.

Isso mostra claramente que esta gestão, assim como Collor, não considera o campo da cultura como fundamental ao intercâmbio internacional e ao desenvolvimento compartilhado das nações. Ademais, permitiu que o Brasil ficasse fora das questões que envolviam a diversidade cultural como as discussões em torno da singularidade do

comércio do audiovisual no âmbito da OMC, como produto que precisa ser visto também como de uma ordem simbólica e não apenas financeira, mercadológica e econômica¹².

No que concerne às políticas culturais do governo Itamar Franco, advoga-se que a recriação do Ministério da Cultura e de instituições vinculadas – FUNARTE, Fundação Biblioteca Nacional, dentre outras - e o aprofundamento das leis de incentivo à produção cultural marca esta curta administração do Estado brasileiro. Entretanto, mesmo com o retorno da estrutura organizacional da gestão pública federal, as políticas culturais obtiveram poucos avanços.

¹² Argumento da França e do Canadá na Rodada do Uruguai do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), de 1986 a 1994.

Desta maneira, percebe-se que o cenário internacional, através do aprofundamento da globalização (econômica, política e cultural), causou uma forte influência sobre a ação política do Brasil. Neoliberalismo era a palavra da ordem e não previa a atuação firme e constante do Estado nos campos sociais. Com relação à cultura, por sua vez, as conclusões que se entendiam, neste momento, é de que o mercado era a única saída para o seu desenvolvimento.

3.6 “O fim da transição”: FHC e o ápice do neoliberalismo em suas políticas - externa e cultural

Estado Mínimo. Ordem que marcou as administrações de Fernando Henrique Cardoso (FHC), à frente do Brasil, de 1995 a 2002. Projeto democratizante na retórica e neoliberal na prática. Principal contradição das duas consecutivas administrações de Cardoso. Assim, em seus oito anos de governo, o país chegou ao auge do neoliberalismo planejado

por Collor. Este novo paradigma afetou, portanto, dois campos em especial: a política exterior e a política cultural do Brasil.

Entretanto, FHC defendia que a noção do Estado Mínimo não era a vertente de seus governos. Isso pode ser visualizado no texto que o ex-presidente redigiu, em 2001, à *Revista Brasileira de Política Internacional*. No artigo, o ex-presidente definiu três grandes etapas da política brasileira para o âmbito externo, a partir do final do regime militar.

No olhar do político-intelectual, o advento de José Sarney ao Palácio do Planalto significou a passagem do autoritarismo à democracia; a eleição de Collor e o governo Itamar Franco marcariam o Brasil pela abertura dos mercados e pela redução de barreiras não-tarifárias. A sua gestão, por fim - simbolizaria a estabilização da moeda do Brasil, o que marcaria o final da transição e o começo de um novo Estado. (CARDOSO, 2001).

Este “novo Estado brasileiro” seria uma conseqüência destes modelos de governança vivenciados pelo Brasil, a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. A singularidade inaugurada por FHC, em sua defesa, era de que a nação havia se tornado mais transparente, forte e capaz de implementar políticas públicas. Neste olhar, Cardoso advoga:

[...] Estabelecemos novos instrumentos para proteger o interesse público, tais como agências regulatórias, fundos de ciência e tecnologia, um novo modelo de gestão pública e planejamento, descentralização de recursos e de processos decisórios, uma crescente participação da sociedade civil nas políticas de governo, maior acesso à tecnologia da informação, e assim por diante. (CARDOSO, 2001, p.06).

FHC defende que o Brasil não aderiu ao modelo neoliberal do Consenso de Washington como fez a Argentina. Aliás, Cardoso diz que não há influência internacional sobre os

temas da agenda pública brasileira. Na verdade, o autor argumenta que a política externa de qualquer país reflete aquilo que o país é. Deste modo, os temas discutidos na arena mundial deste período - democracia, direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento social - são valores compartilhados por diferentes pessoas e em várias partes do mundo, dentre elas o Brasil. (CARDOSO, 2001).

Diante destas explanações ele conclui que o novo Estado constitui-se como uma ameaça e um desafio. O primeiro diz respeito à manutenção da própria organização estatal no contexto da globalização, pois se tendia a uma governança global, em que os grandes conglomerados empresariais internacionais prevaleceriam sobre a economia dos países emergentes. O segundo, por sua vez, diz que este fenômeno é uma oportunidade para que estes novos atores internacionais pudessem criar estratégias e ações voltadas à competitividade global, visando chegar ao Primeiro Mundo.

O que parece ser um equívoco e uma ausência do pensamento de FHC e que se reflete em sua política exterior e interna é a carência de parcerias com agentes de relações multilaterais culturais no que diz respeito ao projeto de desenvolvimento do Brasil. Ele chega a falar em integração latino-americana. Não obstante, o trabalho se restringiu às reuniões de chefes de Estado. Além disso, a vertente de desenvolvimento, na compreensão e defesa de FHC é a econômica, ou melhor, as relações comerciais. Em consonância com este pensamento, o ex-presidente cita o exemplo do Mercosul:

O Mercosul, qualquer que seja o padrão com que o avaliemos, é uma história de êxito. Tornou possível uma ampliação significativa dos fluxos comerciais desde 1990 e coloca-se agora em condições de avançar para a consolidação da integração, para promover a coordenação macroeconômica entre seus membros e para aprofundar o processo de institucionalização. (CARDOSO, 2001, p.11).

Assim, mesmo com discursos de integração e fortalecimento da América do Sul e Latina, FHC explicita desejos de se trabalhar uma governança global. Para ele, não se pode gerir

o mundo, só com o poder de oito Estados. Os países emergentes, dentre eles o Brasil, também devem participar destas deliberações.

Ao contrário de Cardoso (2001), Vizontini (2008) afirma que, ao eleger este presidente, o Brasil aderiu aos regimes internacionais dominantes, isto é, ao projeto neoliberal instituído pelo famoso Consenso de Washington. A relação de Cardoso com o cenário internacional não se deu a partir de sua posse em 1995. Pouco tempo antes, ele foi Ministro das Relações Exteriores e, depois, Ministro da Economia do governo Itamar Franco, seu antecessor. Neste último cargo, elaborou o Plano Real que o conduziu à Presidência da República em 1994.

FHC nomeou Luis Felipe Lampreia como Ministro das Relações Exteriores de seu primeiro governo (1994-1998). Pedro Malan, por sua vez, foi incumbido de cuidar do Ministério da Economia. A estratégia de FHC para o campo externo foi de centrar a política internacional do Estado brasileiro no último ministério citado - ação que reduziu o trabalho do Itamaraty à resolução de procedimentos burocráticos.

Ademais, Cardoso inaugurou no Brasil um novo formato de relações exteriores: a *diplomacia presidencial*. Esta diplomacia, nas palavras de Vizontini (2008), implicou no esvaziamento do Itamaraty e no fortalecimento personificado do presidente tucano:

[...] Ao mesmo tempo em que afirmava que “iria acabar com a Era Vargas”, transferiu as atribuições econômicas do MRE para o Ministério da Economia, enquanto assumia pessoalmente sua dimensão política com a introdução da diplomacia presidencial. Assim, ao lado da inegável vaidade pessoal e do gosto por viagens com impacto na mídia, o presidente passou a comandar a política externa pessoalmente. Ao MRE restou, em grande medida, se ocupar de aspectos técnicos e burocráticos das iniciativas políticas e econômicas decididas fora do ministério e servir de bode expiatório por “não saber negociar”. Esta estratégia foi estruturada a partir do interior do Itamaraty, graças a um hábil processo de cooptação e reestruturação, quando o presidente fora chanceler do governo Itamar Franco. (VIZENTINI, 2008, p.94).

Pode-se então sintetizar a política externa de FHC em duas vertentes. A primeira corresponde ao fortalecimento das relações norte-sul, especificamente, Brasil e EUA. A segunda, por outro lado, apresentam de modo equivocado as relações sul-sul, mas com prioridade no eixo Brasil-América do Sul (Argentina).

As relações do Brasil com os Estados Unidos tornaram-se o foco da política exterior deste período. Até a permanência de Clinton como presidente, FHC manteve uma aproximação estreita com esse país. Vizentini (2008) diz que tanto Cardoso quanto Clinton compartilhavam da idéia de que a abertura e a liberalização da economia brasileira era a melhor estratégia política de integração do país ao mundo globalizado – em que a lógica mercadológica imbuída da ideologia neoliberal ditava as regras da arena mundial. (VIZENTINI, 2008).

O Mercosul tornou-se a finalidade de integração comercial do Brasil com os países da América do Sul. Na verdade, mesmo com a forte pressão dos EUA no que se refere a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Brasil manteve o posicionamento de firmar as relações comerciais com os países vizinhos, sobretudo, com o Cone Sul. Entretanto, no campo empírico dessas relações exteriores, um paradoxo foi bastante utilizado: a subordinação do Brasil à política exterior estadunidense.

Amado Cervo (2003) também fez uma análise sobre a política exterior de FHC em seus oito anos de mandato. Na interpretação de Cervo (2003), mais ampla que Vizentini (2008), era quatro o número de eixos da diplomacia Cardoso: 1) Multilateralismo; 2) Regionalismo; 3) Relações bilaterais Brasil e Estados Unidos e 4) Relações bilaterais Brasil e União Européia.

Não obstante, Cervo (2003) defende que o multilateralismo foi o principal aspecto da política externa de FHC. Porém, este eixo deveria priorizar o campo econômico, afim de

que o comércio internacional incluísse não só os países abastados, mas passasse a considerar as economias dos Estados em desenvolvimento. O regionalismo, por outro lado, reforçaria a questão da relação entre os atores próximos. No entanto, segundo Cervo (2003), FHC sugeria que o processo de integração da América do Sul, por exemplo, fosse trabalhado com cautela, visto que o multilateralismo era prioritário nas relações internacionais daquela época.

As relações Brasil-EUA, na leitura de Cervo (2003), foram problemáticas, pois os Estados Unidos se comportavam de modo ambíguo no espaço internacional. No plano discursivo, advogavam em prol do multilateralismo das relações entre nações. Porém na prática, reforçavam sua hegemonia perante o Brasil e os demais países em desenvolvimento. Já as relações entre Brasil e União Européia, por fim, foram mantidas, mas não ampliadas.

Aliás, Cervo (2003) diz que:

Os quatro eixos da política exterior de Cardoso orientaram claramente os esforços externos para o denominado Primeiro Mundo, na presunção de que o país haveria de figurar entre a elite das potências, rompendo com a tradição democrática e universalista da ação externa brasileira. Esses eixos restringiriam a esfera da ação e provocaram perdas e retiradas com relação à fase anterior, de caráter comprometedor em termos de realização de interesses nacionais. O Brasil afastou-se da África e do Oriente Médio, desdenhou parcerias consolidadas anteriormente como a da China e não percebeu as oportunidades que se abriram na Rússia e nos países do leste europeu. (CERVO, 2003, p.07).

Uma tentativa de integração americana, concretizada no governo FHC, foi a *Cúpula de Brasília*, ocorrida entre 31 de agosto e 01 de setembro de 2001. O Brasil, conforme Vizentini (2008) enxergava, na conexão entre os países das três Américas, a resolução da crise que o país estava vivenciando neste período, iniciada dois anos antes. A integração se daria no plano comercial. No entanto, isso não foi firmado. Este encontro implicou

apenas no projeto de construção de uma infra-estrutura de transporte e comunicações entre os países sul-americanos.

A diplomacia brasileira, diante da crise, lançou, no âmbito internacional, um novo conceito para a globalização. De neoliberal, este fenômeno passou a ser entendido, trabalhado e defendido pelo Brasil (FHC) como *globalização assimétrica*. Nesta nova forma, os países em desenvolvimento, bem como suas iniciativas de integração, passariam a ser compreendidos como uma questão-chave à resolução dos problemas financeiros e econômicos cujos países ricos se debruçavam para equacionar.

Depois dessa descrição, é possível salientar, conforme Cervo (2003), os principais equívocos da política exterior de Cardoso para os principais setores beneficiados: 1) comércio exterior: variável dependente da estabilidade de preços; perda do caráter de instrumento estratégico de desenvolvimento; 2) finanças: dependência financeira (FMI e Banco Mundial); busca de capitais externos para suprir o aporte sonogado pelo comércio exterior; juros altos; privatizações como forma de aliviar os créditos do Estado; debilidade do sistema produtivo interno e aumento da dívida externa; 3) campo empresarial: dependência tecnológica; corte na expansão empresarial da matriz nacional (a resolução do problema financeiro e interno do Brasil seria a partir do setor industrial e de serviços, sob o domínio de empresas externas, enquanto o setor primário e as tarefas técnico-operacionais restariam ao Brasil) e 4) abertura econômica: não adoção da inserção estratégica independente; continuidade da política neoliberal de Collor; destruição do núcleo central da economia nacional; perda de poder no cenário internacional e adoção de medidas liberais de país avançado em terras periféricas. (CERVO, 2003).

Na avaliação de Bernal-Meza (1997), as relações do Brasil com a Argentina na gestão de Cardoso foi o melhor exemplo na revisão estratégica brasileira, em termos de política externa. O aperfeiçoamento do Mercosul entrou aqui como uma maneira de ampliar o

diálogo entre estes países. Não obstante, é válido ressaltar que a dimensão que estas relações trabalharam foi, sobretudo, a comercial.

Mercosul e ALCA são, portanto, assuntos importantes à política exterior de Fernando Henrique Cardoso. Bernal-Meza (1997) defende que, através da zona comercial do Cone Sul,

[...] O Brasil intentava assim disputar com os Estados Unidos a hegemonia em âmbito sub-regional sul-americano [...] Portanto, a política exterior que o Brasil teria com o Mercosul seria aquela que lhe permitiria responder aos novos desafios internacionais. A vantagem do Brasil não implicava vantagem para o resto dos sócios do Mercosul (pela disponibilidade de um enorme mercado interno). O Itamaraty sempre teve isso claro e usou essa situação em seus trabalhos, conseqüentemente. (BERNAL-MEZA, 1997, p.44).

Sobre a ALCA, pode-se dizer que até Itamar Franco, a posição do Brasil em relação a este acordo era de fortalecimento da América do Sul. A idéia era ampliar o Mercosul com a criação da Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA) – uma alternativa à hegemonia do mercado estadunidense sobre o continente americano. Com o advento de FHC, as negociações deste assunto com os EUA tornaram-se mais freqüentes, principalmente, após a crise econômica brasileira, em 1999 e o “11 de setembro”, de 2001. Antes a ALCA era vista pelo Brasil como uma ameaça ao desenvolvimento econômico dos países sul-americanos, de modo específico, os componentes do Cone Sul. O governo brasileiro passou, portanto, a defender a ALCA como uma oportunidade à inserção internacional do país no fluxo dinâmico da globalização. Assim, o Brasil, na pessoa do Chanceler Celso Lafer, transformou-se, entre 1999 e o ano de 2002, no porta-voz principal dos EUA, no que concerne às negociações com a América do Sul a favor da assinatura da ALCA.

3.7 A política cultural de FHC e a relação com o cenário externo

A visão e a tentativa de difusão da imagem do Brasil como potência regional ou talvez líder da América do Sul, na administração FHC, prejudicou, sem dúvidas, a política cultural brasileira. Nesses governos, a cultura passou a ser vista por uma lógica mercadológica, isto é, apenas como um “bom negócio” - como se explicitou na mais importante publicação do Ministério da Cultura assim intitulada.

No período FHC a política cultural no cenário internacional praticamente não existiu. Exemplo disso é o posicionamento do Brasil e do Ministério da Cultura, de modo específico, diante das discussões no âmbito da Unesco, por exemplo, a respeito da *Declaração da Diversidade Cultural* e, logo depois, da Convenção sobre o mesmo tema. Em relação a isso, Kauark (2007) defende que:

As discussões em torno da Convenção principiaram logo após a aprovação da Declaração Universal para Diversidade Cultural, em 2001, quando se verificou que este não seria o instrumento mais adequado a fazer frente aos desafios que a globalização, conglomerados multinacionais e a internacionalização da economia colocavam à diversidade cultural no mundo. Nesta ocasião o Brasil assumia uma posição neutra, afastando-se da polêmica que se firmava em EUA e França, principalmente. (KAUARK, 2007, p.06).

Não se trabalhou a cultura, nesse governo, no plano das relações internacionais, por parte do Ministério da Cultura, porque se almejava apenas o crescimento econômico através da diplomacia. O cenário internacional, de modo restrito, as relações comerciais internacionais, tendo em vista a abertura econômica do Brasil, seriam essenciais ao desenvolvimento do país. (CARDOSO, 2001).

Deste modo, a adoção do paradigma e do projeto neoliberal não se destacou apenas na política externa de Fernando Henrique. As políticas culturais também refletem esse modelo. De acordo com Dagnino (2005), a partir do governo Collor e, sobretudo, com

FHC, o Brasil passou a ter, de modo paralelo, dois projetos políticos: o neoliberal e o democratizante. Estes são entendidos pela autora como “confluência perversa entre dois projetos distintos”. (DAGNINO, 2005).

Na leitura de Dagnino (2005), no segundo projeto, houve uma distorção do conceito de sociedade civil e da construção da democracia no Brasil. Desta maneira, o país passou a falar em participação democrática e inclusão da sociedade na aplicação de políticas públicas, utilizando a metodologia e ferramentas do neoliberalismo. Assim, as políticas culturais exemplificam este paradoxo. Como agentes desta inversão, pode-se citar o papel fundamental que as ONGs passaram a assumir nesta “confluência”:

As relações entre Estado e ONGs parecem construir um campo exemplar da confluência perversa que mencionamos antes. Dotadas de competência técnica e inserção social, interlocutores na sociedade civil, elas são freqüentemente vistas como os parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil. (DAGNINO, 2005, p. 53).

Não se tem relatos, tampouco estudos e dados que apresentem uma política definida do Ministério da Cultura para o âmbito externo, no governo FHC. Cultura, então, passou a ser vista como um serviço cujo mercado deveria se responsabilizar, inclusive, o internacional.

A exceção que se tem é o *Programa Monumenta* iniciado em 1999 e que faz parte de uma parceria entre o IPHAN e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em linhas gerais, o programa prevê o empréstimo de capitais a estudos e preservação do patrimônio cultural material. O fragmento a seguir, ajuda a compreender as pretensões do Monumenta, no período em que foi elaborado:

[...] (a) O programa financiará atividades de caráter experimental que fomentem os investimentos e a participação de empresas privadas, dos moradores, das organizações não-governamentais (ONG) e de outros grupos que estejam interessados no uso econômico do patrimônio urbano. As campanhas promocionais, os eventos e as atividades de demonstração serão parcialmente financiados por contribuições feitas pelo setor privado. As cidades que participem do projeto competirão por esses recursos, apresentando propostas de atividades e especificando a contribuição financeira que esperam receber dos promotores privados; (b) Promoção, no Brasil e no exterior, do turismo em áreas de projeto; (c) Seminários para fomentar a associação público-privada. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009, p.03).

A partir do trecho, é possível perceber como as ONGs e as empresas privadas são convocadas a participar deste projeto de patrimônio material. Mesmo sendo uma parceria do BID com o MinC, a questão da cultura ficou subalterna à economia. Desse modo, a política cultural brasileira não esteve em consonância com a conjuntura mundial em que a cooperação e as relações culturais internacionais assumiam um lugar importante no diálogo entre as nações.

4. O MINISTÉRIO DA CULTURA COMO NOVO ATOR DAS RELAÇÕES CULTURAIS INTERNACIONAIS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

4.1 A nova política externa brasileira a partir de Luís Inácio Lula da Silva

Depois de concorrer a quatro eleições consecutivas, o ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, chegou ao Palácio do Planalto em 2003. As camadas populares de centro-esquerda e progressistas possuíam grandes expectativas em torno deste novo presidente. Pois desde a fundação do PT, em 10 de fevereiro de 1980 e, sobretudo, nas eleições de 1989, Lula tinha uma imagem de político que possuía o desejo de transformar o Brasil e, por conseguinte, a América Latina.

Agregados a isto, tinha-se também o desgaste dos oito anos de neoliberalismo com Fernando Henrique Cardoso que haviam elevado as dívidas sociais – desemprego,

desigualdade sócio-econômica, aumento da pobreza, dentre outros fatores - principalmente, com as classes menos favorecidas - o que não diminuiu ainda mais a aceitação do concorrente José Serra, indicado para ser sucessor de FHC, nas eleições de 2002.

Diante disso, neste capítulo, serão apresentadas as mudanças da política externa brasileira que influenciaram as relações internacionais do Ministério da Cultura, a partir de 2003, tendo como fundamento os estudos de pesquisadores dessas áreas. O intuito é entender as articulações que existiram entre esta política e a nova política cultural inserida no Brasil, através da presença de Gilberto Gil como Ministro da Cultura e, por conseguinte, as ações estratégicas desenvolvidas por este Ministério, no que concerne ao cenário internacional.

O que muda na política externa e na diplomacia brasileira a partir de 2003? Na opinião de Vizentini (2008), com o advento de Lula, a política exterior do Itamaraty passou a almejar um caráter de desenvolvimento temperado, a partir das relações de integração com os países da América do Sul. Ademais, este intelectual defende que as bases desta política foram calcadas em três dimensões: a diplomacia econômica (realista); a diplomacia política (resistente e afirmativa) e a diplomacia de programas sociais (propositiva) (VIZENTINI, 2008, p.).

Na tabela a seguir, é possível entender as características centrais destas dimensões, conforme as investigações de Vizentini (2008):

Tabela 07

DIMENSÕES DA DIPLOMACIA NOS GOVERNOS LULA		
ECONÔMICA	POLÍTICA	SOCIAL
Negociação com o primeiro mundo	Reafirmação de interesses nacionais	Propostas de correções das distorções sociais causadas pelo neoliberalismo.

Obtenção de recursos financeiros	Protagonismo do país nas relações internacionais	Campanha de combate à fome
Negociação da dívida externa	Reentrega do espaço protagonista do Itamaraty na política externa do Brasil	Alternativas sociais no plano interno
Manutenção do modelo macroeconômico: a) continuidade dos compromissos internacionais e b) reforço da postura de país negociador	Adoção de políticas afirmativas e quotas	Fortalecimento da economia interna
Contribuições ao fortalecimento do G-20	Ampliação do número de diplomatas de carreira	Afirmção da imagem internacional de Lula como porta-voz do projeto de transformação social do Brasil e da América Latina.
Abertura às negociações com outros países	Abertura de considerável número de Embaixadas na África e na Ásia	
Bloqueio das negociações da ALCA	Proximidade da Diplomacia do país à sociedade civil e à academia	

De acordo com um dos tópicos desse quadro, Lula devolveu ao Itamaraty o seu posto de principal agente da política externa brasileira. O marco desta mudança pode ser dado à convocação do diplomata de carreira, Celso Amorim, para ser o novo Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Conforme Almeida (2003), este “[...] Experiente representante da diplomacia profissional, já Chanceler no governo Itamar Franco (em seguida a Fernando Henrique Cardoso, de meados de 1993 ao final de 1994) (ALMEIDA, 2003)”, representaria a retomada da diplomacia brasileira pelo Itamaraty.

Sobre isso, Almeida (2003) defende que, desde a campanha presidencial de 2002:

[...] Lula tinha a intenção de implementar uma política externa mais pragmática e menos “presidencial” que a do Presidente Fernando Henrique Cardoso, dando mais prioridade ao Mercosul e ao processo de integração regional na América do Sul, vistos por ele como essenciais nas negociações da ALCA (como aliás já eram na administração anterior). O discurso de mudança e a realidade da continuidade aparecem assim como duas características evidentes da diplomacia introduzida pela nova administração. (ALMEIDA, 2003, p.97).

A partir da tabela anterior, percebe-se que a dimensão política alcançou um espaço relevante, no que se refere à diplomacia do país. De acordo com Vizentini (2008):

O Brasil age com otimismo e vontade política, criando constantemente fatos na área internacional. Anteriormente o país demonstrava baixa auto-estima, pois os governos Collor e FHC consideravam o país atrasado em relação aos países ricos. Agora, ao contrário, o Brasil encontra-se protagonista em nível equivalente, com capacidade de negociação e portador de um projeto que pode até mesmo contribuir para inserir a agenda social na globalização. Em lugar de vagos discursos contestatórios e de uma obediência prática, o país tem proposto medidas e concretizado as que estão o seu alcance. (VIZENTINI, 2008, p.106).

Nesta perspectiva, o autor acrescenta seis pontos considerados como inovações à política exterior do Brasil: 1) busca de alianças fora do hemisfério para ampliar o seu poder de influência no âmbito internacional; 2) priorização da reconstrução do Mercosul e a integração sul-americana (liderança brasileira compartilhada com a Argentina); 3) solidariedade com a África (junção de ética e débitos históricos para com este continente, além do interesse nacional); 4) aprofundamento das relações com potências emergentes – China, Índia, Rússia, África do Sul etc.; 5) relação estratégica com a União Européia e 6) valorização das relações com organizações não-governamentais, sobretudo, a ONU, pois se almejava conseguir vantagens econômicas e estabelecer um sistema internacional multipolar. (VIZENTINI, 2008).

4.2 Prioridades da política exterior de Lula

Tendo como norte estas novidades inauguradas na primeira gestão de Lula, passar-se à descrição dos atores prioritários à política internacional do Ministério da Cultura no

governo Gil: o Mercosul e as relações do Brasil na América do Sul; as relações (cooperação) Sul-Sul e os novos rumos dados às conexões Norte-Sul.

A América do Sul passou a eleger presidentes ou chefes de Estado de centro-esquerda ou progressistas, a partir do final dos anos 90, século passado, quando houve a eleição de Hugo Chávez à Presidência da Venezuela. Em seguida, Lula no Brasil, Evo Morales na Bolívia, entre outros. Esta nova conjuntura possibilitou que as políticas externas destes países inserissem temáticas em suas agendas que, de certa maneira, têm diretrizes semelhantes.

Em consonância com esta reconfiguração da política internacional sul-americana e com o intuito de integração do Mercosul foi possível que o Brasil se propusesse a desenvolver parcerias com países vizinhos a fim de gerar crescimento à economia do continente. Diante disso, Vizentini (2008) defende que:

Essa nova realidade permitiu reforçar a política lançada pelos países sul-americanos de desenvolver a infra-estrutura física (transporte, comunicação e energia), como forma de relançar o processo de integração. O Brasil do presidente Lula, por seu turno, dá à iniciativa uma importância estratégica, aprofundando qualitativamente a política esboçada pelo governo FHC em seu final. Assim, o BNDES já iniciou o financiamento de obras visando à integração física sul-americana e o assessor Marco Aurélio Garcia revelou que o governo pretendia duplicar os recursos para o programa, bem como buscar apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de outros organismos financiadores. (VIZENTINI, 2008, p.109).

Neste sentido, o aprofundamento das relações do Brasil com o eixo sul-sul tornou-se uma das principais características da política do Itamaraty, no governo Lula. De acordo com Nogueira (2008) esta universalização das relações internacionais do Brasil, foi buscada pela PEI no governo Jango. Segundo o autor, a gestão de Geisel tentou repetir esta idéia. Na administração de Itamar Franco esta noção foi retomada e, a partir de 2003, “(...) Surge como projeto principal da política externa do governo Lula da Silva (NOGUEIRA,

2008, p.02). Neste sentido, destacam-se três espaços multilaterais cuja participação do Brasil tem sido ressaltada: BRICs, IBAS ou G-3 e o G-20, entre outros.

BRICs é a sigla escolhida para sintetizar o grupo das potências emergentes, na contemporaneidade: Brasil, Rússia, Índia e China. Neste foro, o Brasil tem disponibilizado conteúdos às parcerias estratégicas e fomentado a cooperação Sul-Sul. (VIZENTINI, 2008). O G-3 ou IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), por sua vez, é um recente fórum que envolve os estados com numerosas populações, o que tende a implicar em uma posição de autoridade destes perante a comunidade internacional. Entre os objetivos centrais do G-3, destacam-se a “(...) A cooperação trilateral, a liberalização comercial recíproca e a unificação e fortalecimento de posições nos foros multilaterais. (VIZENTINI, 2008, p.111)”. Outra proposta em andamento é ampliação do G-3 em G-5 com o ingresso da China e da Rússia. Caso isso ocorra, Vizentini (2008) defende que o novo bloco teria grandes chances de influir nas relações multilaterais, pois quase metade da população mundial faria parte deste grupo.

Nogueira (2008) também compreende o IBAS como um dos blocos da ação estratégia da política externa do Brasil – os outros seriam o Mercosul e a integração sul-americana – cuja criação data do ano de 2003, quando se acordou a *Declaração de Brasília*, através da assinatura dos representantes das partes envolvidas com o assunto. Depois de uma confluência de interesses em comum e de um melhor relacionamento entre os chefes de estado destes países delegaram-se como propostas do IBAS: 1) cooperação entre membros do fórum, na perspectiva de intercâmbios de aspecto técnico e comercial; 2) cooperação entre os países em desenvolvimento e 3) cooperação política, no intuito de reordenar o sistema internacional na busca de balanço de poder. (NOGUEIRA, 2008).

De quando foi instituído até o tempo recente, destacam-se os seguintes feitos do IBAS: Fundo IBAS de combate à pobreza; projetos de cooperação com o Haiti e na Guiné-

Bissau; políticas de compartilhamento de informações para o âmbito técnico-científico entre os países-membros; além de outras propostas para os próximos anos.

A aproximação com a África é, também, uma política do Brasil bastante defendida no governo Lula. Conforme este posicionamento, Lula visitou cinco vezes alguns países africanos com o intuito de oferecer cooperação a este continente. Além disso, os interesses do Brasil e os objetivos do Mercosul incentivaram esta iniciativa junto à África.

Na avaliação de Saraiva (2002) a questão africana se coloca como um desafio, desde a chegada de Lula ao Palácio do Planalto. Este pesquisador defende que a atuação do Brasil na África é uma maneira de minimizar a dívida histórica do país para com este continente. Além disso, a política externa brasileira não pode negligenciar a diversidade política e cultural africana. Será necessário, portanto, conforme Saraiva (2002), arquitetar uma estratégia que atinja diversos públicos africanos, em consonância com as regiões geográficas, tribos, povos, nações etc.

No entanto a relação Brasil-África não é de uma ordem filantrópica. Nessa linha de pensamento, Saraiva (2002) apresenta os ganhos do intercâmbio afro-brasileiro à diplomacia do Brasil:

(...) Politicamente, ela serve para reforçar a idéia de que o Brasil ainda tem um projeto cooperativo Sul-Sul, mas em outras bases, a engendrar alguma liderança nas novas rodadas de negociação de temas globais, na reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na busca de parcerias estratégicas no Sul junto a países como a África do Sul, Índia e China. Além disso, uma política africana bem concertada com seus parceiros do outro lado pode constituir instrumento de barganha na vontade de reorientação do eixo diplomático de temas como o terrorismo para outros temas, mais construtivos e de interesse mútuo do Brasil e do continente africano, como o desenvolvimento sustentável e a cooperação Sul-Sul (...) Economicamente, o relançamento de uma política africana serviria de elemento constitutivo no esforço do redesenho da inserção internacional do Brasil, em nítida crise de identidade no momento atual. Em contraste com a inserção internacional marcada pelo triunfalismo liberal, como discutido

anteriormente, a África serviria ao movimento de aproveitamento de brechas estruturais na ordem internacional de bases mais nacional e voltado para o desenvolvimento interno sustentável, gerador de empregos e produtivista, mais que financista. (SARAIVA, 2002, p.15).

Ademais, as visitas do presidente Lula aos países árabes do Oriente Médio foram ações que se enquadram nesta nova política internacional. Decorre desta aproximação do Brasil para com os povos árabes um acordo de cooperação entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo, assinado em 2005, quando aconteceu o *I Encontro de Cúpula América do Sul – Países Árabes*. (VIZENTINI, 2008).

Em consonância com Vizentini (2008), Nogueira (2008) entende o eixo Sul-Sul da política externa brasileira sob duas frentes: a primeira dirige-se à América do Sul e a segunda, por outro lado, às potências médias ou regionais – África do Sul, China, Índia e Rússia. Nesta perspectiva é correto questionar por que o Brasil retomou e ampliou a questão de uma política externa ampliada ou universal, com foco no sul. Nogueira (2008) explicita o seu parecer sobre essa interrogação:

O governo do Presidente Lula da Silva, privilegia as relações com o eixo do sul sob dois aspectos. Primeiro para multiplicar os parceiros comerciais do país, diversificando as possibilidades de cooperação e ganhos econômicos e comerciais. O segundo aspecto está relacionado ao fato de que estas alianças possibilitam alterações no contexto decisório do sistema internacional, ou seja, a partir da união política dos países com interesses comuns, resultados mais favoráveis a todos poderão ser obtidos. (NOGUEIRA, 2008, p.03).

No que diz respeito às relações Norte-Sul, a diplomacia brasileira, a partir de 2003, passou a ter um novo enfoque. Nos três últimos governos, as relações Brasil e Estados Unidos, sobretudo, eram a prioridade da política externa do país. Com Lula, estas relações se incluíram como mais uma opção de relações internacionais, pois o país

ampliou os rumos de sua política mundial para várias partes do globo. (VIZENTINI, 2008).

Ainda sobre isto, pode-se dizer que, em primeiro lugar, Lula tomou posse no contexto de Guerra no Iraque, causada pelos EUA. A posição que o Brasil, encabeçado pelo MRE, tomou, diante dessa situação, foi de observância e apoio às deliberações da ONU. Isto deu ao país pontos positivos junto ao “Eixo da Paz”, formado por França, Alemanha e Rússia, que advogavam pela não-intervenção estadunidense no território iraquiano.

Outra característica das mudanças inseridas na política exterior do Brasil se deve à própria figura de Lula no espaço internacional. No mesmo ano em que assumiu a pasta da União, em 2003, o presidente participou de dois eventos internacionais que possuem direcionamentos e posicionamentos distintos: o *Fórum Social Mundial* em Porto Alegre e o *Fórum Econômico Mundial* em Davos. No que concerne a isso, Almeida (2003) diz que:

Não faltou, tampouco, o exemplo da diplomacia presidencial que já vinha sendo praticada com uma certa desenvoltura na administração anterior. A retomada desse tipo de prática ficou ainda mais evidente a partir da decisão de Lula de participar, de modo quase simultâneo, dos foros de Porto Alegre e de Davos (respectivamente em 23 e 25 de janeiro de 2003), abrindo a perspectiva de que o Brasil contribuísse para tentar unificar, numa única agenda do desenvolvimento, as dimensões sociais e econômicas das políticas públicas adotadas nos planos nacional e internacional. (ALMEIDA, 2003, p.100).

Em contraposição ao que defende Almeida (2003), Sales (2003) advoga que, na atual administração da República, a prática da diplomacia presidencial é inexistente. Aliás:

[...] O governo Lula representa uma ruptura, ainda que não drástica ao paradigma normal de política externa bem como o fim do que se costumou chamar de diplomacia presidencial. Lula advoga uma diplomacia voltada aos interesses do Brasil tendo uma postura mais

assertiva de ação internacional. É mais enfático nas decisões e propõe que o Brasil seja reconhecido como agente internacional de grande expressão. (SALES, 2003, p.11).

No entanto, Almeida (ano) ratifica seu posicionamento e discorda das idéias de Sales (2003), ao afirmar que:

Sem dúvida alguma, do ponto de vista da forma, a diplomacia do governo Lula ostenta um ativismo exemplar, representado por um intenso programa de diplomacia presidencial complementado por um ainda mais ativo circuito de contatos, encontros, viagens de trabalho e conversações a cargo do chanceler e, de maneira algo inédita para os padrões do Itamaraty, do próprio Secretário-Geral das Relações Exteriores, funcionário normalmente (e tradicionalmente) dedicado às lides administrativas e aos assuntos de “economia doméstica” da Casa. (ALMEIDA, 2003, p.04).

Não obstante, a prática da diplomacia presidencial não prejudicou a centralidade do Itamaraty na coordenação da política exterior do Brasil. Desta maneira, o país passou a negociar de modo firme na comunidade internacional. Os interesses econômicos brasileiros foram defendidos de modo prioritário, nesse âmbito. Ou seja, o Brasil passou a assumir, na prática, o seu discurso e posto de *global trader* e não mais como um aliado subalterno das grandes potências, em especial, dos Estados Unidos. A não-adesão à ALCA, a estruturação do G-20, além dos exemplos citados no parágrafo anterior podem ilustrar este raciocínio. Neste horizonte, Vizentini (2008) advoga que:

Cordial, mas contestadora, a diplomacia brasileira estabeleceu sua rede com os países em desenvolvimento afetados pelo protecionismo e pelos subsídios agrícolas do Primeiro Mundo. O chamado G-22 surpreendeu os países ricos e fez a insatisfação do Sul ser ouvida, em meio ao encerramento espetacular do encontro. Assim, a tendência é a de que uma constelação sul-americana e de outras importantes potências (não exatamente um “bloco”) venha a contribuir para moderar a postura norte-americana nas relações internacionais, simultaneamente auxiliando na construção de um mundo multipolar regido pelo sistema das Nações Unidas. (VIZENTINI, 2008, p.113).

Com esta dimensão ampliada da política exterior de Lula, pode-se afirmar com base em Sales (2003) que, ao assumir o comando do país, o presidente adotou o paradigma das relações internacionais do Estado logístico, inaugurado, de modo simplificado, no governo anterior. Nas palavras do autor:

O Estado logístico estabelece a associação de duas esferas: o liberalismo na política externa e o desenvolvimentismo nacional. Este paradigma recupera a autonomia decisória e diferentemente do desenvolvimentismo não entrega ao Estado e sim à sociedade a função de empresário (SALES, 2003, p.10).

Por fim, no site oficial do Partido dos Trabalhadores (PT), encontra-se um texto intitulado de *Política externa brasileira e a integração regional na Era Lula: Análise Paradigmática* cuja proposta é avaliar a diplomacia brasileira do governo em vigor. Nesse artigo, também se defende que a política externa de Lula é marcada por ruptura e continuidades. Quebra-se a unilateralidade das relações internacionais do país com os Estados Unidos e amplia-se a conexões com outros atores internacionais. Entretanto, constitui-se como um desafio ao segundo mandato do presidente petista: romper com os resquícios do Estado Normal de FHC, no que concerne à sua política para o cenário internacional (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2003, p.100).

Seguindo os rumos da política externa do país, a política cultural, através do Ministério da Cultura, começou a trabalhar no cenário internacional de modo mais presente. Através do capital simbólico e da capacidade estratégica e administrativa de Gilberto Gil, o organismo inseriu as relações culturais internacionais como uma dimensão de sua política.

4.3 A política internacional do MinC a partir da política exterior do Brasil

O Departamento Cultural do Itamaraty, desde a fundação do Ministério do Exterior, concentrava, em seu âmbito, as relações culturais do Brasil no cenário mundial. Isto aconteceu até o ano de 2003, quando Gilberto Gil, tornou-se Ministro da Cultura e inseriu, paralela à nova diplomacia do país, a política de relações culturais internacionais. Assim, além da adequação à política do Ministério das Relações Exteriores, pesquisadores, a exemplo de Botelho (2009), Miguez (2009), Reis (2009) e funcionários atuais do Ministério acreditam que o capital simbólico de Gilberto Gil e, por conseguinte, sua inserção internacional já consagrada como artista, podem ser interpretados como elementos que permitiram o ingresso e o avanço da política e presença externa do MinC (BOTELHO, 2009).

Nesta direção, o MinC adotou como parceiros os novos atores internacionais da diplomacia brasileira. Isso pode ser defendido pelo que diz o *Programa Cultural do MinC* (2007), desenvolvido no final do primeiro mandato de Lula, em 2006:

Este *Programa Cultural* passa, portanto, por aprofundar nossa política de inserção internacional não subordinada, articuladora das relações Sul-Sul. Identifica como parceiros culturais preferenciais o Mercosul, a América Latina, a África, os países da Comunidade da Língua Portuguesa, a Comunidade Árabe, a África do Sul, a Rússia, a Índia e China, por exemplo. O relacionamento com os países da Comunidade Européia, com os Estados Unidos e com o Japão, importantes centros de hegemonia cultural e econômica no mundo contemporâneo, deve se estabelecer em termos de interesses da comunidade nacional e da soberania de nossa população, que permitam aos trânsitos e comércios uma ancoragem na relevância e no dinamismo da diversidade cultural brasileira. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007, p.37).

Assim como a política externa do governo Lula, a partir do ano de 2003, o Ministério da Cultura, começou a romper com o posicionamento subalterno do Brasil em relação à ideologia e prática neoliberais intensificadas em Fernando Henrique.

4.3.1 Da Assessoria Internacional à Diretoria de Relações Internacionais do MinC

Entre os anos de 2003 e 2006, tinha-se apenas uma assessoria internacional no Ministério da Cultura. No entanto, os compromissos internacionais do Ministério cresceram. Eventos, congressos, seminários, reuniões, acordos de cooperação, palestras, projetos culturais, visitas de Gil e de secretários a outros países, dentre outras atividades, passaram a compor a diplomacia cultural do país no plano mundial (MIGUEZ, 2009). Por outro lado, este novo campo de atuação, requeria maior investimento em infra-estrutura e carecia de outros recursos de gestão - humanos, tecnológicos, financeiros etc. – por parte do Estado.

A alternativa que se pensou, em termos de estruturação de um setor internacional de cultura do Brasil foi ampliar a equipe que se incumbisse das relações culturais internacionais do Brasil para realizar as seguintes tarefas: a) coordenação da participação do país em eventos em nível internacional; b) divulgação da imagem brasileira no exterior e c) promoção da exportação de bens culturais (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2009).

Deste modo, em 2006, foi instituído o *Comissariado da Cultura Brasileira no Mundo* (CCBM) nos âmbitos do MinC e do MRE. Isso aconteceu através do decreto nº 5967 de 16 de novembro de 2006 que apresentou as funções de cada Ministério envolvido. Neste horizonte, ao MinC foi dada a responsabilidade de apoio técnico, administrativo e financeiro ao Comissariado. O MRE, por sua vez, se encarregou pela interlocução com as autoridades estrangeiras. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2009). O Comissariado foi presidido por um Comissário-Geral e composto por membros de ambos os Ministérios até ser revogado em 30 de janeiro de 2008, pelo decreto nº 6368, quando é criada a Diretoria de Relações Internacionais do MinC (DRI).

Com base no site do MinC, têm-se uma lista das atividades que o Comissariado desenvolveu em 2007 - enumerado a seguir - e que serviu de base para a criação da DRI:

- 1) Apoio à eleição do Brasil como um dos 24 países-membros do Comitê Intergovernamental da Convenção da Diversidade Cultural da Unesco – o único país sul-americano escolhido;
- 2) Influência sobre a seleção do Brasil para compor o grupo dos 25 países-membros do *Conselho do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais* (ICCROM);
- 3) Ajuda à reeleição do Brasil, de modo unânime, para ser vice-presidente da *Comissão Interamericana de Cultura da Organização dos Estados Americanos* (CIC-OEA);
- 4) Esforço para a escolha do Brasil como vice-presidente da *Conferência de Ministros da Cultura da Organização dos Estados Ibero-americanos* (OEI);
- 5) Incentivo à candidatura do país à diretoria de economia criativa da Unesco;
- 6) Auxílio na criação do CPLP Cultural;
- 7) Sede do primeiro encontro da CPLP Cultural em Brasília – presença de todos os países deste grupo agregado do Timor Leste;
- 8) Colaboração à aprovação do projeto Itinerários Culturais no Mercosul;
- 9) Auxílio à implementação do Selo Mercosul Cultural;
- 10) Apoio ao desenvolvimento de políticas culturais no Mercosul Cultural;
- 11) Organização do Seminário Internacional da Diversidade Cultural – âmbito da CIC-OEA;
- 12) Apresentação do projeto de cooperação ibero-americana na SEGIB intitulado de *Ibermuseus*;
- 13) Articulação das políticas culturais com os seguintes países: Angola, Cabo Verde, Canadá, China, Colômbia, Coreia do Sul, Equador, França, Guatemala, Índia, Irã, Israel, Itália, México, Panamá e Paraguai;
- 14) Incentivo ao país em assinar a *Declaração de Bogotá* que inclui o termo de cooperação audiovisual e o Protocolo de Intenções para a Cooperação, o Intercâmbio e a promoção da Divulgação da Cultura Afro-descendente, com a Colômbia;

- 15) Estruturação do programa de intercâmbio e cooperação cultural com o Panamá;
- 16) Determinação das políticas de cooperação em cultura com a Coréia do Sul;
- 17) Incentivo ao Brasil para assinar um memorando de intenções de cooperação audiovisual como o Irã para 2008;
- 18) Acordo com o Canadá para a execução de um seminário sobre diversidade cultural;
- 19) Apoio ao projeto em longo prazo da Agência Brasileira de Cooperação (APC) ao trabalho técnico compartilhado entre o MinC e a Unesco Brasil (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007, p.01).

A partir da agenda acima, o Ministério da Cultura decidiu que seria criada a DRI. O Itamaraty, por sua parte, delegou o Departamento Cultural para ser colaborador do MinC em sua política exterior. Assim, ligada à Secretaria Executiva do MinC, a DRI, ao contrário do Comissariado, foi instituída para ser de caráter permanente. Além disso, sua primeira formação era composta pelos seguintes setores: coordenação e três gerências, a saber: 1) Integração e Assuntos Multilaterais; 2) Cooperação e Assuntos Bilaterais e, por fim, 3) Intercâmbios e Projetos Especiais. O primeiro Diretor de Relações Internacionais do MinC foi Marcelo James Vasconcelos Coutinho que foi o Comissário-Geral da Cultura Brasileira no Mundo em 2007.

Para dar continuidade à apresentação da política internacional do MinC, observe a cronologia das ações principais que antecederam a criação da DRI:

Tabela 08

ANO	AÇÃO
2003	MinC (Assessoria Internacional) e MRE (Departamento Cultural) passam a atuar de modo compartilhado no que se refere à formulação de uma atuação cultural internacional do Brasil mais fortalecida e com divisão de responsabilidades.
2004	Através do decreto nº 4.976 de 03 de fevereiro de 2005, a Subchefia para Assuntos Internacionais da Casa Civil, cria uma comissão brasileira para

	coordenar a participação brasileira no <i>Ano do Brasil na França</i> , ocorrido em 2005.
2005	O Comissariado coordena as atividades do Ano do Brasil na França.
2006	O MinC realiza a <i>Copa da Cultura</i> , na Alemanha, onde acontecia a Copa Mundial de futebol.
2007	Criação do <i>Comissariado da Cultura Brasileira no Mundo</i> (CCBM): órgão de cooperação do MinC e MRE, responsável pelas relações internacionais com mandato de um ano.
2008	Implantação da Diretoria de Relações Internacionais.

Na atualidade a DRI tem a seguinte estrutura organizacional. O diplomata Marcelo Dantas como *Diretor de Relações Internacionais*. A *Gerência de Intercâmbio e Projetos Especiais* com Rodrigo Galletti no cargo de gerente e Ana Gabriella Lima com subgerente. A *Gerência de Cooperação e Assuntos Bilaterais*, tendo Bruno Melo como gerente; Elisabeth Silva como subgerente e Eduardo Pareja Coelho no cargo de gestor governamental. A *Gerência de Integração e Assuntos Multilaterais* com os seguintes encarregados: Thays Pessotto como gerente; Carla Mendonça como subgerente; Valéria Teixeira Graziano como *Consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)* e José Augusto Moura no cargo de *Coordenador* da Diretoria.

Mesmo criada em 2008, somente em 30 de abril de 2009, foi publicado o decreto, nº 6.835, onde se deliberou as atribuições da DRI:

- [...] I - subsidiar os órgãos do Ministério e suas entidades vinculadas, em assuntos internacionais do campo cultural;
- II - coordenar, orientar e subsidiar a participação do Ministério e as entidades vinculadas em organismos, redes, fóruns e eventos internacionais que tratam de questões relativas à cultura;
- III - orientar, promover e coordenar os processos de planejamento, formulação, implementação e avaliação de políticas, programas, projetos e ações internacionais do Ministério e entidades vinculadas;
- IV - disseminar as diretrizes da política externa brasileira na área da cultura e assegurar sua adoção nas ações culturais internacionais do Ministério e entidades vinculadas;
- V - articular e coordenar os processos de apoio a programas, projetos e ações relacionados à cultura, de cooperação internacional e de negociação de atos internacionais com organismos internacionais,

entidades e governos estrangeiros, em conjunto com os demais órgãos do Ministério e Ministérios afins;

VI - apoiar e subsidiar as ações de promoção da exportação de bens e serviços culturais brasileiros, em articulação com os demais órgãos do Ministério e Ministérios afins, bem como instituições públicas e privadas do Brasil e do exterior;

VII - delinear estratégias e apoiar ações para intensificação do intercâmbio cultural e artístico entre o Brasil e países estrangeiros, em articulação com as demais áreas do Ministério;

VIII - planejar, orientar e articular a participação brasileira em eventos culturais internacionais e de divulgação da imagem do Brasil no exterior por meio da cultura; e

IX - atuar como interlocutor do Ministério e de suas entidades vinculadas junto ao Ministério das Relações Exteriores (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009)

A iniciativa do MinC em atuar no cenário internacional tem colaborado com o MRE em seu trabalho cultural. Desta maneira, de acordo com o *Planejamento Internacional do MinC para 2009 e 2010* (2009), o Brasil, no momento contemporâneo, dispõe de duas estruturas governamentais para atuar nas relações culturais internacionais: o MRE e o MinC. Isto é uma inovação da política brasileira, pois até o governo Lula, o Ministério da Cultura não realizava nenhum trabalho no campo exterior, apenas o Itamaraty se responsabilizava por isso, como já foi ponderado.

Entretanto, o MinC e o MRE desenvolvem funções específicas em torno desta ação conjunta. Segundo o Ministério da Cultura (2007), o Itamaraty, de modo específico, o Departamento Cultural, tem como eixo as atividades de promoção e difusão da cultura do Brasil, em consonância com os interesses e objetivos da diplomacia e da política exterior do país. Por outro lado, o MinC, foca o seu trabalho na valorização da cultura brasileira, através da intensificação dos projetos de intercâmbio e cooperação bilateral e multilateral com outros Estados e organismos internacionais, na observância do olhar sobre a diversidade cultural, da inclusão social e do fortalecimento da economia da cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

4.3.2 Outros setores do MinC que trabalham no cenário internacional

O trabalho internacional do MinC, apesar de ser articulado pela DRI, também é realizado por outros setores, como por exemplo: a Fundação Biblioteca Nacional (FBN); a Fundação Cultural Palmares (FCP); a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE); a Fundação Casa de Rui Barbosa (FBRB); o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), além de Secretarias do Sistema MinC: a Secretaria do Audiovisual (SAV); a Secretaria da Identidade e da Diversidade e a Secretaria de Políticas Culturais.

É válido ressaltar, antes de se descrever as principais políticas externas de alguns dos órgãos citados acima, o caráter precursor do ex-ministro Gil no que se refere à política internacional do MinC. Através dele o Ministério da Cultura se inseriu na comunidade global. Algumas ações ilustram essa tese: Participação em eventos internacionais dos mais diversos ramos da cultura e áreas afins (propriedade intelectual e direitos autorais; economia da cultura e indústrias criativas, entre outras); visitas à África, EUA, China, América do Sul, Europa, Oriente Médio etc.); palestras, congressos, reuniões, encontros, fóruns internacionais; projetos e programas de cooperação bilateral e multilateral em distintos setores da cultura; presença, defesa, articulação e participação na aprovação da Convenção da Unesco sobre a Diversidade Cultural, dentre outras.

4.3.2.1 Secretaria do Audiovisual (SAV)

A Secretaria do Audiovisual, com destaque à pessoa de Orlando Senna, é um dos setores do MinC que mais atuou com relações internacionais. De acordo com o *Balanço de 2008*, a SAV defende que “(...) Representar o país em organismos e eventos internacionais relativos às atividades cinematográficas e audiovisuais (SECRETARIA DO AUDIOVISUAL, 2008, p.01)” é uma de suas competências. Assim, as relações internacionais, compõem uma das seis linhas de ações transversais de atuação da SAV.

Segundo o documento:

Enquanto órgão de assessoramento direto do Ministro de Estado da Cultura, cabe à SAV a formulação de uma política internacional para o cinema brasileiro, bem como o seu acompanhamento, em articulação com as demais instituições governamentais com atuação internacional no campo cultural e, mais especificamente, no setor audiovisual (SECRETARIA DO AUDIOVISUAL, 2008, p.15).

Neste relatório, ainda, a SAV apresenta suas atividades para o plano internacional por categoria de ação estratégica: cinema; televisão e plataformas digitais. A próxima tabela apresenta o resumo deste trabalho:

Tabela 09

CATEGORIA	PROJETO	OBJETIVO	PARCERIAS
Cinema	Programa Setorial de Promoção à Exportação Cinema do Brasil	Viabilizar a distribuição das produções cinematográficas de caráter independente do Brasil	APEX; MID e SIAESP
	<i>National Film Board</i>	Capacitar e co-produzir animações e documentários	Canadá
	Programa Ibermedia	Fomento do cinema na Ibero-América	ANCINE
	Programa de apoio à subtitulação e remessa de cópias de filmes brasileiros em mostras competitivas nos principais festivais internacionais	Colaborar com os produtores cinematográficos do Brasil na etapa de difusão	ANCINE; DAV do MRE
Televisão	DocTV Ibero-América	Co-produzir e difundir documentários audiovisuais do espaço ibero-americano no cenário internacional	CAACI
	DocTV CPLP	Co-produzir e difundir documentários audiovisuais dos membros da CPLP no espaço mundial	DRI, IRDEB, EBC
	Programa <i>Brazilian TV Producers</i> (BTVP)	Criar ambientes de negócio favoráveis ao produtor independente brasileiro nos principais festivais, mostras e mercados internacionais, por meio de ações promocionais e presença sistemática.	RECAM - Mercosul, APEX, MID, SEBRAE, ABPITV

Plataformas Digitais	Programa de Fomento à Produção e Exportação do Jogo Eletrônico Brasileiro - BRGames	Promover a produção e a promoção internacional de sete demos jogáveis, para desenvolvedores de jogos e empresas do setor, a partir de 2009	Secretaria de Políticas Culturais; SOFTEX; FILE; ABRAGAMES
	Programa Mercosul Audiovisual 2009 - 2011	Cooperação para produção, formação, distribuição e circulação e difusão internacional do audiovisual do Cone Sul	Mercosul - RECAM; União Européia; ABC

Em consonância com a tabela, é válido ressaltar a importância do programa DoCTV Ibero-América no que diz respeito à versão para o âmbito da CPLP. Sobre o projeto, lançado em Salvador (Bahia), em 2006, o site do MinC apresenta que:

A partir da experiência do DOCTV, foi criado o DOCTV Ibero-América, programa no qual a integração entre produção independente e TV é aliada ao objetivo de integração audiovisual dos países ibero-americanos. A primeira edição do projeto reúne autoridades audiovisuais nacionais, televisões públicas e associações de produtores independentes da Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Porto Rico, Cuba, México, Portugal e Espanha, sob a Coordenação Executiva da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura do Brasil. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

Por último, a DRI solicita à SAV o serviço de consultoria à cooperação internacional do audiovisual brasileiro. São exemplos deste trabalho compartilhado: o I Congresso Ibero-Americano sobre o Audiovisual que ocorreu no México; as negociações do programa DocTV CPLP, dentre outros (SECRETARIA DO AUDIOVISUAL, 2008, p.15).

A ANCINE também atua no campo internacional. É uma instituição vinculada ao MinC e parceira da SAV no trabalho exterior do audiovisual brasileiro, entre outros. Segundo o site da Agência, a partir de 2003, ela foi reestruturada em termos de: recursos humanos, orçamentários, tecnológicos e de infra-estrutura. Além disso, novas diretrizes foram inseridas e, entre elas, a implantação do objetivo de ser um órgão de estímulo à

participação de obras nacionais cinematográficas e videográficas em mostras e festivais internacionais. A outra finalidade é o cuidado para com a questão polêmica dos direitos autorais, de modo específico, em relação às obras audiovisuais estrangeiras e nacionais. (AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA, 2009).

4.3.2.2 Fundação Cultural Palmares (FCP)

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é outro organismo vinculado do MinC que atua com relações internacionais. O foco de sua ação é o continente africano e os povos afro-americanos. Segundo o site institucional, a ação externa da FCP está coerente com a política externa do governo Lula que adotou as relações Brasil-África como prioridade de sua diplomacia. Assim, o MinC, através da Fundação, buscou se aproximar deste continente para preservar, valorizar e difundir as manifestações culturais negras (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES). Algumas iniciativas neste sentido já foram realizadas, como o desenvolvimento de 23 projetos em parceria com a CPLP; a Semana Cultural do Benin em Salvador, em 2009, e a Semana Cultural do Brasil em Benin, prevista para 2010.

Em relação às iniciativas da Fundação Cultural Palmares na América Latina, a qual reconhece a presença de afro-descendentes no continente, pode-se mencionar o exemplo da criação do Observatório Afro-Latino. Este projeto tem como proposta: “(...) Aprofundar o conhecimento das manifestações de matriz africana nos países da América Latina”. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2009).

4.3.2.3 Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN)

A questão internacional esteve presente na agenda de trabalho do IPHAN no período em análise. O destaque para esta especificidade são os seguintes projetos e parcerias:

Programa Monumenta; Programa Ibermuseus e as políticas de patrimônio IPHAN-Unesco.

O *Programa Monumenta* é um projeto de cooperação cultural internacional entre o IPHAN, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Unesco, iniciado em meados dos anos 90, século XX. O BID com apoio da Unesco financia o Programa em cidades já recuperadas pelo IPHAN: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP) e Serro (MG).

O IPHAN é o organismo brasileiro que faz parte da Rede Ibero-Americana de Museus que é responsável pelo Programa Ibermuseus. Em 2009, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) assumiu este programa na representação do Brasil. Esta Rede foi instituída pela *Declaração de Salvador* que foi aprovada pelos 22 países-membros da Ibero-América - Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela - reunidos na capital da Bahia, em junho de 2007, no I Encontro Ibero-Americano de Museus.

É válido salientar que:

A Rede é uma grande plataforma de comunicação e integração capaz de contribuir para o desenvolvimento e a articulação de instituições – públicas e privadas – como de profissionais do setor museológico ibero-americano. Além disso, a Rede possibilita o intercâmbio de práticas, experiências e conhecimentos produzidos e contribui para a preservação e fruição do patrimônio cultural e natural. (IBERMUSEUS, 2009).

Pode-se citar a criação do IBRAM na estrutura do Ministério da Cultura, dentre outras finalidades, como resultado do Programa Ibermuseus. A escolha de 2008 como o *Ano Ibero-Americano de Museus* contribui, ademais, à implantação deste Instituto no MinC que passou a trabalhar junto com o IPHAN, como representante do Brasil na Rede.

Os diálogos multilaterais da IPHAN, de modo particular, com a Unesco, ao se tratar de relações internacionais do Brasil para o âmbito cultural, se referem à questão patrimonial. Segundo o site desse órgão, a questão da preservação do patrimônio cultural brasileiro é de grande relevância à humanidade. Pois o tombamento de um patrimônio cultural mundial, material ou imaterial, respectivamente, é trabalhado como cooperação entre estes atores.

A Unesco reconheceu os seguintes bens brasileiros como patrimônio cultural e mundial da humanidade: Ouro Preto; Olinda; São Miguel das Missões; Salvador; Congonhas do Campo; Brasília; Centro Histórico de São Luís; Diamantina e Centro Histórico de Goiás. (UNESCO, 2009).

4.3.2.4 Secretaria de Políticas Culturais (SPC)

Em 2005, o então Secretário de Políticas Culturais, Paulo Miguez, participou da IV Reunião de Ministros de Cultura da CPLP com representante do MinC. Em 2006, o novo Secretário Alfredo Manevy representou o Ministério, em Brasília, na reunião de planejamento da Comissão Interamericana de Cultura (CIC) da OEA. Em 2008, a Gerência de Direito Autoral desta Secretaria apoiou o I Congresso Internacional de Direito Autoral que aconteceu em São Paulo.

Estes três exemplos demonstram algumas iniciativas desta Secretaria no campo internacional. É válido dizer que, na contemporaneidade, Marcos Alves de Souza, Diretor de Direitos Intelectuais da SPC é quem tem maior número de incumbências no que concerne ao trabalho internacional. Pois, desde o início do governo Gil, a problemática dos Direitos Intelectuais/Autorais foi trabalhado pelo ex-ministro como uma prioridade da política internacional do MinC. Isso se reflete no decreto de nº 6835 de 30 de abril de 2009 que foi publicado com as atribuições da Secretaria:

(...) IV - subsidiar atos relativos ao cumprimento e ao aperfeiçoamento da legislação sobre direitos autorais, nas ordens interna e internacional, inclusive aquelas relacionadas com os aspectos dos direitos intelectuais relacionados ao comércio de bens intelectuais (...) V - acompanhar as negociações de tratados e convenções internacionais sobre direitos do autor e direitos conexos e orientar providências relativas aos tratados e convenções internacionais sobre o tema ratificados pelo Brasil (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

4.4 Prioridades da política internacional do MinC

4.4.1 Unesco

As relações do Brasil com a Unesco foram iniciadas paralelas à fundação deste organismo internacional, por volta de 1945. O primeiro exemplo aconteceu em 1964, quando o Brasil firmou um acordo de cooperação técnica com a Unesco, no estabelecimento da representação deste organismo no Brasil. Em segundo lugar, têm-se a proposta brasileira de investimentos nacionais e internacionais para fortalecer e dar amplitude à cooperação da Unesco com os ministérios, secretarias e demais estruturas de cultura, denominado de Modelo de Execução Nacional (EXN). Por último, a atuação conjunta do Ministério da Cultura e do Itamaraty, como defensores e propagadores da Convenção sobre a Promoção e a Proteção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada em outubro de 2005, por 150 países-membros da organização – assunto a ser tratado neste trabalho mais adiante e com mais acuidade.

Sobre as parcerias entre a Unesco e os atores internacionais – estados nacionais e organismos bilaterais ou multilaterais - a própria entidade defende que:

Por tratar-se de organização multilateral, é compreensível que, alguns dos principais parceiros da Unesco sejam, justamente, seus Estados-Membros. No Brasil, a Organização opera não só por meio de acordos de cooperação com o Governo Federal, mas também trabalha ativamente com os municípios e estados. Devido à importância de auxiliar órgãos governamentais a elaborarem e desenharem políticas públicas em áreas centrais do mandato da Unesco, a Organização mantém *Escritórios Antena* em cinco estados brasileiros para auxiliar autoridades locais em temas que a Unesco possui experiência internacional consolidada (UNESCO, 2009).

Assim, além de divulgar as políticas culturais do Ministério em seu portal na internet, a Unesco colabora com o MinC nas seguintes áreas: 1) cultura em geral; 2) direitos autorais e leitura; 3) diversidade cultural e lingüística; 4) educação e cultura de paz; 5) museus e 6) patrimônio cultural e natural (UNESCO, 2009).

Portanto, ao segmentar dois setores desta relação MinC - Unesco (ações normativas e patrimônio cultural) é viável apresentar alguns projetos e programas realizados. No primeiro setor têm-se: a Lei do Livro e a emenda constitucional que cria o PNC; estabelecimento de um sistema de gestão para o campo da museologia; campanha nacional em favor da definição de um orçamento anual mínimo para a cultura; e o estabelecimento de mecanismos mais claros para a alocação dos recursos destinados a projetos culturais. No segundo, por sua parte, inclui-se a proteção e tombamento do patrimônio material e registro do patrimônio imaterial - acarajé e o samba de roda do Recôncavo baiano, por exemplo.

4.4.2 Mercosul Cultural

O Ministério da Cultura participa do Mercosul Cultural desde quando este foi criado, em 1996. Entretanto, nesse período de políticas neoliberais, o bloco foi reflexo desta conjuntura. Contudo, a partir do início dos anos 2000, foram eleitos presidentes progressistas e de centro-esquerda no continente sul-americano o que implicou em premissas de uma estratégia política mais estruturada para o Mercosul Cultural.

Neste direcionamento, a participação do Brasil, neste órgão, começou a ser mais relevante, desde 2003, com o advento de Lula. Este presidente adotou as relações do Brasil com o Mercosul como prioritárias à política exterior e a diplomacia brasileira, dentre outras. O MinC, por sua vez, acompanhou este processo. Nesta perspectiva, o Ministério, em dezembro de 2003, participou e incentivou, através do Secretário do Audiovisual, Orlando Senna, a criação da Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais (RECAM) no Mercosul.

Em 2004, acontece em Brasília, o primeiro encontro da RECAM. Orlando Senna presidiu a sessão, além de representar o MinC e o Brasil. A reunião aconteceu no Palácio do Itamaraty e teve a participação dos representantes da Argentina, Paraguai e Uruguai – membros plenos do Mercosul – além de três países associados: Bolívia, Chile e Peru. Assim, debateu-se neste encontro, a questão da integração do setor audiovisual no continente sul-americano. Ademais, discutiu-se a possibilidade de uma cooperação audiovisual entre a União Européia e o Mercosul.

Em 2005, na RECAM, Orlando Senna, participou de um novo encontro no Mercosul Cultural, ocorrido em *Mar del Plata*, Argentina, para discutir o acordo entre a União Européia e o Mercosul, com representação de ambos os blocos. Decidiu-se, portanto, que a primeira iniciativa de cooperação seria a criação do Observatório da RECAM que passaria a analisar as produções audiovisuais no Cone Sul, dentre outras atividades.

Outra política do Mercosul Cultural e que interessa ao MinC é o Fundo Ibermedia. O projeto recebe investimentos dos 16 países-membros - Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela – e tem como finalidade dar subsídios a projetos cinematográficos ibero-americanos, sob as seguintes modalidades: 1) co-produção, desenvolvimento de projetos e formação profissional e 2) apoio à distribuição e promoção.

Vale ressaltar ainda, em termos de política do Mercosul Cultural, o Programa Mercosul Audiovisual. Fruto do segundo acordo entre a União Européia e o Mercosul, o Programa, foi estabelecido na 13ª RECAM, que aconteceu no dia 29 de setembro de 2008, no Rio de Janeiro. Este novo projeto teve início em 2009 e término previsto para 2011. O objetivo é investir recursos financeiros no campo audiovisual dos países plenos do Mercado Comum do Sul. Assim, a União Européia¹³ financiará o Programa com um milhão de euros e o Mercosul com 360 mil.

Ademais, o Programa Mercosul Audiovisual almeja:

(...) Harmonizar a legislação audiovisual nos países do Mercosul; fortalecer as capacidades do Observatório Mercosul Audiovisual, através da coleta e compatibilização de dados do audiovisual dos membros plenos do Mercosul; permitir maior circulação de conteúdos audiovisuais; desenvolver ações de preservação do patrimônio audiovisual e de capacitação técnica e profissional do setor (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2008).

A Secretaria do Audiovisual do MinC se incumbiu da estruturação do Convênio. A Argentina, através do Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais (INCAA), assumiu a responsabilidade de gestão do projeto. O Uruguai, por sua vez, se encarregou

do projeto de digitalização de 30 salas de cinema (que serão implantadas nos integrantes do Mercosul, distribuídas do seguinte modo: dez salas na Argentina, dez no Brasil, cinco no Paraguai e cinco no Uruguai). O Paraguai, por fim, em parceria com o Uruguai, desenvolverão atividades de formação técnica para os operadores do Programa.

¹³ Vale ressaltar que o interesse da União Européia para com o Mercosul não se inicia com o Programa Mercosul Audiovisual. D'Arcy (2002) diz que: "Em 1995, em Madri, foi assinado o Acordo-quadro inter-regional de cooperação entre o Mercosul e a União Européia. Seus objetivos são, notadamente, de incrementar e diversificar os intercâmbios comerciais, de promover a cooperação e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, de apoiar o processo de integração do Mercosul e de cooperar em matéria de formação, educação e cultura (D'ARCY, 2002, p.211).

Na tabela a seguir, é possível observar as relações entre o MinC e o Mercosul Cultural, firmadas a partir de 2003:

Tabela 10

ATUAÇÃO DO SISTEMA MINC NO MERCOSUL CULTURAL	
ÓRGÃO	ATIVIDADE
IPHAN	Centro de Treinamento e Gestão em Patrimônio Material
FUNARTE	Pauta para reunião setorial de Artes no Mercosul
FCP	Intercâmbios Afro-Latinos
	Agenda Afro-descendente nas Américas
PNLL / Biblioteca Nacional	Seminários de Livro e Leitura no Mercosul
Sec. da Identidade e Diversidade Cultural	Convenção da Unesco sobre a Diversidade Cultural
	Encontros Sul-Americanos de Culturas Populares
	Encontros dos Povos Guaranis
Secretaria do Audiovisual	RECAM
	Programa Mercosul Audiovisual
ANCINE	Acordos de Co-Produção Observatório Mercosul Audiovisual

4.4.3 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. O que estes países têm em comum? Além do português como idioma oficial, estes estados compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Criada em 1996, a CPPL é um organismo multilateral que passou a ter grande importância para a política exterior do Brasil, a partir de Lula, e, em especial, do Ministério da Cultura.

A CPLP é uma das terceira prioridades centrais do MinC, em consonância com a diplomacia e a política externa brasileira, na contemporaneidade. Em sua trajetória, a CPLP tem realizado acordos de cooperação cultural, como sinaliza Nazaré Pedroza (2007), na I Conferência Nacional de Cultura do Brasil, em 2006:

(...) Reafirmação da importância do patrimônio cinematográfico e audiovisual; a criação de um ponto focal no Ministério da Cultura e representações estaduais; a ampliação da participação da sociedade civil; operacionalização do Fundo Cultural do CPLP; a realização de uma conferência de doadores, organizada pelo Brasil, com a finalidade de captar recursos com projetos de agenda (PEDROZA, 2007, p.217).

Entretanto, o presente trabalho não visa à análise de todo trabalho da CPLP, mas conhecer as relações multilaterais entre a Comunidade e o Ministério da Cultura, especificamente. Diante disso, Pedroza (2007) defende que o Brasil tem acordos de cooperação com todos os membros da CPLP. Em termos de ilustração, foram executadas as atividades a seguir. Em 2005, o MinC assinou um tratado para a cooperação de desenvolvimento de software livre de código aberto com a CPLP. Em 2009, assinou o novo acordo ortográfico da língua portuguesa; elegeu um Comitê de Acompanhamento

das ações de cooperação cultural na CPLP, através da portaria nº 231 e participou da abertura do 1º Festival de Teatro da Língua Portuguesa da CPLP.

4.4.4 Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Em 1991 aconteceu na cidade de Guadalajara, México, a I Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Neste encontro foi assinada a *Conferência Ibero-Americana* que prevê a cooperação política, econômica, social e cultural entre os países-membros. A partir da XIII Cúpula, ocorrida em 2003 na cidade de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, se estruturou um órgão internacional para melhor articular os acordos de cooperação entre os países ibero-americanos. Nasceu, então, a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), com personalidade jurídica internacional, na perspectiva de ser “(...) El órgano permanente de apoyo institucional y técnico de la Conferencia Iberoamericana. (SECRETARÍA GENERAL IBEROAMERICANA, 2009). Além disso, a SEGIB extinguiu e incorporou os direitos e as obrigações da Secretaria de Cooperação Ibero-americana (SECIB) que desempenhava um papel semelhante. No entanto, só na Cúpula de São José, em 2005, que o estatuto da SEGIB foi aprovado.

Sediada em Madri, a SEGIB, conforme sua página na internet (www.segib.org) tem os seguintes objetivos:

[...] 1) Contribuir al fortalecimiento y la cohesión de la Comunidad Iberoamericana e impulsar su proyección internacional; 2) colaborar en la preparación de las Cumbres de Jefes de Estado y de Gobierno en estrecha coordinación con la correspondiente Secretaría Pro Tempore; 3) fortalecer la labor desarrollada en materia de cooperación en el marco de la Conferencia Iberoamericana, en conformidad con el convenio de Bariloche; 4) promover los vínculos históricos, culturales, sociales y económicos entre los países iberoamericanos, reconociendo y valorando la diversidad entre sus pueblos; 5) ejecutar los mandatos que reciba de las Cumbres y Reuniones de Ministros de Relaciones Exteriores iberoamericanos e 6) coordinar las distintas instancias de la Conferencia Iberoamericana con

los demás organismos iberoamericanos (SECRETARÍA GENERAL IBEROAMERICANA, 2009, p.02).

A SEGIB tem, em seu quadro pessoal, no comando, o Secretário Geral, seguido do Secretário Adjunto e do Secretário para a Cooperação Ibero-americana, dentre outros funcionários. Cabe sinalizar, ainda, que a seleção dos recursos humanos deste organismo requer a representação, de modo equivalente, de aspectos geográficos, lingüísticos e gênero, oriundos dos estados participantes. Pois, além dos princípios, a questão do financiamento pesa na escolha pessoal visto que os países-membros são investidores do fundo orçamentário da SEGIB, com quotas estabelecidas nas reuniões plenárias dos Ministros de Relações Exteriores.

A cultura é uma temática e um dos setores de atuação da SEGIB. Desta forma, os Ministros de Cultura podem trocar experiências, avaliar as propostas deliberadas e sugerir políticas ao campo cultural da SEGIB, sobretudo, nas reuniões ministeriais da Cúpula Ibero-Americana onde cada setor se reúne. A seguir, é possível observar os encontros e os documentos que estes trouxeram às políticas culturais da Ibero-América:

Tabela 11

CRONOLOGIA DAS REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS DA CÚPULA IBERO-AMERICANA				
ANO	CIDADE	PAÍS	TIPO DE ENCONTRO	DOCUMENTO
2003	Cochabamba	Bolívia	VII Conferência Ibero-Americana de Cultura	Declaração de Cochabamba
2005	Córdova	Espanha	IX Conferência Ibero-Americana de Cultura	Declaração de Córdova
2006	Montevideú	Uruguai	X Conferência Ibero-Americana de Cultura	Aprovação da Carta Cultural Ibero-Americana
2007	Valparaíso	Chile	XI Conferência Ibero-Americana de Cultura	Declaração de Valparaíso
2008	Salinitas	El Salvador	XII Conferência Ibero-Americana de Cultura	

Para cuidar da cultura, a SEGIB tem uma Divisão de Assuntos Culturais. No ano de 2006, os programas de cooperação cultural desenvolvidos foram: 1) Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-Americanos (ADAI); 2) Apoio à Construção do Espaço Cênico Ibero-Americano (IBERCENA); 3) Desenvolvimento Audiovisual em Apoio à Construção do Espaço Visual Ibero-Americano (IBERMEDIA); 4) Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países Ibero-Americanos (PICBIP) e 5) Repertório Integrado de Livros à Venda na Região Ibero-Americana (RILVI). Ademais, dois projetos se destacam na relação deste órgão com o MinC: a Carta Cultural Ibero-Americana e o Programa DocTVIbero-América.

4.4.5 Organizações dos Estados Ibero-Americanos (OEI)

A Organização dos Estados Ibero-Americanos cuja sigla é OEI nasceu em 1949. Este organismo governamental, de caráter internacional, é composto pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, Uruguai y Venezuela.

O objetivo principal da OEI é ser uma estrutura que viabilize a cooperação entre os países-membros nos campos da educação, ciência, tecnologia e cultura. Sediada na cidade de Madri, Espanha, a OEI é financiada pelos estados integrantes e por outras entidades sociais que queiram contribuir com o trabalho da Organização.

No site www.oei.es/cultura encontram-se disponibilizadas as informações sobre a cooperação cultural que este organismo tem feito até o período recente. Para isso, a OEI dividiu esta ação em categorias: 1) Guia de administração pública da cultura; 2) agenda ibero-americana da cultura; 3) legislação cultural e 4) sistemas nacionais de cultura. Em

termos de projetos culturais, ademais, incluem-se: a) Carta cultural ibero-americana; b) capacitação no setor cultural; c) programas de conferência ibero-americana de cultura; d) campus euro-americano de cooperação cultural e e) educação artística.

Para tornar mais efetiva a política de cooperação cultural, a OEI criou a *Agenda Ibero-Americana*, na V Conferência Cultural Ibero-Americana que aconteceu em Lima, Peru, no ano de 2001. Deste encontro surgiu a *Declaração de Lima* que passou a orientar a política cultural da OEI em quatro pontos: 1) O conhecimento das políticas e legislações culturais dos países ibero-americanos; 2) a capacidade de gestão cultural; 3) o diálogo e o tratado regional e 4) as visões compartilhadas e os acordos que facilitem a inserção nos processos globais.

A partir deste documento, a área de cooperação cultural da OEI passou a ser dividida por dois eixos, dois sub-eixos e quatro linhas de cooperação, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 12

ESQUEMA DE COOPERAÇÃO CULTURAL DA OEI		
Eixo1	Diversidade Cultural	
E1.1	LC1	Patrimônio Cultural
	LC2	Línguas e Cultura
E2	Cultura e Desenvolvimento	
E2.2	LC3	Gestão Cultural e Políticas Culturais
	LC4	Cultura e Economia

Desta maneira, o Ministério da Cultura do Brasil, na gestão Gil, esteve em consonância e participa das políticas culturais da OEI. A Carta Cultural Ibero-Americana e o IV Campus Euro-Americano ilustram esta relação. A primeira é um documento assinado na XVI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que aconteceu em Montevideú, capital do Uruguai, no ano de 2006. Trata-se da Carta Cultural Ibero-Americana que designou as seguintes finalidades: 1) Afirmar o valor central da cultura como base; 2) promover e proteger a diversidade cultural da Ibero-América; 3) consolidar

o espaço ibero-americano; 4) facilitar os intercâmbios de bens e serviços culturais entre os países pertencentes à OEI; 5) incentivar laços de solidariedade e de cooperação e 6) fomentar a proteção e a difusão do patrimônio (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, 2009).

O IV Campus Euro-Americano de Cooperação Cultural aconteceu em Salvador, Bahia, em setembro de 2005, em parceria com o Centro Multidisciplinares de Estudos em Cultura da UFBA. O evento teve a participação do então Ministro Gil, na sessão inaugural. O objetivo do projeto, conforme o MinC, era:

[...] Incentivar, analisar e fomentar as vias existentes de cooperação cultural entre ambos continentes, além de inovar e abrir novos espaços para o diálogo. É também uma ocasião para fomentar a transferência de conhecimentos, o intercâmbio de experiências e a construção de projetos comuns para criar novos mundos de cooperação direta e efetiva. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

4.4.6 - Comissão Inter-Americana de Cultura (CIC/OEA)

Para trabalhar a cooperação Cultural no âmbito americano, a OEA criou a Comissão Interamericana de Cultura (CIC), em 2002, na I Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades da Cultura que aconteceu em Cartagena de Índias, na Colômbia. A proposta deste órgão é ser um espaço de discussão sobre o campo da cultura nos continentes que formam a América e no Caribe. Os principais participantes são os Ministérios da Cultura e Altas Autoridades Culturais dos países americanos e caribenhos.

O trabalho da CIC é dividido por assunto para melhor atingir o seu objetivo. Assim, seis grupos temáticos foram eleitos: 1) Cultura e Sociedade Civil; 2) Observatório

Interamericano de Políticas Culturais; 3) Patrimônio Cultural; 4) Cultura e Esporte; 5) Cooperação Horizontal e 6) Coordenação Inter-gerencial.

4.4.7 Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA)

A Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA) é uma das inovações da política exterior do Brasil, no governo Lula. Proposto por este Presidente, o organismo foi criado na I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, em maio de 2005, na cidade de Brasília. Segundo informações do site oficial, a ASPA é composta por 12 países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) e 22 árabes (Arábia Saudita, Argélia, Bareine, Catar, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuaite, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Síria, Somália, Sudão e Tunísia), além de organismos multilaterais – Liga dos Estados Árabes (LEA) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A proposta principal é realizar cooperação entre seus membros. Dentre as áreas selecionadas para esse fim (economia, comércio, finanças, desenvolvimento sustentável, cooperação sul-sul, ciência e tecnologia, informação, ação contra a fome e a pobreza), encontra-se a cultura.

Deste modo, criou-se, através da *Declaração de Brasília* – aprovada na I Cúpula em 2005 - o Comitê de Cooperação Cultural. Por conseguinte, aconteceram encontros ministeriais para discutir esta ação por este novo organismo internacional. Em fevereiro de 2006, por exemplo, Argel sediou a I Reunião de Ministros de Cultura da ASPA. Neste encontro, foram aprovados: 1) o plano de ação para diagnosticar os agentes culturais dos países componentes do organismo e 2) a criação da Biblioteca América do Sul-Países Árabes (instalada em Argel com filiais na América do Sul). Além dessa, aconteceu outro

encontro da ASPA, no mesmo país, para discutir a cooperação cultural, onde se oficializou o Estatuto da Biblioteca.

O MinC, com o apoio do MRE, desenvolve projetos culturais em parceria com a ASPA. Destaca-se a *Biblioteca Centro de Estudos Árabes e Sul-Americanos*. Sediada em São Paulo, a instituição realiza: cursos; mostras de filmes e intercâmbios de peças históricas e arqueológicas. Além disso, financia viagens de escritores aos países do grupo, e tem a pretensão de melhor trabalhar a cooperação no setor de museus e de pesquisas acadêmicas entre as universidade árabes-sul-americanas, a partir de 2009 (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

4.4.8 Rede Internacional de Políticas Culturais (RIPC)

A Rede Internacional de Políticas Culturais (RIPC) é um fórum de caráter internacional que tem o objetivo de aglomerar as discussões dos Ministros e demais responsáveis por cultura nos estados nacionais. A partir da troca informal de projetos e programas das políticas culturais dos países são pensadas ações estratégicas à promoção da diversidade cultural (REDE INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2009).

A RIPC é articulada por um *Grupo de Contato* que “(...) Facilita los temas debatidos en las reuniones anuales, intercambia puntos de vista sobre las iniciativas en curso y examina las actividades futuras de la RIPC (REDE INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2009).

As principais ações da RIPC são os grupos de trabalho e as investigações. Assim, nos grupos de trabalho, os membros podem enviar estudiosos e especialistas nas temáticas que envolvem as políticas culturais para ajudar nas pesquisas sobre este campo.

Em novembro de 2006, a RIPC se reuniu no Rio de Janeiro em sua IX Reunião Ministerial Anual. Gil foi o anfitrião do encontro e solicitou o apoio constante da RIPC no que concerne à Convenção da Unesco sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. Deste encontro resultou a *Declaração do Rio de Janeiro* que foi assinada pelos participantes presentes, divididos por categorias. 1) Em nível estatal: Brasil, Alemanha, Angola, Argentina, Armênia, Bélgica, Camerún, Canadá, Chile, China, Coréia, Croácia, Cuba, El Salvador, Espanha, França, Grécia, Lesoto, México, Moçambique, Noruega, Países Baixos, Portugal, Romênia, Senegal, África do Sul, Suécia, Suíça, Venezuela. 2) Organismos intergovernamentais: Unesco; Organização Internacional da Francofonia; Cidades e Governos Locais Unidos; Federação Internacional dos Conselhos das Artes e Agências Culturais e 3) Convidados especiais: Paraguai e Suriname.

Nesta Declaração foram debatidos os seguintes temas: 1) Acesso à cultura, direitos de autor e novas tecnologias: desafios à evolução da diversidade cultural; 2) Convenção da Unesco sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais e 3) Novas tendências e problemas emergentes do campo da política cultural (REDE INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2009).

4.4.9 Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)

Com sede em Genebra, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) é um organismo pertencente ao Sistema das Nações Unidas. O objetivo central é estimular a proteção da propriedade intelectual através da cooperação entre Estados e entidades específicas deste setor como a *União de Madri*.

Em setembro de 2006 aconteceu em Genebra a Assembléia Geral da OMPI. Gilberto Gil participou desta atividade e proferiu um discurso com ressalvas ao polêmico assunto da

propriedade intelectual, de modo particular, ao acesso livre dos conteúdos digitais. Nas palavras de Gil:

(...) Vivemos um momento histórico em que, mais do que nunca, a propriedade intelectual merece ser objeto de um debate que corresponda à amplitude e complexidade que o tema alcançou. Temos visto que os mais diferentes setores da comunidade internacional despertaram para a importância de discutir a propriedade intelectual sob todos seus aspectos, em particular seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico e social, tal como a Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública (...) Temos claro que o desenvolvimento só poderá ser garantido se houver equilíbrio entre as obrigações e direitos de Propriedade Intelectual e o interesse público. Se perdermos tal equilíbrio, estaremos violando a própria natureza do conhecimento: nunca esqueçamos a observação de Thomas Jefferson, para quem não existiria nada menos propício à apropriação exclusiva do que as idéias, cujo compartilhamento não gera necessariamente prejuízo a ninguém (...) Diante da amplitude alcançada pela propriedade intelectual, não há mais espaço para que continuemos a discutir este assunto a partir de simplificações, reducionismos e dogmas. Se não estabelecermos um debate sério e honesto sobre os rumos que deverão ser tomados pelas normas de proteção à propriedade intelectual, corremos o grave risco de prejudicar o desenvolvimento da maior parte dos países; corremos o risco de comprometer o acesso à saúde, à ciência, à cultura e ao meio ambiente sustentável (CULTURA LIVRE, 2009).

Além deste, Gil e a Diretoria de Direitos Intelectuais da Secretaria de Políticas Culturais do MinC, participaram de outras eventos, fóruns e debates internacionais que tratavam desta questão. Destaca-se a presença do Ministério da Cultura no movimento *Creative Commons* (CC). Segundo o site <http://www.creativecommons.org.br> o CC é “(...) Um projeto sem fins lucrativos que disponibiliza licenças flexíveis para obras intelectuais (CREATIVE COMMONS, 2009).

4.4.10 Mecanismo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)

No campo da cultura, o IBAS criou um GT responsável pela aproximação entre os membros, em março de 2005. Em termos de documentos normativos, encontra-se em vigor um memorando com orientações à cooperação cultural no Fórum.

Intitulado de *Memorando de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil, o Governo da Índia e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação Cultural*, o texto, em seu preâmbulo, apresenta as finalidades da cooperação cultural entre as partes, na observância do Direito Internacional e na jurisprudência particular de cada Estado: 1) fortalecer as relações culturais entre os três países; 2) aprofundar essas conexões a fim de contribuir ao desenvolvimento social e econômico do G-3; 3) ressaltar a importância da Convenção da Unesco sobre a diversidade cultural para o trabalho cultural do Fórum e 4) implementar programas de intercâmbio artístico-cultural. Ademais, a aplicação deste Memorando, no Brasil, está sob a responsabilidade do MinC e do MRE.

Dentre os objetivos, destaca-se o que se refere à difusão da sigla IBAS entre os países pertencentes, através de intercâmbios culturais. As propostas de cooperação cultural, por sua vez, têm as seguintes áreas como prioritárias: a) pesquisa e desenvolvimento nas artes e cultura; b) educação e treinamento artístico-cultural; c) promoção cultural por meio de festivais; d) patrimônio cultural pelo intercâmbio de exposições, especialistas, feiras de livro e feiras comerciais; e) diálogo cultural por meio de conferências e pela realização de oficinas; f) promoção da diversidade cultural pelo intercâmbio de experiências bem-sucedidas para a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais; g) toda outra forma de cooperação que venha a ser acordada pelas Partes.

4.4.11 Cúpula América do Sul – África (ASA)

Outra prioridade das relações internacionais do MinC são os diálogos com a América do Sul e com a África, dentro da estrutura da Cúpula América do Sul-África (ASA). Conforme o site deste organismo, a ASA é:

(...) Um mecanismo multilateral que busca traçar objetivos comuns, com espírito de grande solidariedade e por meio de parcerias estratégicas e de cooperação Sul-Sul, para estimular a capacidade de desenvolvimento sustentável dos países-membros (CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA, 2009).

Dentre outras áreas de cooperação e intercâmbio, inclui-se a educacional e cultural. No governo Gil este Fórum foi incentivado. No entanto, no primeiro semestre de 2009, temos dois acontecimentos que originaram documentos relevantes à cooperação e política culturais da ASA: A Ata Final da I Reunião Biregional Sul-Americana do Grupo de Trabalho sobre Educação e Assuntos Culturais e o Plano de Ação deste Grupo para o ano de 2009.

O segundo documento apresenta propostas de ações estratégicas às relações culturais entre as partes envolvidas no organismo: a) O desenvolvimento de uma política editorial; b) reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural; c) registro e sistematização dos dados culturais da ASA; d) colaboração na produção de filmes, documentários e festivais cinematográficos; e) criação de centros culturais afro sul-americanos e f) implantação de uma biblioteca virtual.

4.4.12 Fórum da Aliança das Civilizações

Educação, juventude, meios de comunicação e migrações. Estas são as áreas prioritárias da Aliança de Civilizações. Pertencente às Nações Unidas, o organismo tem a pretensão de mobilizar a opinião pública mundial no intuito de superar preconceitos sobre esses campos. Este projeto foi elaborado e proposto pelo presidente do Governo Espanhol, José Luis Rodriguez Zapatero, em 2004, que se tornou o líder deste Foro. Em 2006, o ex-presidente de Portugal Jorge Sampaio assumiu este posto e, no mesmo ano, o Brasil ingressa neste grupo.

O terceiro Fórum Mundial da Aliança acontecerá no Brasil, no ano de 2010. Para isso, o país preparou um plano de ação que apresenta as propostas nacionais para este recente órgão. O Ministério da Cultura foi um dos colaboradores deste documento. Nesta perspectiva, destaca-se a proposta de reconhecimento das comunidades quilombolas.

Esse projeto, enfim, já é praticado no Brasil através da Fundação Cultural Palmares. De acordo com o texto:

[...] Por iniciativa da Fundação Cultural Palmares, o governo brasileiro vem, há mais de dez anos, reconhecendo as reservas correspondentes às comunidades remanescentes de quilombos em vários Estados da Federação (Maranhão, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul entre outros). Essa prática terá prosseguimento com recursos já previstos para o período de 2008 a 2009. A certificação (legalização da posse) ocorre com base nas declarações de auto-reconhecimento de cada comunidade como quilombola, respeitando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais e a legislação brasileira. (PLANO NACIONAL BRASIL PARA A ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES, 2009, p.07).

A participação do MinC nestes organismos e foros multilaterais mostra como este organismo governamental avançou no período em análise. Isso é relevante à construção da imagem brasileira no cenário internacional. O país passa a ser visto com um estado atuante em termos de relações culturais internacionais e que busca o desenvolvimento compartilhado e integrados dos povos.

5. UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA INTERNACIONAL DO MINC NA GESTÃO GILBERTO GIL

No capítulo anterior, foi visto que até o governo Lula, o Ministério da Cultura não tinha uma política direcionada ao âmbito internacional. Desse modo, a tese que se defende é de que a gestão de Gilberto Gil no MinC inaugura essa dimensão - atrelada à política externa e diplomacia brasileiras – na política cultural do país.

Diante disso pretende-se identificar os principais avanços, problemas, limites e desafios dessa política. Isso será feito através da observação do *Plano de Ação da Diretoria de Relações Internacionais* do MinC - DRI (2009) e da segunda edição do *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil* (2007), além de trabalhos externos de outros órgãos do MinC, bem como documentos internacionais; pesquisas sobre políticas culturais e políticas exteriores do Brasil; entrevistas com estudiosos desses campos, gestores e demais agentes de organismos internacionais de cooperação cultural. Serão recorridos também sites institucionais pela facilidade de informações disponíveis.

5.1. Avanços

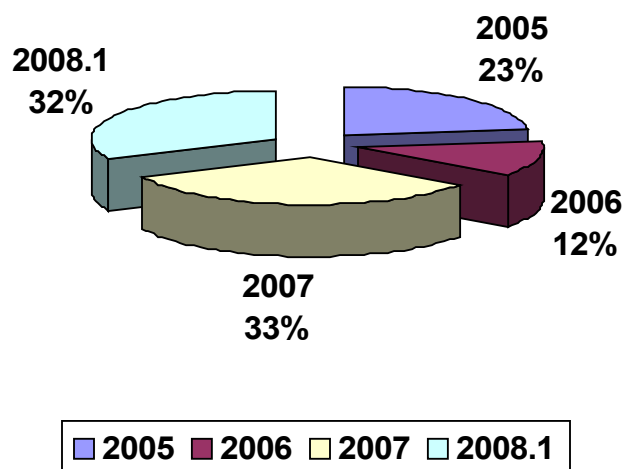
Na tentativa de entender a política exterior do MinC, foi feito um levantamento das notícias divulgadas no site do Ministério – principal meio de comunicação do órgão. Contabilizou-se, entre os anos de 2005 e 2008, 209 atividades do MinC (vide anexo) direcionadas ao âmbito externo que serão utilizadas para analisar as ações realizadas por este Ministério no plano internacional¹⁴, como mostra a tabela a seguir:

¹⁴ Não obstante, vale ressaltar que as atividades do ano de 2003 e de 2004 não foram incluídas, pois não se encontravam mais disponíveis no site do MinC, no momento em que a investigação foi realizada, em outubro de 2009.

Tabela 13

RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO MINC POR SETOR DE 2005 A 2008	Nº DE ATIVIDADES
Artes em geral	23
Audiovisual	37
Cultura Afro	14
Cultura Digital	11
Direitos Autorais e Propriedade Intelectual	5
Economia da Cultura	6
Gestão e Políticas Culturais	21
Livro, Leitura e Língua Portuguesa	10
Patrimônio	6
Museus e Centros Culturais no exterior	8
Legislação Cultural Internacional	14
Cooperação Cultural em geral	32
Outros	22
TOTAL	209

Tendo como base estes dados, foi possível criar um gráfico para apresentar a evolução do trabalho internacional do Ministério da Cultura:



Observe que os índices subiram de 2005 (23%) para o primeiro semestre de 2008 (32%), com uma redução em 2006 (12%) devido ao período eleitoral e pela amplitude da *Copa da Cultura na Alemanha*, o que demandou um esforço maior do MinC. Até o ano de 2005, o Ministério da Cultura tinha apenas uma Assessoria Internacional, ocupada por Nazaré Pedroza. No entanto, a demanda por serviços e presença no cenário exterior aumentou. Assim, o MinC resolveu atender a essa necessidade com a ampliação da equipe para trabalhar neste espaço. A estratégia utilizada foi firmar parceria com o Ministério das Relações Exteriores e criar o Comissariado de Cultura Brasileiro no Mundo (CCBM), em 2006, com atividades distintas para cada Ministério.

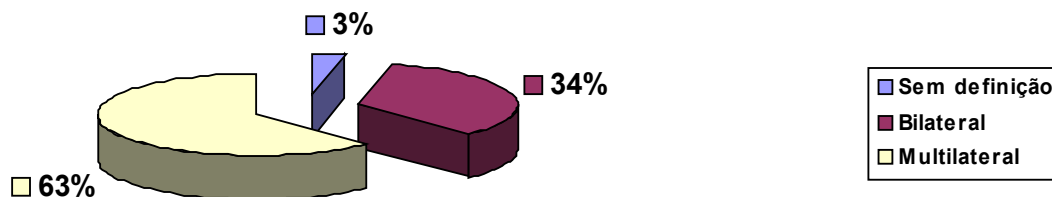
O *Ano do Brasil na França* e a *Copa da Cultura na Alemanha* são exemplos emblemáticos deste trabalho de relações culturais internacionais do Brasil. O primeiro é uma parceria franco-brasileira em que atividades culturais - palestras e seminários com a presença de Gilberto Gil, Juca Ferreira, secretários e membros do MinC; concertos musicais de grupos brasileiros; espetáculos de dança e teatro de companhias brasileiras; entrevistas de Gil na imprensa francesa, entre outras - de difusão, divulgação e debate

sobre o Brasil ocorreram na França. O segundo, por sua parte, aconteceu paralelo à Copa Mundial de Futebol, através do acordo entre o MinC e a Alemanha.

Sobre o *Ano do Brasil na França* é importante ressaltar que, de acordo com Harvey (1991), o projeto pode ser considerado como uma política cultural exterior porque atende alguns dos fins que esta política deve ter: instrumento de cooperação e apoio à diplomacia convencional. Ademais, este evento presta um serviço importante às relações culturais internacionais. Por exemplo, a inauguração por Gilberto Gil de um centro cultural do país em Paris, nomeado de *Espaço Brasil*. Harvey (1991) prevê este tipo de ação e afirma que esta é uma maneira de os estados realizarem intercâmbios de suas produções culturais, o que acarreta em ganhos econômicos e culturais para os atores envolvidos. (HARVEY, 1991).

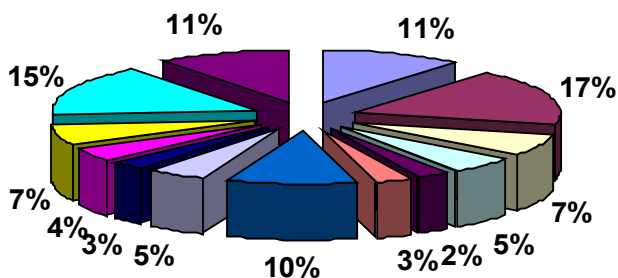
Em 2008, decidiu-se criar, portanto, uma Diretoria de Relações Internacionais dentro da estrutura organizacional do MinC, o que sinaliza uma grande mudança da postura deste órgão perante às relações internacionais. O MinC entendeu que era necessário valorizar a dimensão internacional na política cultural do Brasil. Assim, tornou este setor uma prioridade de sua ação. Marcelo Coutinho, que foi o responsável pelo CCBM assumiu o cargo de Diretor de RI do MinC, transferindo, logo em seguida, para o diplomata de carreira, Marcelo Dantas.

A política internacional do MinC está em consonância com a política exterior do Brasil no que concerne à predominância das relações multilaterais (63%) sobre as bilaterais (34%), o que significa outro avanço. Veja no próximo gráfico:



Estes dados podem ser discriminados por outros avanços que o MinC obteve no plano internacional: a) a parceria com o Ministério das Relações Exteriores; b) a ampliação das relações com o eixo Sul-Sul e diálogo com o Norte; c) a mudança da estrutura organizacional - da Assessoria Internacional para a DRI – questão de destaque; d) o aumento da demanda por atividades no plano internacional; e) consonância com os instrumentos de legislação cultural internacional; e f) a cooperação cultural e intercâmbios culturais como principais finalidades dos projetos e programas internacionais do Ministério.

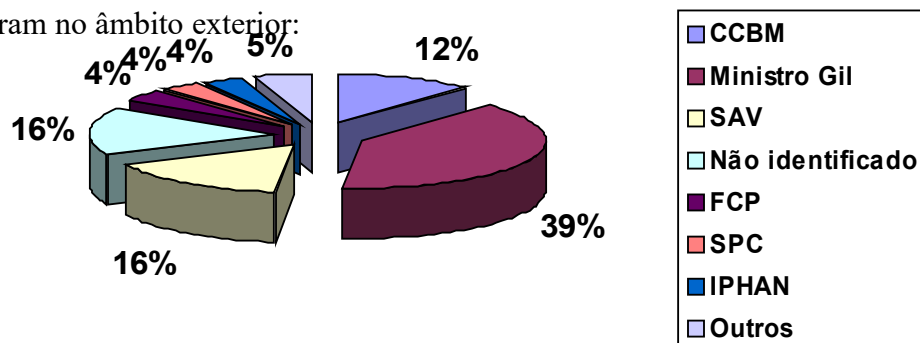
Além disso, foi importante a diversificação de setores do MinC que trabalharam com políticas internacionais:



Este gráfico mostra outros setores do MinC que trabalharam no âmbito internacional. Destacaram-se: o audiovisual com 17%; a cooperação cultural internacional com 15%; as artes em geral (11%) e outros (11%) que inclui eventos, seminários etc.

Outro assunto que foi bastante trabalhado pelo MinC foi a questão da propriedade intelectual, direitos autorais e a relação desses com a economia da cultura na contemporaneidade. De acordo com Marcos Alves de Sousa, Diretor de Direitos Intelectuais do MinC (DDI), a OMPI, órgão pertencente ao sistema das Nações Unidas, inclui as discussões e negociações sobre a questão dos Direitos de Autor e Direitos Conexos na contemporaneidade. O Ministro Gil participou, dentre outras atividades, da Assembléia Geral da OMPI, em 2006, onde defendeu uma nova plataforma aos direitos autorais em que a realidade da cultura pudesse ser incluída em uma possível reforma legislativa sobre o assunto, além do apoio e defesa do *Creative Commons*¹⁵ do *coperleft*, enfim, da democratização do acesso aos bens culturais em meios digitais.

Através do último gráfico, é possível ilustrar a atuação de outros órgãos do Ministério da Cultura que trabalharam no âmbito exterior:



Observa-se que a SAV avançou nos trabalhos de cooperação cultural internacional do Ministério. Alguns exemplos podem ser enumerados: 1) presença e articulação da Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas do Mercosul (RECAM); 2) festivais e mostras de cinema internacionais; 3) articulação do acordo de cooperação audiovisual do Brasil com o Canadá e 4) programa DocTV Ibero-América etc.

O audiovisual também se destacou nas relações do MinC com o Mercosul Cultural. Desde a criação da RECAM, em 10 de novembro de 2003, esta área passou a ser prioritária para as relações culturais no Mercosul. De acordo com a Secretária Técnica da RECAM, Eva Piwowarski (2007), o audiovisual tem grandes possibilidades de contribuir à integração e o desenvolvimento compartilhado dos cidadãos do Mercosul. Pois este setor é uma matriz cultural contemporânea da América do Sul e pode ser uma alternativa à hegemonia audiovisual dos EUA. Deste modo, a RECAM adotou a seguinte missão:

[...] Analisar, desenvolver e implementar mecanismos destinados a promover a complementação e integração destas indústrias [audiovisuais] na região, a harmonização de políticas públicas do setor, a promoção da livre circulação de bens e serviços cinematográficos na região e a harmonização dos aspectos legislativos (PIWORWARSKI, 2007, p.186).

Piwowarski considera, ainda, a RECAM como um grande marco de desenvolvimento do Mercosul Cultural já que este órgão tem como objetivo a inserção e o intercâmbio de políticas culturais no Cone Sul. Para a autora:

A particularidade da RECAM reside no fato de que é o primeiro âmbito específico para o tratamento dos interesses de uma indústria cultural em termos econômicos de integração. Esta definição é o que determina o valor da RECAM. O mero fato do Mercosul econômico ter aceitado uma indústria cultural no seu âmbito e ter, assim, reconhecido o valor econômico que esta indústria cultural tem, acho que é o que justifica a criação da RECAM. (PIWORWARSKI, 2007, p.187).

Piowowski entende, por fim, que estes programas voltados para o audiovisual, como por exemplo, o projeto do Programa Mercosul Audiovisual (implantado em 2009) são o princípio de uma política cultural para o bloco. Aliás, a autora defende que o Mercosul precisa superar o eixo Rio de Janeiro – São Paulo – Buenos Aires para tornar-se, de verdade, uma representação regional do Cone Sul. Para alcançar este patamar, é preciso: 1) Utilizar a cooperação cinematográfica como um recurso; 2) criar vínculos entre as políticas governamentais e não governamentais de cada país (uma das chaves da interlocução) e 3) recorrer a outras vias culturais para a integração, como por exemplo, música e futebol. (PIWOWARSCI, 2007).

O ex-secretário Orlando Senna é um dos nomes que merece ser lembrado ao se falar em política internacional do audiovisual brasileiro. A participação em projetos de cooperação cultural internacional como o DocTVIbero-América e o Fundo Ibermedia reforçam a atuação do Ministério da Cultura no campo audiovisual. Isso é de grande relevância à economia da cultura contemporânea, a qual necessita receber investimentos por parte dos estados. Estas intervenções dos governos, ou melhor, as políticas culturais audiovisuais, no caso do espaço ibero-americano, têm chances de inserir um modelo de desenvolvimento integrado da produção audiovisual, se a cooperação for o norte dessas relações firmadas.

Botelho (2009) ajuda a pensar a problemática da política cultural do Mercosul. Nas palavras da pesquisadora:

[...] A única exceção relevante é o setor do audiovisual. Em outros setores, como no caso da produção de dados e estatísticas culturais, por exemplo, existe hoje uma relação mais próxima entre instituições, o que vem permitindo uma ainda relativa articulação entre os técnicos que participam de colóquios e de seminários que congregam países da região. Isso já é um avanço, embora represente ainda pouco do ponto de vista das potencialidades de intercâmbio. (BOTELHO, 2009, p.02).

A Convenção da Unesco sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais é outro tema que se destacou na atuação do MinC em parceria com Itamaraty no cenário internacional. É um assunto sempre lembrado pelos pesquisadores e demais atores do campo das políticas culturais. A maioria deles, por exemplo, Miguez (2009), Kauark (2009), Rubim (2007), Gil (2009), Calabre (2009), Botelho (2009), Barbalho (2009), entre outros, concordam que foi a articulação do Brasil junto aos países emergentes que contribuiu para a aprovação do documento.

Nesta perspectiva, Rubim (2006) acredita que:

[...] La realización de la Convención de la Unesco, en octubre de 2005, discutiendo y tomando posiciones políticas a favor de la diversidad cultural, es una demostración cabal de esto, por lo que esta significó en movilización de los países, incluso con el regreso de los Estados Unidos a este organismo multilateral. (RUBIM, 2006, p.20).

Kauark (2009) explica como a negociação aconteceu:

[...] A estratégia usada no processo da Convenção foi muito bem sucedida. A análise do texto coube, sobretudo, aos técnicos do Ministério da Cultura, já que seria este Ministério que aplicaria a Convenção depois de aprovada. A definição dos interesses e do posicionamento do Brasil foi realizada conjuntamente pelas duas

pastas. Finalmente, a negociação foi realizada de fato pelo Ministério das Relações Exteriores. Além disso, é fundamental destacar a criação da Diretoria de Relações Internacionais no âmbito do Ministério da Cultura, coordenada por um diplomata (Marcelo Dantas) que busca coordenar a participação do MINC em organismos, redes e eventos internacionais relacionados à cultura, bem como promover ou incentivar a criação de programas e projetos internacionais ou outras iniciativas voltadas à divulgação da imagem do Brasil no exterior, por meio da cultura. (KAUARK, 2009, p.02?).

da disputa pelo poder é constituidor do homem como “animal político”, portanto, de suas culturas (BARBALHO, 2009, p.02).

Botelho (2009), enfim, analisa, não só o trabalho do MinC frente à Convenção, mas a sua política internacional como um todo e destaca o protagonismo de Gil perante a legislação. Conforme a pesquisadora:

(...) Um setor para cuidar da área internacional sempre foi parte da estrutura do Ministério da Cultura, bem como de outros ministérios. O que houve na gestão do Ministro Gilberto Gil foi o fato de que, para além de sua grande competência em articular as questões que presidem o universo da cultura e das artes, o ex-ministro tem um capital simbólico de rara importância em termos nacionais, reverberando no plano internacional. Nenhum dos dois elementos isoladamente – competência pessoal e capital simbólico – teria o efeito produzido nessa gestão. Assim, esses dois aspectos, de maneira articulada, foram fundamentais para abrir o diálogo – pela primeira vez efetivo – com o Ministério das Relações Exteriores. Claro que para isso também foi fundamental a presença do Ministro Celso Amorim – ex-presidente da EMBRAFILME – e do Secretário-Executivo Samuel Guimarães, também ele ex-diretor da mesma empresa, extinta por Fernando Collor. Esses quadros, em postos decisivos na atual gestão ajudam a constituir uma situação interna extremamente favorável, na medida em que as ações internacionais devem ser realizadas em acordo ou por meio do MRE. Além disso, também a conjuntura internacional é hoje muito mais favorável às questões culturais e grandes iniciativas, como a da Convenção da Diversidade Cultural liderada pela Unesco, ocorreram nesse período, permitindo que Gil despontasse como importante liderança política em nível internacional (BOTELHO, 2009, p.01).

5.2. Problemas e Limites

Para ilustrar os problemas que a política internacional do MinC se debruçou, foram eleitos os limites que a Diretoria de Relações Internacionais (DRI), o órgão articulador da política exterior do MinC, encontrou, ao longo dos 18 meses de existência. Em primeiro lugar, há equipe pequena para cuidar das relações internacionais em consonância com a pauta de eventos e crescente número de compromissos mundiais. O segundo problema é a inadequação das ferramentas administrativas às demandas culturais internacionais, a saber: complexidade e lentidão dos trâmites burocráticos; legislação que não contempla o plano externo; orçamento não-suficiente e necessidade de recursos humanos qualificados para atuar nesta área.

O terceiro ponto, por sua vez, é o excesso de eventos paralelos às atividades e projetos de longo prazo da DRI. Em quarto lugar, há uma dispersão da agenda internacional, provocadas pela nova configuração da política externa brasileira, cuja participação brasileira tem se destacado – foros multilaterais, comissões bilaterais etc. – além da necessidade de uma articulação mais fortificada entre os organismos e pessoal do MinC que tem e realizam iniciativas externas. Na sexta posição, pode-se citar a predominância dos interesses internos em detrimento da agenda externa.. Por fim:

[...] O caráter ainda incipiente de algumas iniciativas importantes (cooperação Sul-Sul; fortalecimento internacional da língua portuguesa e presença brasileira em feiras internacionais do livro) são também necessidades da DRI ainda não executadas. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

¹⁵ “[...] Aqui cabe esclarecer que o CC é parte integrante do sistema de direito autoral. Tudo que existe no CC está previsto na legislação. Portanto, não é o CC, senão muito subsidiariamente em função de que algumas modalidades de licenças CC permitem um acesso mais livre, que pautou a atuação do Ministro Gil na luta por um sistema de direito autoral mais justo e mais adequado à nossa realidade. Isso está muito mais presente na Agenda para o Desenvolvimento e na defesa das limitações e exceções aos direitos autorais e do domínio público, empreendida permanentemente pelo MinC. (SOUSA, 2009, p.02)”.

5.3. Desafios

Os avanços e problemas aqui apresentados levam a compreender alguns dos desafios que a política internacional possui. Segundo o *Planejamento Internacional* (2009-2011), realizado com base na experiência do governo Gil, há um novo papel às políticas culturais no âmbito exterior. Portanto, alguns pontos caracterizam essa tese: 1) A diplomacia cultural como um instrumento político de projeção sustentável de poder; 2) a diversidade cultural em contraposição ao conflito de civilizações; 3) o fim do eurocentrismo e a nova realidade multipolar; 4) a economia da cultura e o seu crescimento emergente; 5) a relação entre globalização, homogeneização e diversificação de culturas e 6) a interface entre os planos externo e interno. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

Diante destes fatores, o MinC advoga que há uma demanda pela presença mais forte da cultura brasileira no espaço mundial. Isso pode ser justificado porque o país, através do governo Lula/Gil assumiu novas responsabilidades na comunidade internacional, o que reforçou a marca da diversidade cultural brasileira no imaginário mundial. Assim, o MinC, como já foi salientado, entendeu que era necessário inserir uma política que trabalhasse com cooperação cultural no eixo Sul-Sul, pois a dimensão internacional tornou-se imprescindível à economia da cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

Nesta perspectiva, o MinC necessita formatar uma política cultural internacional em parceria com os principais atores internacionais que são prioridades da política externa brasileira – tanto em nível bilateral, isto é, com os estados nacionais, quanto com os entes multilaterais: Unesco, Mercosul Cultural, CPLP, SEGIB, OEI, CIC-OEA, ASPA, RIPC, OMPI, IBAS, ASA IBAS e Fórum da Aliança das Civilizações.

6. CONCLUSÃO

Entre o final do século XX e o início do XXI, os países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, reforçaram e ampliaram seu posicionamento no cenário internacional. A política exterior do governo Lula, iniciada no ano de 2003, modificou a imagem do país na comunidade global, através da introdução de uma nova diplomacia. De coadjuvante, o estado brasileiro passou a ser protagonista no âmbito externo e articulador dos países emergentes em organismos e foros existentes, como a Unesco, OEI e CPLP, Mercosul Cultural e nos que surgiram neste período, a exemplo do IBAS, UNCTAD, ASA, dentre outros.

O governo atual conseguiu, através da articulação política entre o Itamaraty – com destaque para o Chanceler Celso Amorim – e o Presidente Lula, ampliar a política exterior do país. Essa proposta de alargar as relações internacionais do país já fazia parte do discurso de outras administrações presidenciais, como por exemplo, Jânio Quadros, Ernesto Geisel, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, dentre outras. Nesta perspectiva, o país manteve e reforçou suas negociações com os países centrais. Por outro lado, priorizou e fortaleceu as conexões com o eixo Sul, isto é, os países latino-americanos e as novas potências globais – África do Sul, China, Índia e Rússia, o que causou a singularidade da política exterior desta gestão.

Nesse contexto, o Ministério da Cultura (MinC), no período de Gilberto Gil, implantou uma política exterior inspirada e parceira da diplomacia do Itamaraty. Com isso, o MinC inaugurou a dimensão internacional na política cultural do Brasil. Essa ação estratégica é relevante no sentido de que, até o ano de 2003, as relações culturais internacionais brasileiras eram uma incumbência exclusiva do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Entretanto, ao assumir a dimensão internacional, o MinC estabeleceu uma parceria com o MRE que foi bastante positiva à política cultural exterior do país. Assim, o Brasil passou a trabalhar imbuído e contextualizado com a problemática atual que envolve cultura e relações internacionais. Nesse contexto, pode-se inserir a luta encabeçada por Gil em defesa da aprovação da Convenção da Unesco sobre a diversidade das expressões culturais e as questões em torno da propriedade intelectual – com proposições à políticas de acesso livre à produção cultural contemporânea.

Deste modo, ao adotar a dimensão multilateral como prioritária, o MinC desenvolveu uma política de conexões com distintas partes do mundo – seja nas relações bilaterais que também aconteceram, seja nas multilaterais. Assim, esse ministério tornou-se um novo ator das relações internacionais do Brasil, ao desenvolver projetos e programas de cooperação cultural. O ex-ministro Gilberto Gil tem uma grande responsabilidade por esta mudança de posicionamento do Brasil e do Ministério da Cultura, pois aproveitou sua formação e experiência na administração pública, atreladas ao seu reconhecimento social como artista, no campo internacional, para inserir a política cultural brasileira no cenário mundial.

Diante dessas argumentações, emerge como principal desafio do Ministério da Cultura para o campo internacional, a fortalecimento de uma estratégia de integração das políticas culturais dos organismos e foros multilaterais dos quais participa e/ou articula. Ademais, estas políticas devem ter como norte o desenvolvimento compartilhado e integrado dos

estados-membros. Desta maneira, o Brasil, através do MinC, terá a oportunidade de propor ao mundo um modelo de desenvolvimento contrário à formação de hegemonias, através da busca pelo respeito, fomento e intercâmbio das diversas culturas contemporâneas.

7. REFERÊNCIAS

AGENDA 21 DA CULTURA. Disponível em <<http://www.bcn.es/cultura/agenda21cultura/docs/Portugueis.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **A Política Externa do novo Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva** – retrospecto histórico e avaliação programática. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000200011&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 20 ago. 2009.

_____. **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000200003&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 20 de ago. 2009.

_____. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 47, nº01, jan-jun 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 de abr. 2009.

ARAÚJO, Rejane. Departamento de Imprensa e Propaganda. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).** Seção Verbete Temático. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7791_1.asp>. Acesso em: 08 out. 2009.

ARRAES, Virgilio. **Haiti e política externa de Lula: realmente há algo de novo?** Disponível em: http://www.mundorama.info/Mundorama/Meridiano_47_-_1-100_files/Meridiano_49.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Política Exterior do Brasil – de FHC a Lula. In: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 49, junho, 2005. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/049/49bandeira.htm>>. Acesso em: 16 out. 2009.

BARACHO, M. A.; SILVA, P.M.G.C.; RADDI, R. **A centralidade do Estado na cultura brasileira**: no verbo ou na verba? Disponível em: <http://www.duo.inf.br/culturaonline/arquivos/baracho_carvalho_silva_e_raddi.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2009.

BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil: Identidade e diversidade sem diferença. **CD-Rom dos trabalhos apresentados no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT**. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, maio de 2007.

BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil: Primórdios (1500-1930). **CD-Rom dos trabalhos apresentados no V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – V ENECULT**. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, maio de 2007.

BARBALHO, Alexandre. **Políticas de cultura, políticas de identidade**. Revista Pré-Textos para Discussão. Salvador, vol. 06, nº11, 2001, p.55-68.

BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e cultura no Brasil**. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 1998.

BARBOSA, Frederico. O Ministério da Cultura no governo Luis Inácio Lula da Silva: um primeiro balanço. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006**: Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura. Brasília, 2006.

BASTOS, Mônica Rugai. **O espelho da nação**: a cultura como objeto de política no governo Fernando Henrique Cardoso. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BATISTA, S.; NERY, V. F.; NOVAIS, B.; SALGADO, J. Conaculta e MinC: Uma análise comparativa. In: Encontro Baiano de Estudos em Cultura, nº 01, 2008, ISBN: 978-85-60667-35-2, Salvador, 2008. **Anais eletrônicos do I EBECULT**. CD-ROM composto pelos trabalhos apresentados no evento, em formato pdf.

BAYARDO, Rubens. Políticas Culturales: derroteros y perspectivas contemporâneas. In: **RIPS – Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, Santiago de Compostela,

nº 01, vol.07, 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/380/38070103.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2009.

BERNAL-MEZA. Raúl. Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, nº02, vol.42, jul-dec, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000200003&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 20 ago. 2009.

BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural: Temas, problemas y oportunidades**. México: CONACULTA/FONCA. 2006.

BOLAÑO, César; SOUSA, Helena. **As políticas audiovisuais do Brasil e Portugal face à globalização e às propostas supra-nacionais da União Européia e do Mercosul**. Disponível em: <<http://bath.eprints.org/849/>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

BOTELHO, Isaura. **Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das idéias. **CD-Rom dos trabalhos apresentados no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT**. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, maio de 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. In: BRASIL. **Constituição Federal , Código Civil...** Barueri: São Paulo, 2006.

_____. _____. Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a promulgação da Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Disponível em <http://www.sacomex.com.br/site/attachments/065_Atta-Final-da-Rodada-Uruguai-da-OMC-Decreto-n-135594.pdf>. Acesso em 20 de out. 2009.

_____. _____. Lei Nº 7.505, de 02 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Brasília, **Presidência da República**, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1986. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7505.htm>. Acesso em 12 out. 2009.

CALABRE, Lia. **O Conselho Federal da Cultura, 1071-1974** . In: Estudos Históricos , nº 37, jan - jun 2006, p.81-98.

_____. _____. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: **CD-Rom dos trabalhos apresentados no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura –**

III ENECULT. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, maio de 2007.

_____. _____. Política cultural no Brasil: um histórico. In: **Políticas culturais: diálogo indispensável.** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, p.9-21.

CAMPOS, Rodrigo Pires. Políticas Internacionais de saúde na era Vargas: o serviço especial de saúde públicas, 1942-1960. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, nº05, janeiro-maio, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007000500026&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 20 ago. 2009.

CANCLINI, Nestor García (Org.). **Culturas da Ibero-América:** Diagnóstico e propostas para o seu desenvolvimento. São Paulo: Moderna, 2003.

_____. _____. Definiciones em transición. In: MATO, Daniel (Org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización.** Buenos Aires: Clacso, 2001, p.65.

CARDOSO, Fernando Henrique. A política externa no início de um novo século: uma mensagem do Presidente. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol.44, nº01, 2001. Disponível em <[_www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n1/a01v44n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n1/a01v44n1.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2009.

CARNEIRO, Ricardo. Globalização e inconversibilidade monetária, Campinas, nº04, vol.28. In: **Revista de Economia Política**, São Paulo, out - dez 2008. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/adm/enviadas/doc/17_20060906192441.pdf>. Acesso em: 05 out. 2009.

CASTAÑEDA, Rosa Luz Dávila. El Libro en América Latina: Situación Actual y Políticas Públicas. **Portal Iberoamericano de Gestión Cultural.** Disponível em <<http://sic.conaculta.gob.mx/documentos/905.pdf>>, visitado em 08 de janeiro de 2008.

CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.) **A Era FHC: um balanço.** São Paulo: Cultura, 2002, p. 627-656.

CERQUEIRA, Ceres Aires. **Dívida Externa Brasileira:** processo negocial (1983-1996). Brasília: Banco Central do Brasil, 1997. Disponível em: <www.bcb.gov.br/htms/Infecon/.../prefacio_introducao.pdf>. Acesso em: 03 out. 2009.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, nº02, vol.51, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a02.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

_____. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 46, nº02, jul - dez, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000200001&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 20 ago. 2009.

_____. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, nº02, vol.43, jul-dez, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200001&script=sci_arttext>. Acesso em 02 out. 2009.

CHAVES, Lázaro Curvelo. A geopolítica do Golpe de 64. **Cultura Brasileira**. Seção Filosofia, Sociologia e Psicologia. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/geo_64.htm>. Acesso em: 23 mar. de 2006.

COELHO, Teixeira. Vetores da política cultural contemporânea. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006: Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura**. Brasília, 2006.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DA LÍNGUA PORTUGUESA. Conferência de Chefes de Estado e de Governo em 1990. Disponível em <http://www.cplp.org/Confer%C3%A2ncia_de_Chefes_de_Estado_e_de_Governo.aspx?ID=90>. Acesso em: 15 out. 2009.

CRESPO, Regina Aída. Cultura e Política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). In: **Revista Brasileira de História**, vol. 23, nº 45. São Paulo: Anpuh, 2003.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. In: **Rio de Janeiro**, nº15, jan-abr, 2005.

DANTAS, Marcelo. O Brasil e a Convenção Internacional da Diversidade Cultural. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006: Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura**. Brasília, 2006.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Vargas e as bases de desenvolvimento. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**. Seção Os anos JK. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_que_Vargas_deixou/o_Brasil_que_Vargas_deixou.asp>. Acesso em: 28 set. 2009.

DELGADO, Paulo. Convenção Internacional da Diversidade Cultural. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006: Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura**. Brasília, 2006.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, nº15, vol.02, abr-jun, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200010&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 20 ago. 2009.

ENTENDA o que foi a Rio-92. **Estadão.com.br**, São Paulo, 15 set. 2007. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/entenda-o-que-foi-a-rio-92,3827.htm>>. Acesso em: 12 out. 2009.

FÉLIX, Paula dos Reis. Políticas Culturais do governo Lula: desafios do primeiro mandato e prioridades para um segundo. In: **CD-Rom dos trabalhos apresentados no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT**. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, maio de 2007.

FERREIRA, Túlio Sérgio. A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985). **Revista Brasileira de Política Internacional**, nº02, vol.49, 2006.

Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/358/35849207/35849207.html>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

FERREIRA, Juca. Discurso do ministro interino durante o Encontro de Intelectuais e Artistas do Mundo pela Unidade e Soberania da Bolívia. In: **Portal do Ministério da Cultura**. Seção Discursos. La Paz, 2008. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/07/29/declaracao-de-la-paz/>>. Acesso em: 06 dez. 2008.

FONSECA, Jael Glauce. Os estudos da cultura na Alemanha: projetos. In: **CD-Rom dos trabalhos apresentados no I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – I ENECULT**. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, abril de 2005.

FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE CULTURA. **Encontro Nacional de Política Cultural**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Assinado decreto para criação do Comissariado da Cultura Brasileira no Mundo**. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=288>. Acesso em 08 nov. 2009.

GALVÃO, Thiago Gehre. Reseña de "Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula" de Paulo Fagundes Vizentini. **Revista Brasileira de Política Internacional**, nº01,

vol.46, jan - jun, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/358/35846115/35846115.html>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

GARRETÓN, Manuel Antonio. **El espacio cultural Latinoamericano**: Bases para una política cultural de integración. Santiago: Convênio Andrés Bello, 2003.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversa sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2003.

GRUMAN, Marcelo. A Unesco e as políticas culturais no Brasil. **Políticas Culturais em Revista**, vol.02. Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3343/2456>>. Acesso em: 08 out. 2009.

HARVEY, Edwin. **Relaciones culturales internacionales en iberoamérica y el mundo**. Madri: Tecnos, 1991.

HERRERA, Felipe. **O contexto latino-americano e o desafio cultural**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

IBEIRO, Cláudio Oliveira. Crise e castigo: as relações internacionais Brasil-África no governo Sarney. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, nº 51, vol. 01, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a04.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2009.

IBERMUSEUS. **Ibermuseum** – o que é a Rede Ibero-Americana de Museus? Disponível em <www.ibermuseum.serpro.gov.br/o-que-e-a-rede-ibero-americana-de-museus>. Acesso em: 08 nov. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de informações e indicadores culturais 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

JIMENÉZ, Lucina. **Políticas Culturales e y cooperación internacional para la diversidad y la equidad**. In: **Revista de Cultura Pensar Iberoamérica**, Organización de los Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, nº08, abr-jun, 2006, Seção Temas de Portada. Disponível em <<http://www.oei.es/pensariberoamerica/ric08a00.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.

KAUARK, Giuliana. Contribuições da Unesco para a Diversidade Cultural para a Política Cultural Brasileira. In: **CD-Rom dos trabalhos apresentados no I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – I ENECULT**. Salvador, Centro

de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, abril de 2005.

_____. _____. Política Cultural no governo Lula e Convenção para a Diversidade Cultural da Unesco – diálogos possíveis da cooperação internacional. In: **CD-Rom dos trabalhos apresentados no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT**. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, maio de 2007.

KOCHER, Bernardo. A diplomacia transformacional: uma nova abordagem da política externa norte-americana para o terceiro mundo. In: **Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos do Brasil**. Seção IX Congresso Sociedade Civil Global: Encontros e Confrontos, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <<http://www.aladaab.com.br/anais/PDFS/14.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2009.

KOTLER, Philip; Keller, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. Rio de Janeiro: Pearson, 2005. 12ª ed.

LACHS, Manfred. O Direito Internacional no alvorecer do século XXI. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, nº21, vol.08, mai-ago, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200007>. Acesso em: 06 out. 2009.

LAMPERT, Ernani. Educação e Mercosul: desafios e perspectivas. In: **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, nº02, vol.24, jul - dez, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551998000200002&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 06 de dez. 2008.

LESSA, Antonio Carlos. Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 aos nossos dias. **Revista Brasileira de Política Internacional**, nº02, vol.43 Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/358/35843202/35843202.html>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

LOULA, Rosaly Conrado. Reflexões sobre a mundialização da Cultura. In: **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 3, nº04, Disponível em: <<http://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/600/445>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

LUBISCO, Nídia; VIEIRA, Sônia Chagas. Manual de Estilo Acadêmico: monografias, dissertações e teses. Salvador: Edufba, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas. In: **Jornal da Rede Alfredo de Carvalho**, Cátedra Unesco/Methodista, ano 06, nº01, 2006. disponível em: <www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd4/impressa/t_luca.doc>. Acesso em 04 out. 2009.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Roberto Marinho, 1997.

MAGNOLI, Demétrio. **Política Internacional**: Manual do candidato ao concurso de admissão à carreira de diplomata – IRBr. FUNAG, 3ª ed., 2004.

MAMBERTI, Sérgio. Comentários à Convenção Internacional da Diversidade Cultural. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006**: Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura. Brasília, 2006.

MEIRA, Márcio. Desafios para a cultura no Brasil. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006**: Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura. Brasília, 2006.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e as negociações multilaterais. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol.43, nº01, jan-jun, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a06.pdf>>. Acesso em 15 de out. 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Conquistas Internacionais do Sistema MinC em 2007. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/01/acoes-desenvolvidas-em-2007.pdf>>. Acesso em 08 nov. 2009.

_____. _____. **Cultura é um bom negócio**. Brasília, MINC, 1995.

_____. _____. **Diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura**. Brasília: MinC, 2008.

_____. _____. DOCTVIB – Objetivo, público, diretrizes. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/11/09/doctv-ibero-america-6/>>. Acesso em 08 nov. 2009.

_____. _____. Informe do projeto – agosto de 1999. In: **Programa Monumenta**. Disponível em <http://www.monumenta.gov.br/upload/Informe%20de%20Projeto%20Agosto%20de%201999_1200402422.pdf>. Acesso em 23 out. 2009.

_____. _____. **Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil_1174326644.pdf>. Acesso em: 10 out. 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Política Nacional de Cultura**. Brasília, 1975.

_____. _____. **Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC**. Brasília, 1981.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Programa de integração e cooperação econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina**. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_283_760.htm>. Acesso em 12 out. 2009.

NASCIMENTO, Alberto Freire. Política Cultural no Brasil: do Estado ao Mercado. In: **CD-Rom dos trabalhos apresentados no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT**. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura –CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, 2007.

NOVAIS, B.; KOWALSKI, C.; SANTOS, N. Políticas Culturais no México. In: I Encontro Baiano de Estudos em Cultura, nº 01, 2008, ISBN: 978-85-60667-35-2, Salvador, 2008. **Anais eletrônicos do I EBECULT**. CD-ROM que composto pelos trabalhos apresentados no evento, em formato pdf.

NULUART, Jaime. A cultura e as políticas culturais no México. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006: Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura**. Brasília, 2006.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. **Cultura neoliberal**. Leis de incentivo como política pública de cultura. São Paulo: Escrituras / Instituto Pensarte, 2004.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS. Carta cultural ibero-americana. In: **XVI Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno**, Montevideo, 2006. Disponível em <<http://www.oei.es/xvicumbrecartap.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. _____. **Desarrollo histórico de la política cultural gubernamental**. Disponível em: <<http://www.oei.es/cultura2/mexico/c2.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.

ORTIZ, Victor. A Agenda 21 da Cultura. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006: Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura**. Brasília, 2006.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil**. São Paulo, PT, 2003.

PAULA, Christiane Jalles de. O difícil caminho de uma candidatura. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**. Seção Os anos JK. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/jk_rumo_a_presidencia/o_dificil_caminho_de_um_a_candidatura.asp. Acesso em: 28 set. 2009.

PEDROZA, Nazaré. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006**: Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura. Brasília, 2006.

PEREIRA, A. D.; VIZENTINI, P.G. F. **A política africana do governo Lula**. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. In: **Revista Brasileira de Relações Internacionais**, Brasília, nº01, vol. 43, jan-jun, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100001&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 20 ago. 2009.

PINHEIRO, Leticia. A política externa de Vargas. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**. Seção Vargas 1951-1954. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/3E_ele_voltou/A_politica_externa_de_VargaS. Acesso em: 23 set. 2009.

_____. Introdução. In: **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Disponível em <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=hYDI5uzhKGYC&oi=fnd&pg=PA7&dq=%22Pinheiro%22+%22Pol%C3%ADtica+externa+brasileira+%2818892002%29%22+&ots=Sy3sTaWzsi&sig=Ko1pkZhAyVbk1sD5HNhuKMY2BBw#v=onepage&q=&f=false>. Acesso em: 11 out. 2009.

PIÑON, Francisco. A cultura na Ibero-América: fator de desenvolvimento e de integração. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006**: Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura. Brasília, 2006.

PIWORWARSCI, Eva. Mercosul Cultural: antecedentes, atualidade e perspectivas. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006**: Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura. Brasília, 2006.

PORTO, Marta. Novos imaginários, mas as mesmas assimetrias: os desafios da cooperação internacional cultura-comunicação. In: **Políticas Culturais em Revista**, Seção Artigos, Salvador, nº02, vol.01, 2008. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3342/2455>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

RIBEIRO, Felipe de Oliveira. Acompanhamento das políticas culturais através dos indicadores estratégicos e do estudo da economia da cultura. In: **CD-Rom dos trabalhos apresentados no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT**. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, maio de 2007.

RIZZI, Kamilla Raquel. A política externa brasileira para os países africanos de língua portuguesa (1996/2006). In: **Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos do Brasil**. Seção IX Congresso Sociedade Civil Global: Encontros e Confrontos, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.aladaab.com.br/anais/PDFS/96.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: **CD-Rom dos trabalhos apresentados no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT**. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, maio de 2007.

RUBIM, A. A. C.; BAYARDO, R. B. (Orgs.). **Políticas Culturais na Ibero - América**. Salvador: Edufba, 2008.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Iuri e VIEIRA, Mariella Pitombo. Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito ibero-americano. In: CONVÊNIO ANDRÉS BELLO. **Siete cátedras para la integración**. Bogotá: CAB, 2005, p.129-170.

_____. _____. Bibliografia sobre políticas culturais no Brasil. In: **Portal do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT)**, Salvador, Seção Biblioteca. 2006. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/bibliografias_politicasculturais_brasil_01maio06.pdf>. Acesso em: 30 set. 2009.

SANTOS, Adalberto Silva. Políticas culturais na Brasil e na Espanha: (re) significações de campos de produção simbólica. In: **CD-Rom dos trabalhos apresentados no I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – I ENECULT**. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-

Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, 14 e 15 de abril de 2005.

SARRETA, Fausto. A política econômica no período 1954/1955: algumas notas. **Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE)**. Seção Eventos. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_61.pdf>. Acesso em: 07 out. 2009.

SILVA, Alexandra de Mello. A política externa brasileira no cenário da Guerra Fria. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**. Seção Os anos JK. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/A_politica_externa_brasileira_no_cenario_da_Guerra_Fria.asp>. Acesso em: 01 out. 2009.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. **CD-Rom dos trabalhos apresentados no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT**. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, maio de 2007.

SIMULAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS 2009 (SOI). **Grupo dos 20 – G20**. Disponível em: <<http://www.soi.com.br/g-20>>. Acesso em: 07 out. 2009.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 01, nº45, 2002. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/358/35845105/35845105.html>>. Acesso em: 23 ago. 2009.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais**. Brasília: UNESCO, s/d.

_____. _____. **Declaração do México**. Cidade do México, 1982. Disponível em <www.unisc.br/universidade/estrutura.../mexico_1982.pdf>. Acesso em: 19 out; 2009.

_____. _____. Declaração universal sobre diversidade cultural. In: BRANDT, Leonardo (Org.) **Diversidade cultural**. São Paulo: Escrituras / Pensarte, 2005, p.207-226.

VARGEM, Alex André. A Política Externa Brasileira para a África no Governo Lula. In: **Revista Ponto e Vírgula.com**. Seção Artigos, São Paulo, nº04, 2007. Disponível em: http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/artigos/pdf/2_Alex.pdf. Acesso em: 20 ago. 2009.

VENTURA, Tereza. Notas sobre política cultural contemporânea. In: **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº15, jan - abr 2005, p.77-89.

VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 1997.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

WANDERLEY, Sônia. Doutrina de Segurança Nacional: políticas públicas de cultura e televisão nos anos 70. In: CALABRE, Lia (Org.) **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, p.59-80.

8. APÊNDICES

8.1 Entrevista com Ana Carla Fonseca Reis (Garimpo Soluções)

Bruno Novais: No texto que a senhora escreveu, em parceria com George Yúdice, intitulado de “Culturas no mundo: Do país do samba e da caipirinha a um pólo de inovações culturais contemporâneas”¹, há uma defesa de que a diáspora brasileira tem alcançado um protagonismo de difusão da diversidade cultural no exterior, mais que os órgãos oficiais do Brasil. Quais as razões do Estado ter uma atuação aquém da que poderia realizar em termos de cultura no âmbito internacional?

Ana Carla Reis: Essa é uma questão que só o Estado pode responder, dado que sua dúvida também é a minha.

Bruno Novais: No mesmo texto, defende-se que há uma considerável produção de inovações culturais contemporâneas no Brasil. Como o MinC e o MRE poderiam aproveitar estas iniciativas para desenvolver uma política internacional atrelada à economia criativa?

Ana Carla Reis: Antes de mais nada, há um trabalho de conscientização dos próprios Ministérios acerca do potencial da economia criativa para o país. Basta ver que o próprio texto-base proposto para a Conferência Nacional de Cultura trata o eixo “cultura e economia criativa” como centrado na Lei Rouanet – o que é uma visão distorcida e reducionista do que seja a relação entre cultura e economia criativa. A partir dessa conscientização, ambos os Ministérios podem trabalhar cotejando suas políticas com as outras políticas setoriais (ou seja, das várias pastas), para poder promovê-las de forma

articulada e sinérgica, tendo por eixo condutor a economia criativa; promovendo diálogos entre empreendedores criativos brasileiros e de outros países; incentivando a realização de estudos conjuntos.

Bruno Novais: Gostaria que a senhora aprofundasse as idéias contidas nos dois fragmentos desse texto que são pertinentes ao meu objeto de pesquisa: a política internacional do Ministério da Cultura, no período Gil:

1. “(...) *O interesse do ex-ministro da Cultura Gilberto Gil em questão de acesso é muito conhecido internacionalmente, assim como sua relação com o Creative Commons (YÚDICE; REIS, 2008, p. 170)*”

Ana Carla Reis: O Ministro Gil une formação em administração a uma vasta experiência como músico, além de ser um grande defensor das tecnologias digitais e da revolução nas formas de criação, produção, distribuição e acesso, além dos novos modelos de negócios que elas podem promover. A convergência desses traços em uma pessoa que, adicionalmente, tinha o mandato de Ministro da Cultura era extremamente favorável não só para estimular a promoção de novas formas de acesso a conteúdos culturais, como também para conscientizar, a partir de seu próprio exemplo, a máquina pública que dirigia.

2. “(...) *O Ministério da Cultura poderia cumprir esse papel de radar e difusor de boas práticas e tecnologias culturais, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores que assume hoje no campo cultural menor protagonismo do que se esperaria dele (YÚDICE; REIS, 2008, p. 170)*”.

Ana Carla Reis: Conforme descrevemos no texto, o Ministério da Cultura ainda tem muito caminho a trilhar no mapeamento e na difusão de experiências inovadoras de processos, modelos, governança e tecnologias culturais. Esse radar, como se vê, é muito mais amplo do que uma agenda restrita às ações de política cultural do próprio Ministério e envolveriam reconhecer o que já existe. Já o Ministério das Relações Exteriores, conforme sua questão anterior, poderia ser mais ativo na organização de programas de transformação da imagem do Brasil no exterior, por meio da difusão de suas facetas

desconhecidas. Isso não apenas para a promoção dos valores e expressões culturais do país, mas também por seu impacto no valor atribuído aos bens e serviços da economia em geral, à seriedade com que nossos profissionais são vistos e recebidos no exterior e ao tratamento que nos dedicam quando turistas. Seria interessante se o MRE retomasse (ou encontrasse – e divulgasse – uma alternativa a) um clipping que era desenvolvido até 2002, compilando notícias acerca do Brasil veiculadas no exterior. O que se percebia nos dados de então era uma prevalência absoluta (conforme gráfico incluído no artigo) das notícias de conteúdo cultural para gerar imagem positiva ao país.

8.2 Entrevista com Marcos Alves de Sousa (Ministério da Cultura)

Bruno Novais: Qual a importância da temática dos Direitos Autorais para a política do MinC no âmbito interno e externo?

Marcos Souza: Trata-se de um dos eixos estratégicos de atuação do MinC, tanto em âmbito interno quanto externo. O direito autoral é a base da economia da cultura e é a partir dele que todas as cadeias produtivas do campo cultural estruturam como se darão as relações de criação, distribuição, consumo e fruição dos bens culturais. Em suma, tudo o que o MinC faz gera ou pode gerar um ativo protegido por direito autoral.

Bruno Novais: Em sua leitura, quais são as principais colaborações que a Diretoria de Direitos Intelectuais tem dado ao MinC no que concerne o cenário internacional?

Marcos Souza: A agenda internacional da DDI configura-se numa agenda à parte do restante do Ministério em função da complexidade técnica do tema. Praticamente toda negociação internacional bilateral e regional que o Brasil participa possui uma parte relativa à Propriedade Intelectual e, dentro dela, o direito autoral, sendo instada a DDI a se manifestar. Além disso, existem ainda as negociações multilaterais específicas do campo autoral, que são permanentes. Os fóruns onde elas ocorrem são a OMPI (organização mundial da Propriedade Intelectual, órgão integrante do sistema Nações Unidas) e a OMC. Na OMPI, destacam-se as negociações que ocorrem no âmbito do

Comitê Permanente de Direitos de Autor e Direitos Conexos (SCCR na sigla em inglês) e as que resultaram na aprovação e implementação da chamada “Agenda para o Desenvolvimento”, iniciativa de Brasil e Argentina que contou com a participação ativa e constante do MinC, inclusive culminando na ida do então Ministro Gilberto Gil à Assembléia Geral da OMPI em 2006.

Bruno Novais: No cargo de Diretor de Direitos Intelectuais do MinC, como tem sido a sua participação nos foros, congressos, eventos, seminários, enfim, nas discussões sobre a temática dos Direitos Autorais, copyright, copyleft no espaço mundial?

Marcos Souza: Procuramos participar, dentro de nossas capacidades e limites, do maior número possível de eventos nacionais e internacionais relacionados a direitos autorais. Ora participamos como palestrantes (a maioria das vezes), ora como expectadores.

Bruno Novais: No curso de Gestão e Políticas Culturais promovido este ano, em Salvador, pelo Itaú Cultural e pela UFBA o senhor realizou uma exposição na qual uma questão me instigou. O senhor argumentou que as nações mais desenvolvidas, através das grandes corporações transnacionais, pressionam o Brasil por elevação da proteção dos Direitos Autorais. Como o senhor avalia a atuação de Gil em prol do *Creative Commons* diante deste contexto?

Marcos Souza: Aqui cabe esclarecer que o CC é parte integrante do sistema de direito autoral. Tudo que existe no CC está previsto na legislação. Portanto, não é o CC, senão muito subsidiariamente em função de que algumas modalidades de licenças CC permitem um acesso mais livre, que pautou a atuação do Ministro Gil na luta por um sistema de direito autoral mais justo e mais adequado à nossa realidade. Isso está muito mais presente na Agenda para o Desenvolvimento e na defesa das limitações e exceções aos direitos autorais e do domínio público, empreendida permanentemente pelo MinC.

8.3 Entrevista com Alexandre Barbalho (Universidade Estadual do Ceará)

Bruno Novais: A Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (MinC) atual afirma, em seu regimento e em seus relatórios anuais, que é de sua incumbência a difusão, cooperação e intercâmbio da produção audiovisual brasileira com outros países. Como pesquisador das políticas culturais do Brasil, qual a sua avaliação sobre a presença do MinC no cenário internacional, de modo específico, no setor do audiovisual?

Alexandre Barbalho: Não sou um conhecedor das políticas do MinC voltadas para a promoção da cultura brasileira no exterior, mas desconheço uma atuação mais incisiva por parte do ministério nesse sentido, seja no audiovisual, como em outros setores. Existem ações voltadas para a participação de filmes brasileiros nos festivais internacionais, mas a atuação tem que ser muito mais estratégica do que a divulgação e a promoção da produção audiovisual brasileira. Ou de qualquer que seja o bem simbólico (música, literatura, dança etc).

Bruno Novais: Em 29 de setembro de 2008, no Rio de Janeiro, foi apresentado pelos Ministros da Cultura do Cone Sul, que estavam em reunião ordinária, o Projeto Mercosul Audiovisual. Na perspectiva deste projeto e em sua consonância com os teus estudos, como o Ministério da Cultura pode compartilhar sua atual política para o audiovisual entre os países deste bloco regional?

Alexandre Barbalho: Eu desconheço o conteúdo do projeto Mercosul Audiovisual, mas ele é já um passo adiante, se levarmos em consideração o que falei acima. De todo modo, é fundamental que o país construa, pelo menos no âmbito do Mercosul, uma política voltada para o financiamento, produção, distribuição, exibição e demais etapas da cadeia produtiva do audiovisual (e de outros bens simbólicos) em parceria com os demais países-membros – um pouco como ocorre na Europa. Lembro a experiência do DocTV que vem sendo aproveitada em outros países vizinhos. Imagino que podemos também aprender com as políticas para o audiovisual destes países. Não só aprender, como desenvolver políticas, programas e ações em conjunto, consorciadas. Até para poder concorrer com as grandes corporações transnacionais produtoras de conteúdos!

Bruno Novais: No texto “Políticas Culturais no Brasil: identidade sem diferença”, apresentado no III ENECULT, 2007, o senhor discute as questões da identidade e da

diversidade brasileira na relação com o histórico das políticas culturais do país. De acordo com este artigo e com o movimento do Brasil, de modo particular do MinC e do Itamaraty, a favor da aprovação da Convenção da Unesco sobre a diversidade cultural, como o senhor percebe a influência deste documento na política cultural brasileira no plano interno?

Alexandre Barbalho: Acredito que o documento reforça a visão elaborada sobre a cultura brasileira na gestão Gilberto Gil, ou seja, de perceber a diversidade sem preocupar-se com a unidade autoritária que vigorou em períodos anteriores. Uma noção de diversidade muito mais ampla, que incorpora setores excluídos historicamente das políticas culturais (apesar de que fossem constantemente referenciados como formadores de nossa “identidade nacional”), como os quilombolas, os indígenas, os ribeirinhos, os ciganos etc. Mas ambas (a visão da Convenção e a noção de diversidade do MinC) tendem a não reconhecer as diferenças culturais e seus conflitos, suas disputas de poderes como constitutivos da nossa brasilidade – há uma crença em uma universalidade humana (na Convenção) ou em uma perspectiva holística (nos discursos de Gilberto Gil) que aposta na harmonização, quando o dado agonístico da disputa pelo poder é constituidor do homem como “animal político”, portanto, de suas culturas.

Bruno Novais: Considerando a hegemonia das indústrias culturais no cenário internacional, como o Estado brasileiro pode desenvolver uma política de cultura que possibilite alternativas contra a dominação dos grandes conglomerados culturais? O audiovisual seria o caminho?

Alexandre Barbalho: Esse é um caminho difícil, mas fundamental, justamente porque, como você assinala, a maior parte da produção simbólica feita no mundo contemporânea se dá por meio das indústrias culturais. Então, se uma política pública não interferir nesses setores ela estará fadada ao fracasso. Não sei se o audiovisual é “o” caminho, porque cada indústria cultural tem uma lógica diferenciada de funcionamento, o que necessita de políticas específicas – apesar do processo de convergência tecnológica pelas quais elas vêm passando.

Acredito que uma das principais formas que o Estado poderia estar atuando nesse setor seria abrindo linhas de crédito diferenciadas para pequenas e médias indústrias culturais, de modo a diversificar o mercado. Outra forma seria, por meio da legislação, obrigar que as grandes corporações de conteúdo comprassem produtos dos produtores independentes. Outra ação seria ir contra a lógica da desregulamentação e privatização, criando uma forte e atual legislação para evitar a formação dos monopólios, democratizar a produção e o acesso e estabelecer a presença estatal em áreas estratégicas que não podem ficar somente sob controle de empreendedores privados.

8.4 Entrevista com Giuliana Kauark (Universidade Federal da Bahia)

Bruno Novais: Na atualidade, a senhora está no momento final de uma dissertação sobre a participação do Brasil na Convenção da Unesco sobre a promoção e a proteção da diversidade das expressões culturais. O que motivou a direção do seu olhar, através dos seus estudos de Mestrado, a este objeto de pesquisa?

Giuliana Kauark: Entrei no mestrado com um projeto que objetivava perceber como a atual política do Ministério da Cultural (iniciada em 2003, com a gestão de Gilberto Gil) havia sido influenciada pelo debate internacional acerca da convenção sobre a diversidade cultural da Unesco, observando quais os projetos do MINC que “aplicavam” a referida convenção. Percebi, em seguida, que além do meu objeto de estudo ser um tanto subjetivo, as novas diretrizes, estrutura, projetos do Ministério eram anteriores à aprovação da convenção, sendo, portanto, insustentável minha hipótese. Com os estudos comecei a perceber que o Brasil tinha tido, durante o processo de negociação da convenção, um papel fundamental para sua aprovação, seja através do trabalho feito internamente de análise do texto e estudo da posição do país, como da articulação entre os países em desenvolvimento. Considerando que o tema da convenção sobre a diversidade cultural é de grande relevância na atualidade, que não havia nenhum estudo específico sobre a participação do Brasil neste momento e que havia um vasto material de pesquisa, terminei por redefinir meu objeto.

Bruno Novais: No texto apresentado no III ENECULT, 2007, intitulado de “Política Cultural no governo Lula e Convenção para a Diversidade Cultural na Unesco – Diálogos possíveis da Cooperação Internacional”, a senhora defende as relações do Brasil com organismos multilaterais, por exemplo a Unesco, tem gerado contribuições à definição das políticas culturais internas. Em sua leitura e de acordo com esta afirmativa, como a Convenção da Unesco influenciou a política cultural do Brasil?

Giuliana Kauark: Como indicado anteriormente, meu objeto de pesquisa não foi mais a influência da convenção na política interna do MINC, entretanto, a partir do momento que o Brasil ratificou o texto, este se transforma em lei interna, tornando-se, deste modo, referência na elaboração de políticas públicas para a cultura.

Bruno Novais: Em sua leitura, há uma relação entre a Convenção da Unesco e as relações internacionais do Brasil? Como isto acontece na prática?

Giuliana Kauark: A convenção sendo um instrumento internacional apenas poderia ser negociada pelo Itamaraty, em parceria com a delegação permanente do Brasil na Unesco. O Ministério da Cultura trazia a expertise técnica, de execução de uma política cultural. Mas, na prática, a voz durante as negociações do texto e de sua aprovação, é dos diplomatas. A aplicação da convenção no âmbito doméstico cabe exclusivamente ao Ministério da Cultura. Já no que se refere aos acordos de cooperação (regional ou bilateral) que podem surgir em decorrência da convenção, o Itamaraty predomina.

Bruno Novais: Na palestra proferida na disciplina “Os intelectuais e a produção da cultura” sobre o assunto previamente dito, no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da UFBA, a senhora defendeu três pontos como resultados da participação brasileira no processo de ratificação dessa Convenção pelo mundo. Em primeiro lugar, esta atuação resulta num trabalho conjunto entre MinC e MRE; depois, a temática fomentou a discussão em torno do tema e, por fim, foram inseridas novas perspectivas ao Itamaraty no concerne à produção e exportação de bens simbólicos brasileiros, entendidos como serviços culturais internacionais. Diante desta argumentação, qual seria a melhor estratégia de se articular a política cultural com a política exterior do Brasil?

Giuliana Kauark: Não tenho resposta sobre a melhor estratégia na articulação das políticas cultural e externa brasileira. No entanto, o que posso afirmar é que a estratégia usada no processo da convenção foi muito bem sucedida. A análise do texto coube, sobretudo, aos técnicos do Ministério da Cultura, já que seria este Ministério que aplicaria a Convenção depois de aprovada. A definição dos interesses e do posicionamento do Brasil foi realizada conjuntamente pelas duas pastas. Finalmente, a negociação foi realizada de fato pelo Ministério das Relações Exteriores. Além disso, é fundamental destacar que a criação da Diretoria de Relações Internacionais no âmbito do Ministério da Cultura, coordenada por um diplomata (Marcelo Dantas) que busca coordenar a participação do MINC em organismos, redes e eventos internacionais relacionados à cultura, bem como promover ou incentivar a criação de programas e projetos internacionais ou outras iniciativas voltadas à divulgação da imagem do Brasil no exterior, por meio da cultura.

8.5 Entrevista com Isaura Botelho (Fundação Memorial da América Latina)

Bruno Novais: A partir de 2003, o Ministério da Cultura, chefiado por Gilberto Gil, passou a atuar não apenas no âmbito interno. Iniciativas no plano internacional foram agregadas ao programa do MinC. Disso decorreu a criação da Diretoria de Relações Internacionais deste Ministério, em 2008, que vem atuando nas relações culturais multilaterais e bilaterais do Brasil. Assim, como observadora e estudiosa das políticas culturais do país, que leitura a senhora possui sobre esta recente política do MinC?

Isaura Botelho: Um setor para cuidar da área internacional SEMPRE foi parte da estrutura do ministério da cultura, bem como de outros ministérios. O que houve na gestão do Ministro Gilberto Gil foi o fato de que, para além de sua grande competência em articular as questões que presidem o universo da cultura e das artes, o ex-ministro tem um capital simbólico de rara importância em termos nacionais, reverberando no plano internacional. Nenhum dos dois elementos isoladamente – competência pessoal e capital simbólico – teria o efeito produzido nessa gestão. Assim, esses dois aspectos, de maneira

articulada, foram fundamentais para abrir o diálogo – pela primeira vez efetivo – com o ministério das Relações Exteriores. Claro que para isso também foi fundamental a presença do Ministro Celso Amorim – ex-presidente da EMBRAFILME – e do secretário-executivo Samuel Guimarães, também ele ex-diretor da mesma empresa, extinta por Fernando Collor. Esses quadros, em postos decisivos na atual gestão ajudam a constituir uma situação interna extremamente favorável, na medida em que as ações internacionais devem ser realizadas em acordo ou por meio do MRE. Além disso, também a conjuntura internacional é hoje muito mais favorável às questões culturais e grandes iniciativas, como a da Convenção da Diversidade Cultural liderada pela Unesco, ocorreram nesse período, permitindo que Gil despontasse como importante liderança política em nível internacional.

Bruno Novais: O Ministério da Cultura afirma que sua política internacional tem como prioridade o Mercosul Cultural. A senhora acredita que há uma política cultural compartilhada entre os países do Cone Sul? Que iniciativas já poderiam ter sido inseridas?

Isaura Botelho: Pelo que sei, há pouco avanço oficial nessa área. A única exceção relevante é o setor do audiovisual. Em outros setores, como no caso da produção de dados e estatísticas culturais, por exemplo, existe hoje uma relação mais próxima entre instituições, o que vem permitindo uma ainda relativa articulação entre os técnicos que participam de colóquios e de seminários que congregam países da região. Isso é já um avanço, embora represente ainda pouco do ponto de vista das potencialidades de intercâmbio. Na verdade, políticas culturais de integração – que é a proposta do Mercosul Cultural - não existem no vazio: elas dependem de boas políticas nacionais de apoio à criação e circulação de bens culturais. É necessário partir de programas concretos, conectados com processos amadurecidos endogenamente. O estabelecimento de políticas requer a criação de espaços institucionais de diversos tipos e instâncias, funcionando em acordo, permitindo a construção de alianças e estratégias coordenadas, em estreito diálogo com os poderes públicos de cada um dos parceiros. Depende também do desenvolvimento de um terreno de intimidade intelectual e cultural, lembrando que é

central que os países vizinhos estejam convencidos de que este é um projeto a ser construído em conjunto e não a partir de iniciativas isoladas. Parece-me que estamos bem atrasados na construção desse espaço.

Bruno Novais: Sabe-se que as relações internacionais, na contemporaneidade, alcançaram um espaço de destaque. De acordo com isso e com os desafios em termos de orçamento, como o MinC pode avançar em sua política exterior?

Isaura Botelho: Não tenho como responder pelo ministério. O que me parece fundamental e que vale para todas as políticas é que se deve investir em sedimentar as articulações institucionais e as ações iniciadas. Não fazer isso significa desperdício de recursos também. O tema “orçamento” não deve ser visto em termos absolutos. Não adianta abrir uma enormidade de frentes e não dar continuidade às iniciativas. Mesmo que estas sejam importantes, se elas não forem pensadas no longo prazo, perdem completamente sua relevância. É ilusão acreditar que estar sempre viajando, fazendo reuniões ou novos contatos signifique fazer algo de muito decisivo. É o perigo da excessiva auto-satisfação, que nada tem a ver com boa gestão. Até porque não há tempo ou espaço para se avaliar as práticas e, pior, nem há o quê ser avaliado. Só se consegue avançar numa política exterior quando baseados em políticas bem desenvolvidas endogenamente, como mencionei. Os recursos humanos aqui vêm antes dos financeiros.

Bruno Novais: Em seu conhecido texto “As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas”, a senhora trata da questão antropológica e sociológica da cultura. Em relação à política internacional do MinC, é possível identificar estas dimensões?

Isaura Botelho: Sempre, porque essa distinção se refere às dimensões da cultura e não às ações do ministério. Se a cultura, em sua dimensão antropológica se refere aos modos de pensar e sentir dos indivíduos, à construção de seus valores, seus significados e costumes próprios, configurando *tudo* que o ser humano elabora e produz simbólica e materialmente falando. Essa dimensão está presente em todos os aspectos da vida humana. Por isso, insisto, a cultura, nesta dimensão, deve ser uma diretriz do governo em seu conjunto e não apenas uma preocupação do setor responsável por ela. Dessa forma, há estratégias políticas tanto em nível interno ao país como em nível internacional.

8.6 Entrevista com Joel Julius (Ministério da Cultura)

Bruno Novais: Que projetos de intercâmbio internacional a DRI do MinC tem elaborado e executado desde que foi fundada em 2008?

Joel Julius: A DRI, além dos intercâmbios diversos mais específicos e as várias convenções nos âmbitos Mercosul, CPLP e Ibero-América, tem destaque na realização do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil (2008), da Feira Internacional de Arte Contemporânea (ARCO) em Madri (2008) e do Ano da França no Brasil (2009) e igualmente já orchestra outros eventos como semanas culturais tanto no Brasil como no exterior.

Bruno Novais: Quem é o público da DRI? Qual é o seu perfil?

Joel Julius: Como todo órgão público federal, seu público é composto por todos e cada um dos cidadãos brasileiros.

Bruno Novais: Quais são os principais parceiros do MinC em sua política para o âmbito mundial?

Joel Julius: O principal parceiro do MinC é o próprio MRE (Departamento cultural, DC) que concentra suas atenções nas atividades de promoção e difusão da cultura brasileira, a partir de uma subordinação destas atividades aos interesses e objetivos das relações políticas e diplomáticas do Brasil. Outras instituições do Governo Federal vêm desenvolvendo ações pontuais em áreas relacionadas à cultura, a exemplo da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Além disso, o Ministério da Cultura do Brasil trabalha em projetos conjuntos com órgãos homólogos em diversos países do Mundo.

Bruno Novais: No regimento da DRI, observa-se que a esta, compete-se a função de nortear o trabalho de outros órgãos do MinC que atuam no âmbito internacional. Como isto tem ocorrido? Acontece, de verdade, uma interlocução, ou cada setor age de modo individual?

Joel Julius: Ocorre uma interlocução bastante forte com os órgãos do Ministério para que haja uma intensa sintonia das ações voltadas para o exterior.

Bruno Novais: O senhor acredita que a política internacional do MinC está em consonância com a política exterior do Brasil? Como esta tese pode ser exemplificada, em caso positivo?

Joel Julius: A política internacional do MinC é planejada em consonância com a política externa do Brasil, tanto da Presidência da República quanto do Ministério das Relações Exteriores, que tem suas diretrizes totalmente sintonizadas. O link http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil_1173189778.pdf mostra as diretrizes gerais.

Bruno Novais: Em sua opinião, quais são os principais desafios à ação da DRI e da política internacional do MinC, de um modo geral?

Joel Julius: Pode-se dizer que os maiores desafios à ação da DRI estão relacionados tanto a questões internas de cunho burocrático como no que tange a necessidade de ajuste das políticas culturais aos critérios políticos, pelo menos, na intensidade e prioridade de projetos. Por questões internas, refiro-me tanto a limitação de ação via capacidade pessoal (número reduzido de servidores no setor) quanto à burocracia per sé que acaba por atrasar projetos e desestimular iniciativas, uma vez que tal trâmite pode ser bastante duradouro e exaustivo, apesar de na maioria das vezes absolutamente necessário. A necessidade de ajustes das políticas culturais aos critérios políticos leva também, por vezes, a assumirmos prioridades distintas de um plano primeiro, igualmente com o problema de não criar novas agendas fora do contexto tradicional de cooperação. É interessante frisar, porém que da mesma maneira que o Brasil vem expandindo seus laços político-diplomáticos no mundo, novos elos de cooperação têm surgido.

8.7 Entrevista com Lia Calabre (Fundação Casa de Rui Barbosa)

Bruno Novais: No texto que a senhora apresentou no III ENECULT que tem o título “Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas” aparecem propostas ao Ministério da Cultura atual referentes ao intercâmbio cultural internacional do Brasil, por reconhecer a importância do diálogo e da cooperação cultural à contemporaneidade. Nesta nossa conversa, pretendo entender melhor essas sugestões. Em primeiro lugar, a senhora diz que o MinC precisa apoiar ações que estejam pautadas em relações transnacionais sem submissões ou dependências. Diante disso e da atual política internacional do MinC, o que poderia ser classificado como relação de submissão e dependência por parte deste organismo estatal?

Lia Calabre: Uma relação de submissão, de qualquer natureza, caracteriza-se pelo abandono dos projetos e desejos próprios e a determinação das ações pela vontade de só um dos atores envolvidos. No caso das relações de intercâmbio e comércio na área cultural o Brasil, por exemplo, é um grande consumidor de títulos de livros e de produtos audiovisuais de língua inglesa. Quando assinamos a Convenção da Diversidade, afirmamos, inclusive internacionalmente, o desejo de promover o intercâmbio cultural, mas sempre garantindo a manutenção da produção local, inclusive com um mesmo nível de valorização e reconhecimento.

O governo vem tomando uma série de medidas que buscam colocar a produção cultural nacional em um mesmo nível de valorização que a produzida no exterior. Tais medidas vão desde o fortalecimento da presença da cultura brasileira no mercado internacional, através de feiras e carteiras de crédito de exportação, até o próprio conceito de cultura com o qual o Ministério opera. O que isso significa? Que efetivamente nos afastamos da idéia de que havia uma cultura com “C” (maiúsculo) que deveria ser levada a todos os brasileiros e que estava ligada a tradição erudita ocidental.

Bruno Novais: Que estratégias o MinC poderia desenvolver para atender à segunda proposta que corresponde à “criação de políticas de defesa da circulação da produção cultural em níveis mundiais, elevando ao máximo a idéia de diversidade”?

Lia Calabre: Me parece que a questão já está respondida acima. Acrescento o exemplo da ação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento – APEX, que nesse governo passou a abrir projetos na área da cultura. Agora mesmo o Brasil está participando de um evento no Canadá, na área de animação, com a presença do Ministério e de empresários. Eles não utilizam, ainda, o campo cultura como classificador e sim o do entretenimento, promovem negócios no campo da exportação de instrumentos musicais, do audiovisual e do mercado editorial – a área de moda também está presente (que tem roupas, calçados, cosméticos, produtos de couro em geral, jóias e bijuterias), mas separada. Quanto mais se diversifica a produção audiovisual, musical e editorial internas, ampliamos as opções de exportação e de inserção em um mercado internacional diverso.

Bruno Novais: Manuel Garretón em “El espacio cultural latinoamericano” advoga que “los procesos de globalización están marcando el paso de un mundo geopolítico a un mundo geoeconómico y, sobretudo, geocultural”. Quando a senhora propôs que era preciso “ampliar o conceito de globalização, diferenciando-o da dominação cultural norte-americana”, estava se referindo a este novo espaço geocultural defendido por Garretón ou a uma nova dimensão da cultura no fenômeno da globalização?

Lia Calabre: Quando eu falo sobre a ampliação, na prática, do conceito de globalização, estou me referindo a uma abordagem positiva do fenômeno, que este não se limite a expressar a dominação de um pequeno grupo sobre a maioria, do esmagamento da pequena indústria cultural local pela poderosa indústria cultural norte-americana, por exemplo.

Bruno Novais: Ao considerar o caráter diverso da diversidade cultural dos países, quais as estratégias mais eficientes para se “formular procedimentos que estimulem o efetivo cumprimento dos acordos internacionais do campo” da cultura, como a senhora chama a atenção?

Lia Calabre: A criação de políticas, programas, projetos e ações que reconheçam a diversidade cultural existente, fornecendo um tratamento mais equânime ao conjunto dos

fazeres artístico/culturais. É função do Estado a garantia dos direitos culturais de todos os cidadãos.

Bruno Novais: O MinC defende que tem atuado em parceria com organismos multilaterais que trabalham com cultura, como a Unesco, a OEI, a OEA, o Mercosul Cultural, entre outros. Como a senhora percebe e interpreta estas relações multilaterais do MinC? Tem contribuído às políticas culturais internas? Ou tem maior força no plano da retórica?

Lia Calabre: As relações entre os organismos e países têm contribuído, diferenciadamente, na construção de políticas e ferramentas de gestão. No caso do Mercosul Cultural, por exemplo, apesar de ter avançado pouco no campo das relações comerciais, tem havido uma troca constante de expertise entre as equipes técnicas. Nesse caso podemos citar os estudos, dos organismos oficiais de estatística, no processo de construção de contas satélites e cálculo dos PIBs da cultura, que inaugurou um processo compartilhamento de informações que não existia. E aí estamos falando de ferramentas de gestão pública da cultura.

O compromisso internacional brasileiro com relação à diversidade contribuiu para que, a partir de compromissos presentes no Plano Nacional de Cultura, o Ministério transforme as ações provisórias (como editais e prêmios) em programas permanentes de defesa da diversidade cultural. Agora, sem dúvida, é típico do discurso político, uma supervalorização das ações empreendidas.

9. ANEXO: Ações internacionais do Ministério da Cultura entre 2004 e 2008

ANO	ATIVIDADE DO MINC NO PLANO INTERNACIONAL DISPONÍVEIS NO SITE OFICIAL (www.cultura.gov.br)	TIPO DE RELAÇÃO	REPRESENTAÇÃO DO MINC
2004	Gil acompanha Lula no tradicional desfile militar da festa nacional em Paris	Bilateral	Ministro Gil
2004	Gil participa da Feira do livro de Havana onde o Brasil foi convidado especial desta edição	Bilateral	Ministro Gil
2005	Comissariado Brasileiro do Ano do Brasil na França encerra o projeto	Bilateral	Comissariado do Ano do Brasil na França
2005	FBN e o MRE coordenam o estande de vendas na 32ª Feira do Livro de Buenos Aires	Bilateral	FBN
2005	MinC participa das comemorações dos 183 anos de Independência do Brasil em Angola	Bilateral	FCP
2005	Ubiratan Castro representa o MinC na Feira Sul-Americana do Livro (Literamérica) - 2ª ed.	Bilateral	FCP
2005	Embaixada Americana e FCP patrocinam quilombolas brasileiros para participarem de celebração da consciência negra nas Américas	Bilateral	FCP
2005	FCP promove eventos culturais em comemoração aos 30 anos da independência de Angola	Bilateral	FCP
2005	Ubiratan Castro acompanha equipe de TV africana nas gravações de documentário sobre o Brasil	Bilateral	FCP
2005	Instituto Italo Latino-Americano (ILA) assina acordo de cooperação técnica com o IPHAN para realização de projetos de preservação de patrimônio material e imaterial	Bilateral	IPHAN
2005	Viagem Oficial do Ministro Gil à Europa	Bilateral	Ministro Gil
2005	Viagem Oficial do Ministro Gil aos Estados Unidos	Bilateral	Ministro Gil
2005	Viagem Oficial do Ministro Gil ao Canadá	Bilateral	Ministro Gil
2005	Ministro Gil realiza coletiva de imprensa em Paris na Embaixada do Brasil	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil abre Copa da Cultura com show em Berlim	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil acompanha Lula no seminário sobre economia brasileira na Inglaterra	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil debate a relação das políticas públicas do Brasil com as políticas de conhecimento livre do governo catalão	Bilateral	Ministro Gil

2005	Gil defende a cultura hacker na abertura do Congresso Global de Internet na Espanha	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil e Jacques Wagner encontram-se com a secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil e o ministro do Exterior da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, visitam a exposição "Futebol - desenho sobre o fundo verde", no Centro Cultural Banco do Brasil	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil e Orlando Senna acompanham o cineasta pernambucano Lírio Ferreira no lançamento de "Marché du Film" em festival alemão de cinema	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil e Pelé lança Copa da Cultura na Alemanha	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil lança "Projeto Pixinguinha" nos EUA	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil visita exposições dos artistas na Arco 2008	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gilberto Gil é destaque na 1ª ed. dos Encontros Lusófonos, na Universidade de Lisboa	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gilberto Gil participa da Bienal de Veneza	Bilateral	Ministro Gil
2005	Lançamento do Ano do Brasil na França	Bilateral	Ministro Gil
2005	Ministro Gil abre encontro na Sciences Po	Bilateral	Ministro Gil
2005	Ministro Gil inaugura Espaço Brasil em Paris	Bilateral	Ministro Gil
2005	Ministro Gil inaugura nova fachada da Embaixada do Brasil na França	Bilateral	Ministro Gil
2005	Ministro Gil participa do seminário na Inglaterra sobre globalização, diversidade cultural e propriedade intelectual e fala sobre a economia criativa e a perspectiva brasileira sobre este assunto	Bilateral	Ministro Gil
2005	Reunião dos Comessariados brasileiro e francês para avaliar projetos para a programação oficial do Ano do Brasil na França	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil e o Ministro da Cultura cubano, Abel Prieto, assinam convênio cultural que prevê a exposição de mais de 120 obras da arte pictórica cubana do século XX no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil e o Pinto Ribeiro, Ministro da Cultura de Portugal, debatem propostas de cooperação biltaral à valorização da cultura e da língua portuguesa	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil lança o primeiro ponto de cultura internacional do Brasil na França	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil reúne-se com diretoria da <i>Brazil Foundation</i>	Bilateral	Ministro Gil
2005	MinC é um dos parceiros do Popkomm na Alemanha	Bilateral	Ministro Gil
2005	MinC lança programa <i>BrasilnAmerica</i> com o intuito de difundir a arte brasileira nos EUA	Bilateral	Ministro Gil
2005	Ministro Gil lança Copa da Cultura na Alemanha	Bilateral	Ministro Gil
2005	Ministros da Cultura do Brasil e do Haiti firmam acordo de cooperação	Bilateral	Ministro Gil
2005	O Ministro Gil firma parceria com o <i>Broward Center for the Performing Arts</i> (BCPA) - rede cultural americana - para circulação de artistas brasileiros nos EUA	Bilateral	Ministro Gil
2005	Alejandro Rojas, Secretario de Cultura de Cuba, visita chefe de gabinete de Gil e convida o MinC a participar do IV Congresso de Cultura e Desenvolvimento	Bilateral	Ministro Gil

2005	Gil participa da coletiva de imprensa para falar do lançamento do Ano do Brasil na França em 2009	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gil recebe o ministro-adjunto das Relações Exteriores do Reino Unido, David Triesman, para conversar sobre a criação do Centro Internacional de Economias Criativas (CIEC), em Salvador e da Cúpula Mundial de Artes e Cultura, em Newcastle - Inglaterra	Bilateral	Ministro Gil
2005	Gilberto Gil, recebeu da Presidência da República Francesa o título <i>Grand Officier de l'Ordre National de la Légion d'Honneur</i> (Grande Oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra).	Bilateral	Ministro Gil
2005	MinC recebe comissão oficial da Jordânia para realização da 2ª edição do Fórum Cultural Mundial que acontecerá nesse país	Bilateral	Ministro Gil
2005	Ministro Gil faz entrevista coletiva à imprensa espanhola, na abertura do Arco 2008	Bilateral	Ministro Gil
2005	Ministro Gil participa da cerimônia que comemora o Dia da Amizade Brasil-Argentina	Bilateral	Ministro Gil
2005	Ministro Gil recebeu título de Doutorado Honoris Causa em Museologia em Portugal	Bilateral	Ministro Gil
2005	Mostra Brasil-Índia, financiada pelo MinC, entre outros, abre Ano do Brasil na França	Bilateral	Ministro Gil e Orlando Senna
2005	Gil e Orlando Senna participam de reunião sobre acordo de co-produção Brasil-França	Bilateral	Ministro Gil e Orlando Senna
2005	Juca Ferreira e Lula assinam a lei que institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa	Bilateral	Ministro Interinco Juca Ferreira
2005	MinC convida a banda Cabruêra da Paraíba para abrir a Popkomm - feira internacional de música - na Alemanha	Bilateral	Não identificado
2005	MinC firma intercâmbio artístico-cultural entre Brasil e Armênia	Bilateral	Não identificado
2005	MinC lança site do Ano da França no Brasil	Bilateral	Não identificado
2005	MinC participa da I Conferência Internacional <i>Living Expressions</i> nos EUA	Bilateral	Não identificado
2005	Ministros da Cultura do Brasil e da Colômbia debatem sistemas de informação, indicadores culturais e cultura digital	Bilateral	Não identificado
2005	Lançamento do projeto Espaço Brasil (Centro de Cultura brasileira em Paris)	Bilateral	Não identificado
2005	MinC e Argentina renovam acordo de cooperação bilateral Brasil-Argentina	Bilateral	Não identificado
2005	MinC e Instituto Geneses realizam <i>The Brazilian Art Project</i> (BAP), projeto de valorização da arte contemporânea brasileira no mercado mundial	Bilateral	Não identificado
2005	SAV do MinC e MRE participam do 61º Festival de Cannes	Bilateral	SAV
2005	Firmado acordo de co-produção audiovisual entre Brasil e Alemanha	Bilateral	SAV
2005	Orlando Senna assina acordo de cooperação audiovisual com a Venezuela	Bilateral	SAV
2005	Orlando Senna assina acordo de cooperação audiovisual com Cuba	Bilateral	SAV
2005	Orlando Senna negocia participação de Portugal no projeto DocTV Ibero-América	Bilateral	SAV
2005	SAV do MinC apóia a primeira mostra de filmes brasileiros na Colômbia	Bilateral	SAV
2005	SAV e <i>National Film Board</i> (NFB) do Canadá assinam Programa de Cooperação de audiovisual entre Brasil e Canadá	Bilateral	SAV
2005	Indicação do filme "Olga", de Jayme Monjardim	Bilateral	SAV
2005	Secretários de Fomento e Incentivo à Cultura e de Programas e Projetos Cultura (Sérgio Xavier e Célio Turino) participam do <i>Fórum Binacional Empresarial e Cultural State to State Business to Culture Focus'05 Brazil</i>	Bilateral	Sec.Fomento à Cultura e Sec. De Projetos Culturais

2005	Secretário da Identidade e Diversidade Cultural, Sérgio Mamberti, é homenageado como Patrono do Festival <i>Move Berlin</i>	Bilateral	Secretaria da Identidade e Diversidade
2005	Joel Netshitenzhe reuniu-se com Juca Ferreira para debater políticas culturais coordenadas entre Brasil e África do Sul	Bilateral	Secretaria Executiva
2005	Juca Ferreira reúne-se com o Comandante de que para planejar as comemorações do centenário do 14-Bis	Bilateral	Secretaria Executiva
2005	Juca Ferreira negocia com Embaixador do Brasil em Israel, Sérgio Moreira e o professor Albert Fishlow, da Universidade de Columbia, ações de aproximação entre Brasil e Israel.	Bilateral	Secretaria Executiva
2005	Juca Ferreira e Lula cumprimentam vencedores brasileiros do Festival de Berlin	Bilateral	Secretaria Executiva
2005	Juca Ferreira recebe Embaixadora da Colômbia para articular o acordo cultural Brasil-Colômbia	Bilateral	Secretaria Executiva
2005	FCP apoia a Mostra Pan-Africana de Arte Contemporânea que aconteceu em Salvador - Bahia - Brasil	Multilateral	FCP
2005	FCP promove a 1ª Semana de Cultura Afro-Brasileira	Multilateral	FCP
2005	Ministro Gil em visita oficial a Paris, Genebra, Londres, Cidade do Porto e Portugal	Multilateral	Ministro Gil
2005	Ministro Gil visita Suíça, Portugal e França	Multilateral	Ministro Gil
2005	Gil co-preside junto com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Cheikh Tidiane Gadio, o Comitê Internacional da 2ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora	Multilateral	Ministro Gil
2005	Gil debate integração e propriedade intelectual Fórum Social Mundial	Multilateral	Ministro Gil
2005	Gil e Lula participam da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora no Brasil	Multilateral	Ministro Gil
2005	Gil encerra o calendário do Ano Ibero-Americano de Leitura 2005	Multilateral	Ministro Gil
2005	Gil participa do Encontro da Presidência da Rede Internacional de Políticas Culturais	Multilateral	Ministro Gil
2005	Gil participa do I Fórum Internacional de Economia Criativa para o desenvolvimento	Multilateral	Ministro Gil
2005	Gil participa do <i>iSummit'06</i> do Creative Commons	Multilateral	Ministro Gil
2005	Gil toca violão na entrega da Ordem do Mérito Cultural da OMC ao presidente Lula e sua esposa Marisa Letícia	Multilateral	Ministro Gil
2005	MinC, MRE, Ministério do Trabalho e Emprego e Governo da Bahia participam do Fórum Internacional das Indústrias Criativas na Bahia	Multilateral	Ministro Gil
2005	Alfredo Manevy, ministro interino da Cultura, e o Secretário do Audiovisual Silvio Da-Rin representam o MinC no 12º Festival Florianópolis Audiovisual Mercosul	Multilateral	Ministro Interino Alfredo Manevy e SAV
2005	Orlando Senna abre Seminário Internacional de Cinema e Audiovisual na Bahia	Multilateral	SAV
2005	Orlando Senna abriu reunião do Comitê Intergovernamental do Programa Ibermedia	Multilateral	SAV
2005	Orlando Senna participa da VI RECAM	Multilateral	SAV
2005	Orlando Senna participa do Seminário Televisão e Integração Sul-Americana	Multilateral	SAV
2005	Orlando Senna participa dos encontros do Programa Ibermedia e da Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas da Ibero-América (CAACI)	Multilateral	SAV
2005	Orlando Senna representa o MinC no 1º Festival do Cinema Latino-americano	Multilateral	SAV
2005	SAV do MinC, APEX-Brasil e Associação Brasileira de Produtores Independentes de TV (ABPITV) participam da maior feira de TV do	Multilateral	SAV

	mundo em Cannes.		
2005	SAV representa o MinC na Mostra de Cinema Árabe e Sul-Americano	Multilateral	SAV
2005	Vídeos do Revelando os Brasis são selecionados em festival de cinema europeu	Multilateral	SAV
2005	Paulo Miguez, Secretário de Políticas Culturais do MinC, participa da IV Reunião de Ministros da CPLP, representando o MinC	Multilateral	Secretaria de Políticas Culturais
2006	ANCINE disponibiliza em seu site inscrições para o I Encontro de Produtores do Mercosul	Multilateral	ANCINE
2006	Ancine e Programa Ibermedia apoiam projetos cinematográficos no espaço ibero-americano	Multilateral	ANCINE
2006	Marcelo Coutinho participa da Reunião Intermediária do Comitê Coordenador Regional do Mercosul Cultural no Chile	Multilateral	CCBM
2006	Acontece o Festival África-Brasil apoiado pelo MinC	Multilateral	FCP
2006	MinC inclui Guiné-Bissau e Moçambique estes países africanos na Rede Internacional Cultura Viva	Multilateral	FCP
2006	Eneida Rocha do IPHAN participa de reunião sobre o desenvolvimento do Programa Ibermuseus	Multilateral	IPHAN
2006	IPHAN coordena reunião da Ibero-América que tratou do plano de trabalho, do comitê executivo, da secretaria técnica e do estatuto do programa do Ibermuseus	Multilateral	IPHAN
2006	IPHAN participa das discussões sobre a formulação de uma política do Mercosul para o setor de museus	Multilateral	IPHAN
2006	Gil leva Ministros da Cultura do Mercosul a um passeio na Portela (Escola de Samba) - Rio de Janeiro	Multilateral	Ministro Gil
2006	Gil participa do Fórum Econômico Mundial	Multilateral	Ministro Gil
2006	Gil participa do lançamento do 2º Festival Internacional de Cultura das Três Fronteiras (FIC 3F) no Paraguai	Multilateral	Ministro Gil
2006	Gilberto Gil participa do lançamento da Agenda do Ano Ibero-americano de Museus	Multilateral	Ministro Gil
2006	Ministro Gil abre II Encontro Anual do Fórum Mundial sobre turismo, paz e desenvolvimento sustentável	Multilateral	Ministro Gil
2006	Ministro Gilberto Gil comparece à abertura da 5ª Bienal do Mercosul	Multilateral	Ministro Gil
2006	Gil assina um tratado para cooperação de desenvolvimento de software livre de código aberto entre os membros da CPLP	Multilateral	Ministro Gil
2006	Gil participa de reunião com Ministros da Cultura do Merc na Argentina para analisar a questão da cultura no bloco	Multilateral	Ministro Gil
2006	Gil participa do IV Campus Euroamericano de Cooperação Cultural da OEI	Multilateral	Ministro Gil
2006	Gil reúne-se com embaixadores africanos integrantes do Fórum Brasil-África para debater a Cúpula América Latina-África	Multilateral	Ministro Gil
2006	Ministro Gil anuncia a realização da 1ª edição do Festival África-Brasil	Multilateral	Ministro Gil
2006	Ministro Gil se reúne com os ministros da Cultura da UE para discutir a produção cinematográfica brasileira	Multilateral	Ministro Gil
2006	Gil e os Secretários do MinC participam da mesa de abertura do I Encontro Sul-Americano de Culturas Populares	Multilateral	Ministro Gil e Secretarias do MinC
2006	Marcelo Coutinho representa o MinC na XI Conferência Ibero-Americana de Cultura	Multilateral	Não identificado

2006	MinC baixa portaria com a nova equipe do Comitê brasileiro de acompanhamento das ações de cooperação cultural no âmbito da CPLP	Multilateral	Não identificado
2006	MinC participa da abertura da 1º Festival de Teatro da Língua Portuguesa, realizado pela CPLP	Multilateral	Não identificado
2006	MinC apoia outros Ministérios da Cultura do Mercosul a inclusão do Guarany como idioma oficial do bloco, como socilitava o Uruguai	Multilateral	Não identificado
2006	MinC lança o Programa de Apoio à Exportação de Música do Brasil	Multilateral	Não identificado
2006	MinC, MRE firmam parcerias com BM&A, ABMI, APEX-Brasil para desenvolver o Programa Brasileiro de Exportação de Música	Multilateral	Não identificado
2006	1º Encontro da RECAM	Multilateral	SAV
2006	Lançado o projeto DocTV Ibero-América na Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas da Iberoamérica (CAACI)	Multilateral	SAV
2006	MinC apóia o Fórum de Debates América UNA: Convergências Culturais dos MinC incentiva participação do Brasil no II Festival de Jovens Realizadores de Audiovisual do Mercosul	Multilateral	SAV
2006	O MinC ofereceu € 2 mil (dois mil euros), ao vencedor do Prêmio Mercosul de audiovisual	Multilateral	SAV
2006	Orlando Senna fecha acordos para o programa DocTV no Chile	Multilateral	SAV
2006	Orlando Senna integra Conselho Assessor do novo canal de televisão, o Telesur	Multilateral	SAV
2006	Orlando Senna reúne-se com autoridades audivisuais do México e Espanha para discutir projeto de criação da TV Cultural Ibero-Americana (TCI)	Multilateral	SAV
2006	Orlando Senna, Sec. Audiovisual, participa da RECAM para discutir o projeto Mercosul Audiovisual	Multilateral	SAV
2006	Programa DocTV Ibero-América é lançado no Chile	Multilateral	SAV
2006	O sub-secretário da Identidade e da Diversidade Cultural, Ricardo Lima, representou o Ministério da Cultura na entrega do segundo Relatório Brasileiro Relativo ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos na ONU	Multilateral	Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural
2006	Sérgio Mamberti representa o MinC no III Encontro Internacional sobre Diversidade Cultural	Multilateral	Secretaria da Identidade e Diversidade
2006	Alfredo Manevy representa o MinC na reunião do planejamento da Comissão Interamericana de Cultura (CIC), da OEA	Multilateral	Secretaria de Políticas Culturais
2006	Juca Ferreira abriu a XI Reunião do Comitê Técnico de Patrimônio Cultural do Mercosul	Multilateral	Secretaria Executiva
2006	Juca Ferreira participa da XXVI Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul e faz palestra no IV Fórum de Educação do Mercosul	Multilateral	Secretaria Executiva
2006	Juca Ferreira reúne-se com membros da CPLP	Multilateral	Secretraria Executiva
2007	Marcelo Coutinho e o Secretário de Cultura do Maranhão discutem a participação deste Estado no Ano da França no Brasil	Bilateral	CCBM
2007	O CCBM do MinC acompanhou os projetos no âmbito da cultura referentes ao ano do Intercâmbio Brasil-Japão	Bilateral	CCBM
2008	MinC e MRE selecionam os curadores para a representação do Brasil no Arco 2008 em Madrid	Bilateral	CCBM
2008	Marcelo Coutinho, Diretor de Relações Internacionais do MinC, participa de reunião para preparar o Ano da França do Brasil em 2009	Bilateral	DRI
2008	Gil lança a Feira Música Brasil na Alemanha que acontece em Recife - 2007	Bilateral	Ministro Gil

2008	Gil é apoiado pelos representantes do padrão europeu de TV digital para adiamento da padrão tecnológico que escolhido pelo Brasil	Bilateral	Ministro Gil
2008	MinC lança edital de passagens aéreas, via Pronac, para participação de artistas brasileiros em eventos culturais no país e no exterior	Multilateral	ANCINE
2008	Rodrigo Galletti, diretor substituto de Relações Internacionais, representou o MinC na 1ª reunião da comissão de educação, cultura, esporte, ciência e tecnologia do Parlamento do Mercosul	Multilateral	DRI
2008	Marcelo Coutinho e outros membros da DRI do MinC participam da oficina para produção de conteúdo para o site do Mercosul Cultural	Multilateral	DRI
2008	IPHAN e Unesco firmam acordo para a criação do núcleo acadêmico da América Latina no Palácio da Cultura Gustavo Capanema	Multilateral	IPHAN
2008	MinC, através do IPHAN, assina a Declaração de Buenos Aires que trata da luta contra o tráfico ilícito de bens culturais	Multilateral	IPHAN
2008	Gil defende o sistema brasileiro de patentes na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI)	Multilateral	Ministro Gil
2008	Ministro Gil participa do 3º <i>Zeitgeist Anula da Google</i> que debate tendências globais e as novas tecnologias	Multilateral	Ministro Gil
2008	Ministro Gil reúne-se com o secretário-geral Ibero-Americano	Multilateral	Ministro Gil
2008	Gil assinou convênio de R\$10 milhões para promoção dos setores de música e instrumentos musicais no mercado externo	Multilateral	Ministro Gil
2008	Gil debate com Ministro do Esporte a organização dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007	Multilateral	Ministro Gil
2008	Ministro Gil reuniu-se com a Comissão Européia (CE) para tratar da criação de internacional permanente de cultura	Multilateral	Ministro Gil
2008	A Convenção da Unesco sobre a diversidade cultural foi aprovada na 33ª Conferência Geral	Multilateral	Ministro Gil
2008	Gil apresenta no Parlamento Europeu a Carta dos Direitos da Internet	Multilateral	Ministro Gil
2008	Gil chefia delegação brasileira na 33ª Conferência Geral da Unesco para defender aprovação da Convenção sobre a diversidade cultural	Multilateral	Ministro Gil
2008	Gil discute a Convenção da Unesco sobre a diversidade cultural na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados	Multilateral	Ministro Gil
2008	Ministro Gil apresenta a Carta de Salvador que apresenta propostas para a implantação de uma política mundial às indústrias criativas	Multilateral	Ministro Gil
2008	Célio Turino representou o Ministério no I Congresso Internacional de Comunicação Brasileira	Multilateral	Não identificado
2008	MinC participa do II Fórum de Cooperação Cultural Internacional no Espírito Santo	Multilateral	Não identificado
2008	MinC participa do IV Congresso Internacional de Cultura e Desenvolvimento	Multilateral	Não identificado
2008	Ministério da Cultura apóia o 9º Fórum Internacional de Software Livre	Multilateral	Não identificado
2008	Ministério da Cultura participa do Seminário Internacional Museu, Memória e Cidadania	Multilateral	Não identificado
2008	MinC apóia conferência internacional sobre cultura onde se discute estratégias mundiais de políticas públicas para o setor	Multilateral	Não identificado
2008	MinC apóia o Encontro Internacional de Coros em Alagoas (Encoral 2006)	Multilateral	Não identificado
2008	MinC e Fundação Armando Alves firmam acordo de circulação artística do Brasil no exterior	Multilateral	Não identificado
2008	MinC participa da reunião do Fórum IBAS para discutir a cooperação econômica, social e multisetoriais em geral	Multilateral	Não identificado

2008	Ministério da Cultura apóia Fórum Internacional de Cultura na Chapada Diamantina - Bahia - Brasil	Multilateral	Não identificado
2008	Programa de cooperação cultural da EU apóia projetos multilaterais em parceria com o Brasil	Multilateral	Não identificado
2008	Delegação do Ministério da Cultura vai à Africa	Multilateral	Não identificado
2008	MinC faz anúncio do Programa Nacional e Mundial da Capoeira	Multilateral	Não identificado
2008	MinC apóia o Festival Internacional de Filmes sobre Direitos Humanos	Multilateral	SAV
2008	Orlando Senna recebe representantes da emissora brasileira voltada para o público da América do Sul	Multilateral	SAV
2008	A Gerência de Direito Autoral da Secretaria de Políticas Culturais do MinC apóia o I Congresso Internacional de Direito Autoral	Multilateral	Secretaria de Políticas Culturais
2008	Sérgio Sá Leitão, Secretário de Políticas Culturais do MinC, participa do debate sobre a exportação da música brasileira na 2ª Feira da Música Independente Internacional de Brasília	Multilateral	Secretaria de Políticas Culturais do MinC
2008	Gil participa da Cúpula sobre sociedade da informação	Sem definição	Ministro Gil
2008	Gil participa do lançamento do Portal Música do Brasil na Feira de Música no Ceará	Sem definição	Ministro Gil
2008	Gil e Lula encontram-se com <i>Bono Vox</i> do U2	Sem definição	Ministro Gil
2008	Gilberto Gil faz palestra sobre cultura, desenvolvimento e inclusão social para alunos do Instituto Rio Branco	Sem definição	Ministro Gil
2008	Gil e Orlando Senna recebem medalhas de honra do Itamaraty no Dia do Diplomata	Sem definição	Ministro Gil e Orlando Senna
2008	Orlando Senna anuncia o filme "Dois Filhos de Francisco", de Breno Silveira, como concorrente ao Oscar em 2006	Sem definição	SAV
	Ministro Gil fala a embaixadores e estudantes de diplomacia	Sem definição	Ministro Gil